



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

ANA PAULA COSTA ROSA

**ARQUIVOLOGIA, BIBLIOTECONOMIA E MUSEOLOGIA:
A NOÇÃO DE SOCIOCULTURAL A PARTIR DAS CONCEPÇÕES
DIALÓGICAS**

Londrina
2021

ANA PAULA COSTA ROSA

ARQUIVOLOGIA, BIBLIOTECONOMIA E MUSEOLOGIA:
A NOÇÃO DE SOCIOCULTURAL A PARTIR DAS CONCEPÇÕES
DIALÓGICAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina – UEL, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Orientador: Profa. Dra. Ana Cristina de Albuquerque

Co-Orientador: Profa. Dra. Ilemar Christina Lansoni Wey Berti

Londrina
2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

ROSA, Ana Paula Costa Rosa.

ARQUIVOLOGIA, BIBLIOTECONOMIA E MUSEOLOGIA : A NOÇÃO DE SOCIOCULTURAL A PARTIR DAS CONCEPÇÕES DIALÓGICAS / Ana Paula Costa Rosa ROSA. - Londrina, 2021.
131 f. : il.

Orientador: Ana Cristina de Albuquerque ALBUQUERQUE.

Coorientador: Ilemar Christina Lansoní Wey Berti BERTI.

Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Educação Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2021.

Inclui bibliografia.

1. Arquivologia - Tese. 2. Biblioteconomia - Tese. 3. Museologia - Tese. 4. Noção de sociocultural - Tese. I. ALBUQUERQUE, Ana Cristina de Albuquerque. II. BERTI, Ilemar Christina Lansoní Wey Berti. III. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Educação Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. IV. Título.

CDU 02

ANA PAULA COSTA ROSA

ARQUIVOLOGIA, BIBLIOTECONOMIA E MUSEOLOGIA:
A NOÇÃO DE SOCIOCULTURAL A PARTIR DAS CONCEPÇÕES
DIALÓGICAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina – UEL, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Profa. Dra. Ana Cristina de
Albuquerque
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Co-Orientador: Profa. Dra. Ilemar Christina
Lansoni Wey Berti
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Profa. Dra. Luciane de Fátima Beckman
Cavalcante
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Prof. Dr. Carlos Alberto Ávila Araújo
Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Londrina, 16 de julho de 2021.

*A Deus Pai que sabe das minhas fraquezas e olha por mim.
Deus Filho que dá sua vida por mim e me alimenta em cada comunhão.
Deus Espírito Santo que me dá sabedoria e coragem nos desafios da vida.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Ana Cristina de Albuquerque (Ana) por sua orientação e amizade, por nossas conversas que sempre rendem em aprendizado para vida, tanto acadêmica quanto pessoal, por acreditar em mim e apoiar minhas escolhas.

A Ilmar Christina Berti (Chris) por sua orientação e carinho, seu conhecimento foi imprescindível para o desenvolvimento dessa pesquisa, com certeza esse foi apenas o início de nossa parceria e amizade.

A professora Luciane de Fátima Beckman Cavalcante (Luci) pelo conhecimento, as aulas inspiradoras e por aceitar fazer parte da banca de defesa.

Ao professor Carlos Alberto Ávila Araújo (Casal) por suas sugestões preciosas e por também aceitar fazer parte da banca de defesa.

A professora Diana Vilas Boas Souto Aleixo (Diana) por me acompanhar desde a graduação, contribuindo com seus apontamentos e incentivo.

A Maria Rosemary Rodrigues (Rose) por sua atenção, carinho e por aceitar minha solicitação em cima da hora para contribuir com este trabalho, que Deus abençoe sua vida, você estará sempre em minhas orações.

A empresa Usiart, meu local de trabalho, em especial aos meus gestores, Francisco, Adilson e Camargo que são compreensivos com as minhas ausências e apoiam minha vida acadêmica.

Aos meus padrinhos e madrinhas queridos, Deus escolheu vocês a dedo, sou eternamente grata pelo apoio que vocês têm me dado neste tempo difícil e corrido. Os que estão mais longe Carol, Maicon, Bruna e Claudemir por se fazerem tão perto. Aos que estão perto Renata, Júlio, Ryan, Juliana, Paola, Rafael, Malu, Vinícius, Esther, Estela, Igor (e Maeli), Eric, David (e Camila), Isabella, Camila, Beatriz, Alan (e família) pelos churrascos, lanches, pizzas e tantos outros momentos de descontração que contribuíram para que eu não enlouquecesse.

Aos casais de amigos Débora e Kaue, Kawany e Renan, Lully e Vinícius, Carol e Eduardo, Larissa e Vinícius pelo carinho e por serem tão queridos.

Ao Grupo de Oração Vida e Paz por me deixar mais próxima de Deus, por rezarem por mim, pelo acolhimento e por tantas pregações e momentos de oração que fizeram com que eu me sentisse verdadeiramente amada.

Aos meus avós, tias e tios por se fazerem tão presentes em minha vida, poucos têm a graça de parentes tão próximos, que apoiam, se preocupam e amam como vocês.

A minha família, minha mãe Cleonice pelos cafés da manhã de todos os dias, pelas conversas, abraços, por sonhar comigo e não me deixar desistir. Meu pai Wanderley por trabalhar em dobro, por cada olhar que passa confiança, por me incentivar a fazer minhas próprias escolhas e por cada correria que faz por mim. Meu irmão Pedro por me acompanhar em todos os momentos, me defender e me incentivar a permanecer no caminho de Deus. Minha irmã Fernanda por acolher meus choros em seu abraço, me fazer rir e compartilhar vídeos comigo, eu não seria nada sem vocês.

Ao meu amor Luís Santi por aceitar construir uma vida comigo, cuidar de mim, me ouvir, incentivar meus sonhos, não me deixar desistir, por segurar as pontas da preparação do casamento e organização da casa para que eu pudesse escrever este trabalho. Você é o melhor presente de Deus pra mim, obrigada por ser único e especial.

A Deus por eu ter tantas pessoas para agradecer, por me presentear com mais alegrias do que tristezas em um ano tão difícil, por me ungir com o Espírito Santo e por me dar Maria que me cobre com seu manto e me protege das dificuldades de cada dia.

"Mesmo em tempos de incerteza, como este que estamos vivendo, quando existe fé verdadeira, existe confiança e o sofrimento nos aproximam do Senhor. Isso significa que não devemos concentrar nossa atenção somente nas dificuldades quando tudo em nossa vida parece estar dando errado, quando parece que estamos acabando, somos chamados a transpor o impossível."

Boletim Informativo - Padre Reginaldo Manzotti (21 de outubro de 2020)

“O objeto do discurso de um locutor, seja ele qual for, não é objeto do discurso pela primeira vez neste enunciado, e este locutor não é o primeiro a falar dele. O objeto, por assim dizer, já foi falado, controvertido, esclarecido e julgado de diversas maneiras, é o lugar onde se cruzam, se encontram e se separam diferentes pontos de vista, visões do mundo, tendências”

Estética da Criação Verbal - Mikhail Bakhtin (1992)

ROSA, Ana Paula Costa. **Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia: a noção de sociocultural a partir das concepções dialógicas.** 2021. 125 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2021.

RESUMO

A Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia são campos que se relacionam com a sociedade desde sua constituição e suas trajetórias possibilitam a identificação de suas aproximações e distanciamentos, inclusive com a Ciência da Informação. A noção de sociocultural contemplada pelos campos possibilita compreender essas questões em relação aos preceitos que demarcam suas posições no contexto científico e social. Com o propósito de analisar a relação dialógica dos campos, delineou-se a seguinte questão: como a noção de sociocultural se apresenta no diálogo dos campos da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia? Nesse sentido, essa pesquisa tem por objetivo analisar a noção de sociocultural nos campos, por meio dos estudos de Mikhail Bakhtin, dos fatores socioculturais e da relação dialógica do discurso construído na Arquivologia, na Biblioteconomia e na Museologia. O percurso metodológico foi baseado nas etapas definidas por Rohling (2014), que parte das interações discursivas até chegar na análise das relações dialógicas. Para facilitar a análise, utiliza-se mapas conceituais como instrumento, pois essas ferramentas mostram os significados dos conceitos e as relações entre eles em uma área do conhecimento. Os resultados sugerem que a noção de sociocultural na Arquivologia, na Biblioteconomia e na Museologia compreende sua relação com a sociedade e a cultura durante toda trajetória dos campos, além das ações consequentes de suas práticas e das funções de cada um. Compreende-se que, na perspectiva histórica, os campos foram elitizados e houve uma evolução para romper essas barreiras. Assim, os campos foram moldados por estruturas de poder em que as relações socioculturais são constituídas e percebe-se movimentos que buscam romper essa perspectiva.

Palavras-chave: arquivologia; biblioteconomia; museologia; noção de sociocultural; ciência da informação.

ROSA, Ana Paula Costa. **Archival Science, Library Science and Museum Studies: the notion of sociocultural from the dialogic conceptions.** 2021. 125 p. Dissertation (Master's Degree Dissertation in Information Science) – Londrina State University, Londrina, 2021.

ABSTRACT

Archival Science, Library Science and Museum Studies are fields that relate to society since its constitution and their trajectories make it possible to identify their approximations and distances, including with Information Science. The notion of sociocultural contemplated by the fields makes it possible to understand these issues in relation to the precepts that demarcate their positions in the scientific and social context. With the purpose of analyzing the dialogic relationship of the fields, the following question was outlined: how the notion of sociocultural is presented in the dialogue of the fields of Archival Science, Library Science and Museum Studies? In this sense, this research aims to analyze the notion of sociocultural in the fields, through the studies of Mikhail Bakhtin, sociocultural factors and the dialogical relationship of the discourse constructed in the Archival Science, Library Science and Museum Studies. The methodological path was based on the steps defined by Rohling (2014), which start from discursive interactions until reaching the analysis of dialogical relationships. To facilitate the analysis, concept maps are used as an instrument, as these tools show the meanings of concepts and the relationships between them in an area of knowledge. The results suggest that the notion of sociocultural in Archival Science, Library Science and Museum Studies comprises its relationship with society and culture throughout the trajectory of the fields, in addition to the consequent actions of their practices and the roles of each one. It is understood that, from the historical perspective, the fields were elitist and there was an evolution to break these barriers. Thus, the fields were shaped by power structures in which sociocultural relations are constituted and movements that seek to break this perspective are perceived.

Key words: archival science; library science; museum studies; notion of sociocultural; information science.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Qual a noção de sociocultural no campo da Arquivologia?	104
Figura 02 – Qual a noção de sociocultural no campo da Biblioteconomia?	110
Figura 03 – Qual a noção de sociocultural no campo da Museologia?	114
Figura 04 – Qual a relação dialógica do discurso sociocultural na Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia?	119

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 –Objetivos e ações.....	21
Quadro 02 –Percurso analítico da pesquisa	99

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CI	Ciência da Informação
IFLA	<i>International Federation of Library Associations</i>
UNESCO	<i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	BAKHTIN E A PERSPECTIVA SOCIOCULTURAL	25
3	FATORES SOCIOCULTURAIS NA ARQUIVOLOGIA, BIBLIOTECONOMIA E MUSEOLOGIA	35
3.1	FATORES SOCIOCULTURAIS NA ARQUIVOLOGIA	36
3.2	FATORES SOCIOCULTURAIS NA BIBLIOTECONOMIA.....	57
3.3	FATORES SOCIOCULTURAIS NA MUSEOLOGIA.....	78
4	RELAÇÃO DO DISCURSO DIALÓGICO NOS FATORES SOCIOCULTURAIS NA ARQUIVOLOGIA, NA BIBLIOTECONOMIA E NA MUSEOLOGIA	98
4.1	ANÁLISE DIALÓGICA DO DISCURSO SOCIOCULTURAL NA ARQUIVOLOGIA, NA BIBLIOTECONOMIA E NA MUSEOLOGIA	115
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
	REFERÊNCIAS	126

1 INTRODUÇÃO

As questões sociais são inerentes à pesquisa científica, de modo que cada campo do conhecimento contempla a noção de social e cultural considerando seus respectivos objetos. Os objetos guiam as aplicações e o compromisso das ciências na sociedade de acordo com as relações sociais construídas ao longo da trajetória de um campo. A sociedade não é estática, com o tempo, o meio sociocultural evolui e se modifica, fazendo com que cada período adquira características e práticas culturais únicas que interessam ao contexto científico, este, comprometido em propor soluções aos problemas identificados no percurso.

A necessidade de documentar e manter os registros de suas ações sociais é característico do ser humano. Desde as civilizações mais antigas, os povos buscavam meios para representar e preservar informações relevantes ao seu contexto. Com a descoberta da escrita e conforme aumentavam os registros, surgiram instituições responsáveis por esses documentos, cuja função era organizá-los e preservá-los. Com o passar do tempo, a importância das atividades desenvolvidas por essas instituições foi reconhecida em diversos âmbitos sociais e culturais.

Ao longo desse desenvolvimento surgiram situações que exigiam padronização e especialização das atividades desenvolvidas nesses locais. Cita-se, como exemplo, nos primeiros arquivos, a necessidade de preservação e organização de tábuas de argila (BELLOTTO, 1989), nas bibliotecas da Antiguidade era preciso classificar os assuntos das obras (ESCOLAR SOBRINO, 1990) e nos antigos museus se fazia necessário o tratamento adequado dos objetos para exposição (SUANO, 1986).

No decorrer do tempo, os profissionais que atuavam nas instituições supracitadas começaram a desenvolver um corpo teórico que possibilitou a evolução dos campos da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. Rabello e Rodrigues (2014) mencionam que, na primeira reconheceu-se a importância enquanto disciplina durante a Baixa Idade Média; segundo Fernández Abad (2006) desde o início das bibliotecas públicas já havia um reconhecimento da Biblioteconomia enquanto disciplina; e, de acordo com Araújo (2013b), a Museologia começou a adquirir autonomia durante o século XIX.

Complementa-se que os arquivos começam a surgir logo após o desenvolvimento da escrita, visto que ao registrar o conhecimento manifesta-se a necessidade de guardar os registros e preservá-los. Conforme os arquivos evoluíam, algumas necessidades técnicas surgiam e isso demandava capacitação dos responsáveis pela guarda dos documentos. Para suprir tal necessidade, cursos foram criados, inicialmente dentro das instituições, para os profissionais que já atuavam nos arquivos e, posteriormente, chegaram às universidades e são denominados Arquivologia¹ (SILVA *et al*, 2009).

Assim como os arquivos, as bibliotecas surgiram da necessidade de organização, conservação e divulgação de seus documentos. As técnicas desenvolvidas na Antiguidade fundamentaram a Biblioteconomia, termo usado a partir de 1839, voltada para o tratamento dos documentos e a administração das bibliotecas. Com o surgimento das bibliotecas públicas, superaram-se algumas questões das bibliotecas da antiguidade e medievais e a Biblioteconomia tomou novos rumos visando facilitar a recuperação dos documentos (FERNÁNDEZ ABAD, 2006).

Os museus e a Museologia também estão entrelaçados. O termo Museologia aparece no século XIX e pesquisadores atribuíram a ele diferentes significados, como: preservação e exposição de coleções naturais; descrição dos conteúdos dos museus; conhecimento teórico e prático voltado aos museus (COSTA, 2017). O ensino de Museologia tem a França como um dos pioneiros, onde o curso era tradicionalista com foco na instituição museu.

Ao tratar da vinculação acadêmico-institucional dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, Araújo *et al.* (2018), propõem um agrupamento em categorias a partir de suas relações, em que ABM consiste na existência dos três cursos em uma mesma instituição. Contempla-se no presente trabalho, esta mesma sigla ao abordar os três campos teóricos. Compreende-se, com base no agrupamento proposto por Araújo *et al.* (2018), que há aspectos que aglutinam e distanciam os campos em relação aos preceitos que demarcam suas posições no contexto científico, social e cultural.

¹Também conhecida como Arquivística, conforme Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística. Em respeito às falas e pesquisas desenvolvidas pelos autores que respaldam este trabalho serão usados nas citações diretas e indiretas, os termos inseridos pelos autores em suas produções. No entanto, nas falas da autora da pesquisa, optou-se pelo emprego do termo Arquivologia.

Diante disso, justifica-se a opção por abordar os campos da Arquivologia, da Biblioteconomia e da Museologia nesta pesquisa devido à crença na relevância do relacionamento entre esses campos. A graduação em Arquivologia na Universidade Estadual de Londrina, possibilita o contato com aspectos da Biblioteconomia devido ao tronco comum de disciplinas entre os dois cursos, além disso, alguns professores esforçavam-se para incluir a Museologia nas discussões, essa vivência despertou o interesse pelas possíveis contribuições das relações entre a ABM. Acredita-se na importância de ressaltar as aproximações e distanciamentos entre os campos e no quanto isso pode ser enriquecedor para as disciplinas e também para as instituições arquivos, bibliotecas e museus.

Com o propósito de analisar a relação dialógica dos campos, delineou-se a seguinte questão: como a noção de sociocultural se apresenta no diálogo dos campos da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia? A questão norteadora foi desdobrada segundo os objetivos em como, quais, onde e por que essas relações se constroem a partir dos autores analisados.

Observa-se que a aproximação da Arquivologia com a CI possibilita uma evolução do campo do ponto de vista informacional, social e cultural. Para Silva (2013, p. 20), “[...] a Ciência da Informação e a Arquivologia irão estabelecer relações de natureza aproximativas, não no sentido de ‘dependência’ uma com a outra, mas no aspecto informativo e social [...]”. Pondera-se que a afirmação também pode ser aplicada à Biblioteconomia e à Museologia, visto que a aproximação entre os quatro campos possibilita evidenciar a importância informacional, social e cultural de cada um.

Diante disso, acredita-se que este trabalho contribui para a CI, uma vez que ressalta sua relação com a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia, compreendendo as possibilidades de interação entre os campos, visando o desenvolvimento, mas também ressaltando as especificidades de cada uma delas a partir desse relacionamento. É possível observar que na trajetória social da CI e dos três campos elencados, há fatores que se entrelaçam, que podem ser observados no sentido conceitual, epistemológico, ou no caso da ABM, por vezes históricos que, quando observados em conjunto, resultam em uma abordagem que possibilita verificar o distanciamento e aproximação de cada um.

A ABM e a CI apresentam inserções culturais, políticas, econômicas e sociais durante toda sua trajetória e tais fatores permitem que pontos relevantes

da história da sociedade também sejam ressaltados. Nesse sentido, acredita-se que para compreender a dinâmica social de forma integrada, é necessário revisitar o passado, e que para construção de um futuro mais humanizado é preciso interpretar as civilizações antigas. Assim, crê-se que tirar a discussão em torno dos fatores socioculturais permite essa reconstituição, visto que, os arquivos, bibliotecas e museus são responsáveis pela memória individual e coletiva da humanidade, além de ressaltar o papel fundamental que os campos exercem para o acesso à informação possibilita a construção de conhecimento tanto pessoal quanto social.

Para compreensão da noção de sociocultural, parte-se dos fatores apresentados por Vivas Moreno (2004a) para a Arquivologia. O autor define alguns fatores que mapeiam o desenvolvimento histórico do campo e, com o apoio de sua pesquisa, foi traçado um ponto de partida que contemplasse também a Biblioteconomia e Museologia, não com a pretensão de enquadramento em determinadas características, mas sim, acreditando-se na riqueza de elementos que poderiam emergir a partir deste ponto de vista.

Justifica-se a escolha do autor Agustín Vivas Moreno com a percepção, ainda que superficial, da escassez de trabalhos que tenham como intenção abordar a relação entre essas áreas, e fundamentam-se em teorias desenvolvidas por autores da Arquivologia. Como esta pesquisa desponta de outra que buscava apresentar o conceito de Arquivologia Social, compreendeu-se a importância de trabalhar com categorias inicialmente da Arquivologia para observação dos demais campos. Diante desse propósito, encontra-se o trabalho desenvolvido por Agustín Vivas Moreno que categoriza fatores socioculturais para Arquivologia e opta-se por verificar a aplicabilidade dessas categorias nos campos da Biblioteconomia e da Museologia.

Pensa-se que os três campos apresentam pontos em comum, ou muito próximos em suas trajetórias, como também pontos que se distanciam. Com a intenção de compreender melhor esses pontos, detalha-se os fatores socioculturais, cultura escrita, práticas eclesásticas, salvaguarda e garantia jurídica, burocracia, memória histórica e função informativa definidos por Vivas Moreno (2004a) na Arquivologia e busca-se observar esses mesmos fatores na trajetória da Biblioteconomia e da Museologia. Fator interessante foi que, no decorrer da pesquisa, identificou-se que apenas esses fatores não seriam suficientes para os demais campos, por isso, foi acrescentado o fator cultura humanística, com base em

Morales López (2008), para a Biblioteconomia e o fator colecionismo, com base em Bolaños (2002), para a Museologia. Além disso, percebeu-se que outros não têm estatuto suficiente para ser considerado fator identificador de elemento sociocultural nos campos, como garantia jurídica para Biblioteconomia e cultura escrita para Museologia.

O interesse nas características socioculturais dos três campos se justifica pelo fato da relação direta dos sujeitos com as práticas, os objetos e objetivos de cada um. Ou seja, considera-se a Arquivologia responsável por definir o tratamento coerente das informações contempladas nos documentos de arquivo, visando facilitar a recuperação dos documentos pelos usuários; a Biblioteconomia deve se preocupar com a necessidade informacional apresentada pelos usuários da biblioteca; e, do mesmo modo, a Museologia precisa olhar para o público do museu e se preocupar se a intenção das obras está sendo assimilada por eles.

Como justificativa pessoal, o interesse pelo tema vem de um estudo anterior realizado na graduação, cujo foco estava na relevância social da Arquivologia. Diante disso, surgiram inquietações resultantes de indagações relacionadas a forma que as questões socioculturais da Arquivologia, da Biblioteconomia e da Museologia são tratadas pelos pesquisadores e, daí, optou-se por trabalhar os três campos de forma a evidenciar o conjunto de fatores socioculturais, com uma perspectiva que passa pelas instituições, profissionais e disciplinas.

Para construção do entendimento de sociocultural, é usado como apoio o trabalho desenvolvido por Mikhail Bakhtin (2006), especialmente a obra “Marxismo e Filosofia da Linguagem”, pelo fato de demonstrar uma inter-relação a respeito dos fatores de constituição da realidade material, ligada à ideologia e às práticas sociais. Bakhtin/Volochinov (2006), expõe principalmente as práticas discursivas, que direcionam aos diferentes contextos e estruturas sociopolíticas, trazendo assim, no caso específico deste estudo, contribuições para perceber as relações socioculturais na Arquivologia, na Biblioteconomia e na Museologia.

A escolha por Mikhail Bakhtin ocorreu devido à necessidade de definir a noção de sociocultural. O autor apresenta conceitos de social e cultural equivalentes à perspectiva desta pesquisa, por esse motivo seleciona-se sua teoria para nortear a construção da noção de sociocultural neste trabalho.

Os estudos de Bakhtin evidenciam a relação do sujeito com a linguagem, a construção dos discursos e a dialogia entre eles. Diante disso, é possível perceber a relação dos campos com a sociedade e a cultura, ou seja, os sujeitos. A linguagem está presente nos documentos salvaguardados pelas instituições e na fala dos pesquisadores. Os pesquisadores constroem seus discursos em relação a trajetória da disciplina, atribuindo enunciados e significados aos temas relacionados a ABM, gerando uma cadeia comunicativa, entendida por dialógico.

As relações dialógicas representam as convergências e divergências entre os enunciados, evidenciando aproximações e distanciamentos entre os sujeitos envolvidos (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2006). Nesse sentido, acredita-se que a partir do estudo das relações dialógicas entre a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia, isto é, da representação das associações e diferenças entre os campos por meio dos enunciados dos autores contemplados nesta pesquisa, constrói-se a noção de sociocultural para ABM. Isto posto, apresenta-se como objetivo geral:

- Analisar a noção de sociocultural na Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia.

Com o intuito de alcançar o proposto, delineou-se os seguintes objetivos específicos:

- Refletir a respeito da noção de sociocultural a partir da perspectiva de Bakhtin;
- Descrever as características da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia a partir de fatores socioculturais;
- Relacionar dialogicamente, a partir das especificidades de cada campo, o discurso que demonstra os fatores socioculturais elencados;
- Apresentar uma discussão pautada na Análise Dialógica do Discurso a respeito das noções de sociocultural na Arquivologia, na Biblioteconomia e na Museologia.

Para tanto, optou-se por uma pesquisa de base bibliográfica e exploratória, devido ao levantamento da literatura da área. Com isso, foi possível elencar fatos da trajetória desses campos que explicitam suas relações sociais e

culturais. De acordo com Minayo (2002, p. 16), metodologia de pesquisa é “[...] o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade [...]”. Assim, as seguintes ações foram definidas:

Quadro 01 – Objetivos e ações

Objetivo geral: analisar a noção de sociocultural na Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia.	
Objetivos específicos	Ações
Refletir a respeito do conceito de sociocultural a partir da perspectiva de Bakhtin;	Revisão de literatura com foco no conceito de sociocultural abordado na teoria desenvolvida por Bakhtin
Descrever as características da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia a partir de fatores socioculturais;	Revisão de literatura com foco na trajetória da ABM, buscando suas características a partir dos fatores socioculturais
Relacionar dialogicamente, a partir das especificidades de cada campo, o discurso que demonstra os fatores socioculturais elencados;	Aplicação do método de Análise Dialógica do Discurso relacionando a ABM a partir dos fatores socioculturais
Apresentar uma discussão pautada na Análise Dialógica do Discurso a respeito das noções de sociocultural na ABM.	Apresentação das relações dialógicas entre a ABM a partir da noção de sociocultural

Fonte: elaborado pela autora.

Após as revisões de literatura, foi aplicado o método de Análise Dialógica do Discurso (ADD) que, amparada nos estudos do Círculo de Bakhtin, indica a necessidade de olhar para as relações dialógicas ao estudar um discurso verbal, uma vez que o discurso é visto como a concretização da língua (ROHLING, 2014).

As relações dialógicas consistem na materialização das relações lógicas que saem do plano da língua e entram no plano do discurso. Rohling (2014) acrescenta que, a perspectiva dialógica da linguagem contempla a relação, não neutra, entre o pesquisador e seu objeto de pesquisa, os dados são vistos como discursos e a base do pesquisador é de natureza dialógica e axiológica. Desse modo, “[...] a análise de discurso é sempre mediada pela linguagem e realizada sobre a linguagem, pois o sentido se constrói nas relações dialógicas.” (ROHLING, 2014, p. 49), sendo assim, o ponto de partida para análise do discurso é a dinâmica sociocultural para chegar à materialidade linguística que fundamenta a pesquisa de cunho dialógico.

Mikhail Bakhtin proporciona uma discussão teórica a respeito da relação dialógica do discurso enquanto Nívea Rohling instrumentaliza um método de

Análise Dialógica do Discurso, esse instrumento desenvolvido pela autora é definido para aplicação desta pesquisa.

Diante do exposto, fundamenta-se no percurso analítico proposto por Rohling (2014) que se inicia no estudo da esfera de atividade humana, em que se dão as interações discursivas, ou seja, no lugar que abriga o discurso dialógico, a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia. A segunda etapa contempla a descrição dos papéis assumidos pelos participantes da interação discursiva, analisando as relações simétricas/assimétricas entre os interlocutores na produção de discurso, onde se reflete o que fazem esses participantes do discurso, tomados aqui como autores abordados na revisão bibliográfica.

O estudo do cronotopo dos enunciados é a etapa em que se analisa a relação espaço e tempo do discurso, considerado nesta pesquisa como os fatores socioculturais que situam os campos no espaço e tempo discursivo. O percurso continua com o estudo do horizonte temático valorativo dos enunciados, isto é, a importância social dos campos evidenciada nos fatores abordados que resultam nas noções de sociocultural apresentadas por eles. Finaliza-se analisando as relações dialógicas do discurso, ressaltadas nos encontros e diferenças na Arquivologia, na Biblioteconomia e na Museologia, a partir das noções de sociocultural encontradas com a intenção de compreender o discurso dialógico entre os campos.

Com o método definido, foram tecidas as discussões pautadas nas concepções dialógicas, o que possibilitou uma compreensão acerca das relações existentes entre a ABM e as noções de sociocultural mapeadas. Para ilustrar as discussões que resultaram da análise, foram elaborados mapas conceituais fundamentados no discurso, análise e discussões construídas ao longo desta pesquisa.

De acordo com Rodrigues (2014), os mapas conceituais são ferramentas que mostram os significados dos conceitos e as relações entre eles em uma área do conhecimento, visto isso percebeu-se o quanto essa ferramenta facilitaria o cumprimento do objetivo deste trabalho trazendo uma perspectiva visual a partir dos conceitos tratados durante todo o trabalho. Para elaboração dos mapas conceituais utilizou-se a ferramenta *Cmap Tools*, que instiga o pensamento reflexivo e “[...] fomenta o desempenho de papel social, uma vez que permite a discussão e a construção de mapas conceituais via internet, auxiliando na negociação de significados dos conceitos” (RODRIGUES, 2014, p. 79).

A Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia se constituíram a partir de práticas existentes desde a Antiguidade e se fortaleceram durante o Renascimento ressaltando o valor da conservação e preservação dos acervos com o surgimento de manuais, o fortalecimento das técnicas existentes e o desenvolvimento de novas técnicas. Com o passar dos anos, os campos passaram a se preocupar mais com o contexto social e cultural em que estão inseridos, e é esse o ponto que esta pesquisa deseja ressaltar. O trabalho se apresenta com a seguinte estrutura:

1 – Introdução: contempla a apresentação desta pesquisa, perpassando as questões socioculturais e suas relações com a ciência e influência na Arquivologia, na Biblioteconomia e na Museologia. A problemática que é construída e envolve a análise das relações dialógicas da ABM. As contribuições da pesquisa para CI e para sociedade. A justificativa da escolha deste tema. Os objetivos definidos e a apresentação da metodologia, incluindo o percurso metodológico e a ferramenta de análise.

2 – Bakhtin e a perspectiva sociocultural: apresenta as ideias de Bakhtin, principalmente conceitos da obra “Marxismo e Filosofia da Linguagem” com o objetivo de discutir o conceito de sociocultural. Relaciona-se a teoria desenvolvida pelo autor com a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia a fim de estabelecer uma aproximação e compreensão de pontos que expressem o que é o sociocultural na visão dos campos.

3 – Fatores socioculturais na Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia: apresenta a trajetória dos campos com foco nos fatores socioculturais da cultura escrita, práticas eclesiais, salvaguarda e garantia jurídica, burocracia, memória histórica e a função informativa apresentados por Vivas Moreno (2004a), com a contribuição de Morales López (2008), na Biblioteconomia, e Bolaños (2002), na Museologia.

4 – Relação do discurso dialógico nos fatores socioculturais na Arquivologia, na Biblioteconomia e na Museologia: apresenta a noção de sociocultural na ABM e as relações da linguagem, ideologias e classes sociais com os discursos abordados nos fatores socioculturais na Arquivologia, na Biblioteconomia e na Museologia. Retoma-se o método utilizado para aplicação da pesquisa, descreve-se a análise realizada a partir dele e demonstra-se os mapas conceituais que contribuem para compreensão e visualização das relações do

discurso dialógico. Evidencia-se os resultados da ADD com ênfase nas aproximações e distanciamentos entre os campos e na noção de sociocultural na ABM.

6 – Considerações finais: retoma conceitos relevantes ao propósito do trabalho e expõe os resultados a partir dos objetivos. Apresenta as limitações e contribuições do estudo e sugestões de temas para futuras pesquisas.

2 BAKHTINE A PERSPECTIVA SOCIOCULTURAL

A obra “Marxismo e Filosofia da Linguagem” constitui, segundo Rodrigues (2013), um debate que contrapõe a afirmação de que a ideologia está situada na consciência, com a proposta de compreender os fenômenos linguísticos a partir do materialismo dialético, que entende a realidade como um movimento verificável. O texto de Bakhtin evidencia a impossibilidade de compreensão da linguagem fora do contexto social e situa a ideologia na realidade social. De acordo com Chauí (2008), a ideologia é um conjunto de representações, normas, regras e preceitos que explica racionalmente aos membros de uma sociedade dividida em classes, as diferenças socioculturais e políticas, sem atribuí-las à divisão de classes, e fornece à sociedade o sentimento da identidade social.

Rodrigues (2013), sintetiza as orientações de Bakhtin relacionadas a linguagem em cinco tópicos que apontam a língua como abstração científica com finalidade teórica e prática particulares e como um processo de evolução ininterrupto realizado na interação verbal social dos locutores. Define as leis da evolução linguística como leis sociológicas, pontua que a criatividade da língua depende dos conteúdos e valores ideológicos ligados a ela para ser compreendida e estabelece a estrutura da enunciação como puramente social. Esses tópicos evidenciam a tentativa de Bakhtin/Volochinov (2006), para uma releitura da psicologia, de modo que o fator determinante da consciência passe a ser os aspectos sociais.

Para a teoria marxista, a sociedade está dividida em classes que conflituam-se devido a contradição de valores socioculturais. Esse contexto, segundo Chauí (2008), propicia a origem da ideologia, posto que as classes dominantes precisam do conjunto de procedimentos definidos social e culturalmente, e, para manter a dominação e os dominados, precisam destes para diminuir ou destruir essa dominação. Sendo assim, a ideologia é um instrumento fundamental na luta de classes. A autora complementa que a ideologia tem a função de desviar a atenção das divisões sociais e dissociá-las das divisões de classes, escondendo sua origem, que evidencia sua intenção inicial de servir a uma classe na dominação.

O pensamento bakhtiniano traz que os conflitos da língua refletem os de classe, pois explicitam as “[...] relações de dominação e de resistência, adaptação ou resistência à hierarquia, utilização da língua pela classe dominante para reforçar seu poder etc.” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2006, p.15). Em parênteses

com a trajetória social e cultural das instituições arquivísticas, biblioteconômicas e museológicas, pode-se inferir, partindo da reflexão de autores como Vivas Moreno (2004a), Morales López (2008) e Bolaños (2002) que estas instituições foram vistas como pertencentes a uma classe social específica, por isso algumas pessoas pensam que apenas determinadas classes poderiam ter acesso a elas.

Posto isso, busca-se nesse tópico relacionar a teoria desenvolvida pelo autor com a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia a fim de estabelecer uma aproximação e compreensão de pontos que expressem o que é o sociocultural na visão dos autores, para que as discussões seguintes possam ser embasadas por estes pontos. Alguns pontos da trajetória e das aplicações sociais desses campos as aproximam e outros as distanciam, como por exemplo, suas origens, com os arquivos e bibliotecas se desenvolvendo a partir de instituições ou espaços comuns.

A Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia se debruçam sobre métodos para gestão de documentos, disseminação da informação, preservação e muito outros estudos que têm como finalidade a coerência e recuperação de informações pelos usuários, porém, em contextos e com finalidades diversas. Nesse sentido, percebe-se que a principal aproximação da teoria desenvolvida em “Marxismo e Filosofia da Linguagem” com a ABM, pode ser a necessidade de perceber o contexto social e cultural ao analisar a linguagem e os registros resultantes dela.

Bakhtin/Volochinov (2006) apresentam o social como o que é oposto ao individual e está ligado aos signos e, conseqüentemente, ao ideológico. Os autores apropriam-se no decorrer de sua obra de alguns termos diretamente ligados ao que é social como, “natureza social”, “fato/fenômeno social”, “classe/grupo/unidade social”, “diálogo/interação/relação/comunicação social”, “contexto/meio/atmosfera/situação social”, “horizonte/auditório social”, “signo social”, “evolução social”, “luta/crise social”, “ideologia social”, “instituição social”, “domínio/plano social”, “escala social”, “hierarquia/status social”, “expressão social”, “interesse/orientação social”, “valor social”.

Estes termos fazem são coerentes para o entendimento do sentido de social contemplado na obra “Marxismo e Filosofia da Linguagem” pois estão diretamente relacionados, sendo que ao mencionar a “natureza social” retrata-se algo proveniente da sociedade, originário do “contexto/meio/atmosfera/situação

social” que é entendido como o espaço, tempo e condição em que se dá o “diálogo/interação/relação/comunicação social”, ou seja, as trocas entre indivíduos.

Assim, os termos “fato/fenômeno social”, refletem o que foi efetivado, concretizado socialmente e as ações das pessoas pertencentes à determinada “classe/grupo/unidade social”, onde este outro grupo de termos transmite a ideia de que a sociedade está dividida em camadas que surgem devido a características econômicas, políticas e culturais semelhantes (formam um mesmo grupo) ou diferentes (são segregados e passam a pertencer a outro grupo). Nesse contexto de semelhanças e diferenças emergem “luta/crise social”, melhor dizendo, conflitos que visam reafirmar o “interesse/orientação social”, a intenção sobre privilégios e ganhos (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2006).

As lutas sociais podem ser consideradas oportunidades de “evolução social” visto que abrem espaço para o questionamento dos discursos dos indivíduos e possibilitam o aperfeiçoamento dos signos e unidades sociais. O “horizonte/auditório social” representa o alvo que determinado indivíduo tem como foco ao expressar-se socialmente e ao transmitir a “ideologia social”, esse termo será desenvolvido à frente neste capítulo e está ligado ao “signo social” que são ícones desenvolvidos consensualmente no “domínio/plano social” equivalente ao âmbito em que os diálogos são testemunhados (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2006).

De acordo com os referidos autores, é necessário distinguir níveis na ideologia do cotidiano por meio de “escala social” um instrumento de medição da atividade mental e expressão. Essa escala pode ter extensões diferentes e estabelecer por quais forças sociais os indivíduos devem se orientar. A análise dessas escalas pode resultar numa “instituição social” que é todo produto de uma criação coletiva e pode refletir “hierarquia/status social” referente a uma classe ou “valor social”. Este último contempla índices que afetam o conteúdo dos signos, posto que durante a evolução social determinados objetos tomam atenção do corpo social e adquirem valores particulares (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2006).

Por meio do exposto, têm-se como sentido de social aquilo que tem suas origens num contexto de diálogo, que pode causar conflitos e resultam na reafirmação ou mudança de organização num grupo promovendo sua evolução. A concretização dessa ação é vista em fatos e defendida como ideologia pelos indivíduos, frente a um auditório por meio de signos consensuais a determinado

domínio. As ideologias contribuem para o desenvolvimento de instituições que refletem hierarquias e valores.

Seguindo o mesmo raciocínio, levanta-se os termos citados em “Marxismo e Filosofia da Linguagem” que contribuem para o entendimento do sentido de cultural: “signo cultural”, “tragédia cultural”, “valor cultural”, “fatores culturais”, “poder cultural”, “histórico-cultural”. De acordo com Bakhtin/Volochinov (2006), percebe-se que os signos ideológicos, assim como os gestos humanos, não podem ser reduzidos a palavras e não existem isoladamente. Do mesmo modo que os “signos culturais”, estes são definidos em grupos de mesmo “valor cultural”.

Os “signos culturais”, tal qual os signos sociais, são ícones eleitos consensualmente, mas nesse caso resultam de tradições, saberes, hábitos e costumes de um grupo. Os autores (2006) retiram o termo “tragédia cultural” da análise de Georges Simmel (1911-1912), sendo que esse representa o vínculo do nascimento de um “valor cultural” objetivo e a conseqüente morte da alma subjetiva, complementa-se que “valor cultural” é o índice que determina quais são os signos culturais de um grupo (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2006).

Os “fatores culturais” fazem com que a língua e suas transformações fiquem claras e compreensíveis, eles são aspectos que contribuem para definição e caracterização de uma cultura e podem ser identificados por meio do “histórico-cultural”, ou seja, da observação de antecedentes da história dessa cultura. Por fim, “poder cultural” é o nível de autoridade concedido a determinado fator cultural, Bakhtin/Volochinov (2006) citam como exemplo o poder cultural da língua observado nas relações de domínio que uma determinada língua pode exercer sobre outra devido a cultura.

É possível compreender, a partir de Bakhtin/Volochinov (2006), como sentido de cultural, o que nasce em uma sociedade como resultado de tradições e costumes representados por signos e geradores de valores que contribuem para as relações de domínio e submissão. O cultural pode ser observado por meio de fatores que se destacam histórico culturalmente e que podem desempenhar poder cultural.

Com base nas reflexões supracitadas, infere-se que o sentido de sociocultural abrange os diálogos de um grupo com origens e interesses comuns que buscam evolução e consenso entre signos que possam representá-los diante da sociedade e da cultura. Os fatores que caracterizam esse sociocultural são

identificados na história do grupo e hierarquizados de acordo com seus valores e relações de poder.

A iniciativa de Bakhtin/Volochinov (2006), intui em relação a possível ligação da teoria marxista com a filosofia da linguagem, uma vez que pensa as bases ideológicas (o conhecimento científico, a literatura, a religião, a moral, etc.) como parte da realidade natural ou social. De acordo com Costa (2000), para que a relação da teoria marxista com a filosofia da linguagem seja possível a primeira não pode ser reduzida a um projeto político-ideológico, nem a uma economia, ou mesmo a uma sociologia dos sistemas de relações entre classes sociais. O autor (2000) entende a teoria marxista como de fundamentação geral, pois percebe o mundo como uma totalidade concreta.

Devido a esta percepção, a linguagem não poderia ser investigada fora da unidade da vida social, ou melhor, por fazer parte da totalidade concreta das relações sociais a linguagem não pode ser analisada fora deste contexto. Costa (2000) menciona, a partir de Marx e Engels, que a linguagem é essencialmente um fenômeno social e que a consciência é exteriorizada por meio dela, desse modo revela-se uma relação dialética entre a linguagem e a consciência que mostra a necessidade de pensar as duas mutuamente, mas sem reducionismos.

Paralelamente, a filosofia da linguagem é entendida por Jourdan (2018) como um fenômeno contemporâneo na história do pensamento, que pretende tratar das questões filosóficas a partir do significado. Ao perceber o marxismo como uma fundamentação geral, Bakhtin não reduz seu trabalho a investigação da linguagem por meio de princípios marxistas, mas sim amplia o horizonte de sua pesquisa ao compreender a relação dialógica entre significado e significante que caracteriza o signo. O pensamento do autor contempla a linguagem, o sujeito e suas relações sócio-históricas e busca relações entre linguagem e ideologia.

As ideologias, seguindo a teoria de Bakhtin/Volochinov (2006), contemplam significados e são consideradas signos. Sendo assim, a ideologia está presente na construção do signo e se preocupa com o sentido que o sujeito dá à palavra, “é o que outros autores chamam de cultura imaterial, produção espiritual, ou ainda consciência social” (GUEDES, 2010, p. 55). De acordo com o autor, os signos podem fazer parte ou refletir uma realidade e estão sujeitos aos critérios de avaliação ideológica (GUEDES, 2010).

Bakhtin/Volochinov (2006), acrescentam que o domínio ideológico e o dos signos são correspondentes, sendo assim, onde o ideológico está presente o signo também está e possui valor semiótico. Esses domínios contemplam campos de criatividade ideológica específicos que refletem sua função na vida social e o caráter semiótico coloca-os sob a mesma definição geral. Os signos ideológicos são fragmentos materiais da realidade e provocam efeitos no meio social, isso faz com que estejam sujeitos a estudos metodológicos.

De acordo com os autores supracitados, a compreensão de um signo é possível apenas a partir de outros signos (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2006). Portanto, pensa-se que os objetos de interesse dos arquivos, bibliotecas e museus, ou seja, os documentos arquivísticos, biblioteconômicos e museológicos são signos ideológicos, pois materializam a realidade social. Estes formam uma cadeia de signos dentro das instituições e só podem ser compreendidos se observado o contexto em que estão inseridos. O autor situa o ideológico no material social de signos criados pelo homem, como meio de comunicação entre indivíduos organizados.

Em sua obra, Bakhtin/Volochinov (2006), revelam que a ideologia não é produto da consciência, mas que esta adquire forma nos signos criados nas relações sociais. À vista disso, a construção sociocultural realizada em torno da Arquivologia, da Biblioteconomia e da Museologia não reflete o que os sujeitos pensam destes campos e suas respectivas instituições, mas o que foi ensinado em relação a elas por meio das relações sociais. Isso significa que os signos criados em referência a essas instituições como, os arquivos enquanto depósitos, bibliotecas vistas como lugares silenciosos e museus sendo de acesso apenas para eruditos, são ideologias resultantes do âmbito sociocultural e não produtos da consciência individual.

Percebe-se uma diferença entre os fenômenos ideológicos e a consciência individual que permite a ligação do primeiro com a comunicação social, uma vez que “a realidade dos fenômenos ideológicos é a realidade objetiva dos signos sociais.” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2006, p. 34). Compreende-se, portanto, que os signos sociais são a materialização da comunicação que está ligada aos fenômenos ideológicos, mas não é determinada pela consciência individual. De acordo com Bakhtin/Volochinov (2006), a melhor forma de concretização da comunicação social é a linguagem e a palavra que, por sua objetividade, reflete de

modo puro a relação social. Dito isso, a palavra é considerada um signo neutro, por não perceberem sua influência, e preenche diversas funções ideológicas como a estética, científica, moral e religiosa.

Desse ponto de vista, observa-se a relevância social dos arquivos, bibliotecas e museus, posto que os diversos tipos de linguagem que compõem seus acervos são considerados o principal signo das relações sociais. Além disso, essas instituições contribuem para concretização da comunicação social durante o processo de gestão dos acervos. Segundo Bakhtin/Volochinov (2006), a comunicação na vida cotidiana é uma parte importante da comunicação ideológica, pois está vinculada aos processos de produção e tem a palavra como material privilegiado. Os autores ainda comentam que é nesse domínio que as formas discursivas se situam e mesmo com a impossibilidade da substituição de todos os signos ideológicos por palavras, Bakhtin/Volochinov (2006) comentam que todos se apoiam nelas.

Guedes, Moura e Dias (2012), explicam que o conceito de linguagem traçado por Bakhtin se compromete com uma visão de mundo, justificando a abordagem linguístico-discursiva e reforçando a língua como um fenômeno social, histórico e ideológico. Essa perspectiva vincula a língua “a um conteúdo ideológico, sendo assim, seus signos são variáveis e flexíveis, apresentando um caráter mutável, histórico e polissêmico.” (GUEDES; MOURA; DIAS, 2012, p. 3). Dito isso, ressalta-se a função da linguagem em determinado contexto e a relação dialógica que permeia o processo de interação verbal.

Neste ponto, foi observado que a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia, ao tratar seus documentos, evidencia a importância do olhar para o contexto ao qual pertencem, desde sua produção até os meios de disseminação da informação contemplada por eles. Outro ponto são as variadas interpretações extraídas dos documentos de acordo com o meio social, cultural e histórico em que está inserido. Desse modo, pensa-se que essa aproximação do tratamento documental com as teorias de Mikhail Bakhtin não ao acaso, mas sim como resultado do olhar comum a uma mesma questão, a linguagem, que se faz presente tanto na teoria supracitada quanto nos documentos arquivísticos, biblioteconômicos e museológicos.

Para compreender a capacidade da palavra de estar concomitantemente em todas as partes, Bakhtin/Volochinov (2006), apontam a

necessidade de compreender como a infra-estrutura, ou seja, a realidade determina o signo e como este reflete as transformações sociais. A partir desse relacionamento, os autores definem a psicologia do corpo social como elo entre a estrutura sócio-política e a ideologia, sendo ela inteiramente exteriorizada em palavras, gestos e atos. Relata-se duas estruturas da psicologia do corpo social

do ponto de vista do conteúdo, dos temas que aí se encontram atualizados num dado momento do tempo; e, em segundo lugar, do ponto de vista dos tipos e formas de discurso através dos quais estes temas tomam forma, são comentados, se realizam, são experimentados, são pensados, etc. (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2006, p. 42).

Nesse sentido, neste ponto também se infere que a informação expressa nos documentos abordados pela Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia pode ser associada ao conteúdo da psicologia do corpo social e as tipologias documentais estão ligadas às formas de discurso. Bakhtin/Volochinov (2006), complementam que as formas de discurso variam de acordo com a época e o grupo social na comunicação sócio-ideológica, na ABM os tipos de documentos também se alteram de acordo com a necessidade do contexto de produção e difusão em que estão inseridos.

Além disso, a produção bibliográfica atribuída a esses campos, os temas contemplados pelos pesquisadores, a forma como cada um desenvolve suas pesquisas e a comunicação delas no meio acadêmico e social, também refletem a psicologia do corpo social da ABM. Ou seja, o desenvolvimento teórico desses campos e a experiência adquirida nos arquivos, bibliotecas e museus refletem o elo entre a estrutura sócio-política e a ideologia existente nesse contexto.

Para Bakhtin/Volochinov (2006), a comunicação verbal, ou seja, a interação entre sujeitos falantes, resulta no enunciado contextualizado, composto pela significação de um tema. De acordo com Guedes (2010), o enunciado existe apenas em determinado momento histórico e veicula posicionamentos por não ser neutro em relação ao conteúdo ideológico. A sucessão de enunciados gera uma cadeia comunicativa-discursiva que reflete seu caráter dialógico. O autor (2010) aponta para unicidade dos enunciados, uma vez que refletem a realidade, sentido e significado de determinada situação.

Partindo da afirmação que o dialogismo é um princípio para constituição do enunciado, afirma-se que em “Marxismo e filosofia da linguagem” o

conceito de dialogismo tem duas interpretações “no sentido lexical da palavra, e por outro, no sentido de encadeamento de ideias como unidade de enunciação” (GUEDES, 2010, p. 61). As relações dialógicas não apresentam apenas convergências, mas também divergências entre os enunciados, evidenciando aproximações e distanciamentos entre os sujeitos envolvidos. Guedes (2010) após explicar a interpretação de outros autores como Barros (2003) e Fiorin (2006), formula uma definição própria para o conceito de dialogismo que seria

a instância de sentido da linguagem; o movimento dialógico, isto é, o entrelaçamento de um elemento discursivo a outro, determina o valor de cada enunciado, refletindo a ideologia de cada sujeito social, frente aos outros sujeitos, em uma realidade concreta. O sentido das coisas não se encontra no interior da consciência, mas está no processo de interação dialógica entre discursos. (GUEDES, 2010, p. 62).

A definição do autor é aplicável a este trabalho, pois visualiza-se o movimento dialógico da linguagem quando um campo, Arquivologia, Biblioteconomia ou Museologia, constrói seu referencial teórico interagindo com os discursos de outras áreas. Esse relacionamento em que um campo referencia e complementa seu discurso a partir da relação dialógica traçada com outras reflete a ideologia de cada uma e resulta na interação dialógica entre discursos.

Com o exposto, é possível abrir uma observação sobre a teoria de Bakhtin com a teoria crítica da informação desenvolvida na CI, posto que os dois estudos se consolidam a partir da perspectiva marxista. Bakhtin/Volochinov (2006) reflete a linguagem como elitizada, construída na perspectiva de classes, direcionada para um tipo de público e não democrática, ao mesmo tempo, a teoria crítica “vai enfatizar o conflito, a desigualdade, o embate de interesses em torno da questão da informação – e para tanto, buscará explicar os fenômenos a partir de sua historicidade.” (ARAÚJO, 2009, p. 196).

Destaca-se também a aproximação desses dois estudos por meio das ideologias. Em Bakhtin/Volochinov (2006), a linguagem é compreendida apenas em seu contexto social, sendo que a ideologia se situa na realidade social; na teoria crítica da informação, de acordo com Araújo (2009), se estuda a dimensão ideológica dos arquivos, bibliotecas e museus enquanto equipamentos culturais que reproduzem lógicas sociais. Nesse sentido, a linguagem reforça a separação de classes, assim como a desigualdade no acesso à informação, onde esses fatores

dificultam a consciência sociocultural nos campos da Arquivologia, da Biblioteconomia e da Museologia, fato que pode ser observado pela realidade social.

No próximo tópico, serão expostos os fatores socioculturais de cada um dos campos, com o apoio de autores específicos, afim de possibilitar a compreensão da noção de sociocultural em cada um deles, a partir das perspectivas histórica e teórica.

3 FATORES SOCIOCULTURAIS NA ARQUIVOLOGIA, BIBLIOTECONOMIA E MUSEOLOGIA

Pensa-se que diversas pesquisas desenvolvidas na CI com o intuito de trabalhar os campos da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia têm discussões que partem de perspectivas da Biblioteconomia. Acredita-se na necessidade do desenvolvimento de trabalhos que partam também de perspectivas arquivísticas e museológicas, por isso defende-se aqui a importância de centralizar a perspectiva da Arquivologia, visando suas contribuições para o estudo da ABM.

Com o intuito de apresentar, a partir de uma visão específica, a perspectiva histórica dos campos e, conseqüentemente, perceber a noção de sociocultural, foi utilizado o estudo de Vivas Moreno (2004a), que constrói a trajetória da Arquivologia a partir de fatores socioculturais determinados, que são as conjunturas que permanecem com alguma constância em sua história, melhor dizendo, seus elementos estáveis. O autor afirma que esses fatores contribuem para o desdobramento da arquivística, devido a seus objetivos de conservação e preservação que possibilitam uma complexidade administrativa, favorecem o uso do documento como instrumento cultural, político e integrador do arquivo e suas funções informativas (VIVAS MORENO, 2004a).

Vivas Moreno (2005), expõe que os arquivos são úteis à política, economia, religião e outros processos socioculturais desde sua origem. Para sustentação desse argumento, o autor disserta a respeito de alguns fatores que contribuíram para configuração dos arquivos e que não são autônomos, mas relacionam-se entre si, sendo eles, a cultura escrita, a prática eclesiástica, a salvaguarda e garantia jurídica, a burocracia, a memória histórica e a função informativa.

Los factores socio-culturales expuestos representan las bases para la confección de una historia de la archivística de larga duración, esto es, el componente histórico racional -no lineal- de la disciplina. En otros términos, la Historia Cultural de la Archivística se encuentra vinculada de forma directa a los factores analizados. (VIVAS MORENO, 2005, p. 11).

Busca-se, nos tópicos seguintes, ressaltar os fatores apontados por Vivas Moreno (2004a) na Arquivologia e aplicar essa mesma perspectiva na Biblioteconomia e na Museologia, com o aporte teórico de Morales López (2008) e Bolaños (2002) respectivamente, devido a relação observada entre estes campos

neste trabalho. De acordo com Souza (2005), a abordagem sociológica pressupõe uma análise de fatores externos ao objeto estudado, neste caso a ABM, que interferem no desenvolvimento desses campos e que a partir da repetição de fatos evidenciam a influência dos fatores socioculturais relacionados eles.

3.1 FATORES SOCIOCULTURAIS NA ARQUIVOLOGIA

Conforme mencionado, pretende-se abordar a Arquivologia ressaltando alguns acontecimentos históricos, a partir dos fatores socioculturais elencados por Vivas Moreno (2004a). Percebe-se uma conformidade entre o resumo da trajetória dos arquivos de Bellotto (1989) e os fatores expostos por Vivas Moreno (2004a), por isso, resalta-se os marcos abaixo que contribuirão para compreensão dos fatores socioculturais da Arquivologia.

De acordo com Bellotto (1989), observa-se o início do desenvolvimento dos arquivos na Antiguidade, com os manuscritos de argila, nesse primeiro momento a escrita foi essencial para os arquivos, pois conforme surgiam os registros em tábuas de argila evidenciava-se a necessidade de preservá-los e organizá-los, fatores que resultaram na criação dessas instituições. Durante a Antiguidade Clássica, com a valorização da cultura escrita, os arquivos expandiram na Grécia e Roma, mas foram desvalorizados na Idade Média, posto que nessa época os documentos que não contribuíam como garantia da lei eram destruídos.

No século XII, os arquivos foram retomados com as concentrações feudais e, a partir do século XIII, têm o valor de sua conservação reconhecido pelos serviços administrativos e burocráticos. Até o século XVIII, essas instituições estavam diretamente ligadas aos reis, à Igreja Católica e à nobreza, devido a influência que as práticas eclesiásticas exerciam na sociedade da época. Conforme a influência da igreja diminuía, os arquivos foram se tornando depósitos de documentos estatais até sua abertura ao cidadão comum, em 1789. Com o Positivismo, os arquivos foram liberados para pesquisa histórico-científica e são expandidos com a criação dos arquivos nacionais, a partir do século XIX.

Posto isso, compreende-se que a **cultura escrita** é uma pré-condição para existência dos arquivos e que no início ela era social e funcionalmente restrita à determinados grupos. Segundo Elias (2012) a possibilidade de materialização da oralidade concedeu aos grupos sociais um progresso

civilizatório, visto que assegura a perpetuação da espécie humana. A partir da atribuição de símbolos gráficos eram registradas as ações, sentimentos e conhecimento, desse modo, não havia o risco do desaparecimento das informações, por causa da morte ou do esquecimento. Nesse contexto, o registro escrito era visto como forma de poder e verdade e os arquivos surgiram com a intenção de acumular os registros e preservá-los para prova e consulta.

De acordo com Silva *et al* (2009, p. 45), “[...] a escrita surgiu precisamente pela necessidade do Homem registrar e comunicar os seus actos, conhecimentos ou sentimentos.”, logo reconheceu-se a importância de conservar tais registros para posterior utilização e os arquivos surgem naturalmente nesse contexto. Desse modo, “[...] *los archivos constituyen, como se há dicho, la memoria de las instituciones y de las personas, y existen desde el momento em que el hombre decidió fijar porescrito sus relaciones como ser social.*” (MENDO CARMONA, 1995, p. 19). Pensa-se que para a efetivação da cultura escrita como recurso de memória algumas propriedades como o valor de prova e jurídico devem ser atribuídas aos registros.

De acordo com Escolar Sobrino (1990) os arquivos mais antigos datam de dois mil anos a.C. e eram formados por pequenas salas que se comunicavam e o acesso a elas do lado de fora era feito por uma escada, posto que eram subterrâneas devido ao medo de inundações. Ainda segundo o autor (1990), imagina-se que nas cidades marítimas existiam, desde o terceiro milênio a.C., arquivos oficiais e privados dos grandes comerciantes (ESCOLAR SOBRINO, 1990).

Pontua-se que os palácios e templos eram considerados verdadeiros arquivos e contemplavam diversos documentos para prova da lei e da justiça, além disso, conforme Silva *et al.* (2009) a organização dos registros era feita com excelência e havia um grande cuidado com a identidade e a autenticidade dos documentos. Ainda segundo os autores (2009), é possível identificar com clareza o sistema arquivístico e os sistemas de informação de alguns palácios, acrescenta-se que no Extremo-Oriente antes da era Cristã os registros também eram preservados e “[...] tudo leva a crer, pois, que alguns pressupostos da moderna ciência arquivística estavam já pragmaticamente resolvidos na alta Antiguidade e não apenas no espaço europeu.” (SILVA *et al*, 2009, p. 58).

Reconhece-se que mesmo com o desenvolvimento das instituições arquivísticas na Antiguidade, “[...] até o final da Idade Média, a palavra era mais

importante do que a escrita, pois os textos eram lidos em voz alta e o discurso estava em primeiro plano.” (RABELLO; RODRIGUES, 2014, p. 3), ou seja, o texto escrito era apenas um suporte para registro dos discursos. Com o passar do tempo, de forma lenta, a escrita foi se estendendo e substituindo, até certo ponto, a memória e a palavra como transmissor e verificador dos conteúdos culturais, “[...] *incluso las leyendas y mitos se escriben dando lugar a la primigenia producción literaria y científica en época griega [...].*” (VIVAS MORENO, 2005, p. 2).

No Renascimento, devido ao surgimento da imprensa, a escrita pôde ir além de das elites sociais. Com as mudanças técnicas, socioeconômicas, culturais, políticas e religiosas a escrita alcançou os grupos mais populares. Esse período propiciou o aumento da produção de documentos que “[...] *desplazó paulatinamente a cualquier otro mecanismo para transmitir contenidos culturales, comunicar órdenes políticas o garantizar derechos públicos y privados.*” (VIVAS MORENO, 2005, p. 3).

Em um primeiro momento na Antiguidade, os arquivos surgem para custodiar os registros consequentes da descoberta da escrita e seus interesses envolviam a preservação da memória social com o intuito de usar os documentos como prova da verdade. O modelo perdurou até o final do século XVII, nesse momento não havia uma centralização dos arquivos e eles serviam basicamente à Administração. Diante do objetivo de provar os direitos e deveres das autoridades, identifica-se a necessidade de verificar a autenticidade dos documentos de arquivo e como resultado nasce a Diplomática.

A Arquivologia nesse período pode ser caracterizada como indutiva e funcional, posto que, da Antiguidade à Idade Média, não havia um corpo teórico arquivístico, mas “[...] *una simple práctica inductiva, funcional y empírica educada por la utilidad y el ajuste racional.*” (VIVAS MORENO, 2004b, p. 82-83). Sendo que, as características mais relevantes desse período são:

La Archivística como procedimiento empírico[...]; Consideración del archivo como sujeto individual[...]; El Archivo como agente de la función administrativa[...]; Aparición del concepto de Archivo Público[...]; Avances en el ‘tratamiento archivístico’[...] (VIVAS MORENO, 2004b, p. 82-83).

Tais características evidenciam que não existiam teorias arquivísticas específicas, e que os métodos eram resultados das práticas. Além

disso, os arquivos eram lugares de conservação dos documentos escritos, independentes, e com o objetivo de testemunharem as ações administrativas e jurídicas. Por isso, os arquivos eram considerados garantia dos direitos e usados como prova das atividades do governo e da administração.

Com o surgimento do conceito de arquivo público, os arquivos deixam de ter utilidade somente às instituições privadas e despertam o interesse da nação conferindo fé pública aos documentos. Nesse período há um desdobramento relevante do tratamento dos arquivos, especialmente no que tange a organização documental.

Para que o arquivo se tornasse instrumento de poder eficaz foi necessário que ele fosse além da cultura escrita, posto que os fundamentos de soberania, jurídicos, éticos, religiosos, que legitimam as instituições, e os instrumentos de exercício de poder, ou seja, ferramentas e práticas políticas empenhadas para tomada de decisão, muitas vezes não se concretizavam em registros escritos. Desse modo, os arquivos passaram a desempenhar um papel relevante em outros âmbitos da sociedade como o religioso ao preservar registros além dos escritos.

As **práticas eclesiásticas**, com o desenvolvimento dos arquivos paroquiais, de conventos e outros, serviram de modelo para administração dos que foram desenvolvidos nas casas nobres. Com o objetivo de fiscalizar as práticas católicas, o Concílio de Trento (1545-1563), de acordo com Lasala (2000), obrigou a manutenção de registro de práticas sacramentais, como as contas da igreja, a administração de obras piedosas, aniversários, tarefas de controle pastoral, entre outros. Rabello e Rodrigues (2014) apontam que no período medieval os arquivos eram reconhecidos como lugares utilizados pela igreja para guardar os documentos com valor probatório.

Conforme Lasala (2000), em alguns períodos, como o da Idade Média e do Renascimento, a sociedade europeia não pode ser entendida fora do ambiente eclesial. Ressalta-se que “[...] durante toda la Alta Edad Media, la característica esencial fue la concentración de documentos en las catedrales y monasterios.” (MENDO CARMONA, 1995, p. 21). Para discorrer sobre o tema, faz-se necessário acrescentar que há uma distinção entre o Cristianismo e a Igreja, ou seja, “[...] no es lo mismo, por tanto, tratar sobre documentos de la Cristiandad, que estudiar documentos eclesiásticos.” (LASALA, 2000, p. 243). O autor presume que

os documentos produzidos no ambiente do Cristianismo são produtos de uma subcultura, pois são reflexos das relações interpessoais entre os membros da Igreja (LASALA, 2000).

Os documentos eclesiásticos apesar de apresentarem características externas comuns a outros documentos, possuem detalhes internos singulares que reforçam a cultura da igreja. Dentre os elementos internos, Lasala (2000) cita a persistência da língua latina e saudações típicas do cristianismo, além do preâmbulo, onde com frequência eram escritas passagens bíblicas ou frases dos Padres da igreja que caracterizavam o estilo do governo da respectiva autoridade eclesiástica.

De acordo com Abreu (2000), o primeiro grande arquivo eclesiástico foi o chamado *Chartarium Ecclesiae Romanae* e a partir do século IV as igrejas locais também vão desenvolvendo seus arquivos. Porém, é apenas após o Concílio de Trento que foram desenvolvidas normas reguladoras aos arquivos eclesiásticos. Em 1565 é estabelecida uma constituição para evitar as percas que as igrejas tinham por falta de cautela (ABREU, 2000).

Seguindo a linha descrita por Abreu (2000), no ano de 1588, o Papa Sisto V promulga uma Constituição regulamentadora dos arquivos dos Estados Pontifícios. Em seguida, são publicados Estatutos e Regulamentos dos arquivos eclesiásticos que expressam uma política arquivística, anos depois, em 1611, o Papa Paulo V institui o Arquivo Secreto Vaticano.

Abreu (2000) ainda afirma que Bento XIII (1724-1729) recebe o nome de Papa Arquivista, visto que a Constituição *Maxima vigilantia*, instaurada por ele em 1727, valida orientações para todos os arquivos, como a redação de inventário e catálogo e a preocupação com a segurança e integridade da documentação. Aproximadamente um século e meio depois, Leão XIII abre ao público os fundos do Arquivo Secreto Vaticano, a partir desse momento a legislação eclesiástica passa a contemplar também os meios para “facilitar aos investigadores o acesso ao seu estudo (ABREU, 2000, p. 142).

De acordo com Abreu (2000), um marco relevante aos arquivos eclesiásticos foi o Código de 1917. Dentre as orientações dispostas no Código destaca-se os materiais a conservar nos arquivos diocesanos, sendo eles: relacionados com a Santa Sé; referentes ao relacionamento com o poder civil; à espiritualidade; a bens temporais; ao pessoal; à administração; e à jurisdição. Os

materiais a conservar no arquivo paroquial, nos arquivos capitulares, nos arquivos das confrarias ou de estabelecimentos pios: relacionamento com a Santa Sé e com o Bispo; referente a privilégios; à espiritualidade; e à administração. E os materiais a conservar nos arquivos monásticos: relacionados com a Santa Sé; com o Bispo; referente a privilégios; à espiritualidade; ao pessoal; a casas e bens; e à administração (ABREU, 2000).

Acrescenta-se que a doutrina canonística “[...] divide os arquivos em públicos, privados e semi-privados; e, centrando-se no processo de formação de cada um, ainda os destringa em arquivo corrente, de depósito e histórico.” (ABREU, 2000, p. 152). O autor supracitado (2000), considera o arquivo pontifício vaticano, os arquivos diocesanos e os arquivos paroquiais como arquivos públicos e o restante dos arquivos eclesiásticos como arquivos privados.

Para Bellotto (2006) os arquivos religiosos ou eclesiásticos podem ser classificados como arquivos sociais devido a sua importância. No caso brasileiro, a autora referenciada anteriormente evidencia o valor jurídico dos documentos da Igreja Católica, anteriores à proclamação da República e menciona a tradição da organização arquivística desses arquivos no país (BELLOTTO, 2006). Em virtude dessa organização,

[...] os arquivos de algumas cúrias metropolitanas têm proporcionado trabalhos historiográficos de relevo, justamente pela possibilidade de uma adequada transferência de informação, pela existência de razoáveis instrumentos de pesquisa. (BELLOTTO, 2006, p. 272).

Um dos elementos que contribuíram à **salvaguarda e garantia jurídica** dos direitos privados e de instituições foi o direito romano. De acordo com Mendo Carmona (1995), a organização provincial romana estabeleceu nas cidades mais importantes depósitos de arquivos que recolhiam a legislação, jurisprudência e a documentação referente a administração provincial. Segundo Rabello e Rodrigues (2014), desde a Antiguidade a palavra escrita exerce a função de meio de prova e os arquivos são historicamente dispositivos para acesso ao documento. Percebe-se que na Antiguidade greco-romana os arquivos eram entendidos como “[...] lugares de prova e de publicização de documentos oficiais.” (RABELLO; RODRIGUES, 2014, p. 4), desse modo, serviam para salvaguarda jurídica dos direitos.

De acordo com Elias (2012) o arquivo na Antiguidade era o local onde magistrados interpretavam e representavam as leis, sendo eles os primeiros

guardiões dos documentos oficiais. Nos primeiros depósitos, guardava-se os atos e ações da lei, nesse caso, era o poder que estabelecia o valor da verdade. Posto isso, infere-se que a lei comandava o arquivo e definia o que era permitido ser conhecido e observado, ou seja, nem tudo que foi arquivado pelos magistrados era verdade absoluta, mas possibilita a construção de um discurso. Nesse sentido, Elias (2012), menciona que a acumulação desses acervos garante a materialidade de um discurso e o estabelecimento de um poder.

Rondinelli (2005) relata que na Idade Média a maioria dos documentos eram gerados a partir de atos jurídicos, que são condutas da vontade humana reconhecidas pelo sistema jurídico, e exigia-se que fossem apresentados de forma escrita. Nesse contexto, havia um pequeno número de documentos e eles eram reconhecidos em duas categorias, os dispositivos e os probatórios, isso possibilitava que os primeiros diplomatas fossem do documento direto ao ato correspondente. Julga-se que no período havia uma seleção dos arquivos que seriam conservados, pois os documentos que não serviam diretamente como garantia da lei eram considerados inúteis e destruídos.

Durante a Baixa Idade Média, reconheceu-se a importância do documento escrito para comprovar atos da vida privada como o matrimônio, o nascimento e a morte. Ainda no mesmo período, apesar de não ter estabelecido princípios teóricos universais, a Arquivologia começa a ser sistematizada como disciplina devido ao registro das práticas de organização e preservação dos documentos. Rabello e Rodrigues (2014) mencionam que na Idade Moderna a concepção jurídica e patrimonial dos arquivos é retomada e, no século XV, o valor dos documentos para as ações políticas e administrativas é acentuado.

Segundo Elias (2012), desde a Antiguidade havia falsificação dos registros documentais, no entanto, somente do século VI que se inicia o desenvolvimento de critérios para identificação de documentos falsos. Crê-se que na Idade Antiga a veracidade dos documentos estava ligada à autoridade do lugar de sua guarda e não ao objeto em si. Ressalta-se que os critérios para verificação dos documentos foram reconhecidos com o Código Civil Justiniano e por diversos decretos papais, mas, mesmo assim, as falsificações não cessaram e, de acordo com Elias (2012), no século XVII surge na Igreja Católica as Guerras Diplomáticas entre beneditinos, dominicanos e jesuítas.

Diante disso, há um destaque do documento diplomático, devido a seu valor como testemunho jurídico. Com a chamada “guerra diplomática”² iniciada em defesa da veracidade de alguns documentos beneditinos, defende-se que “a nova técnica documental servia à área do direito eclesiástico mais do que a qualquer outra atividade.” (BELLOTTO, 2006, p. 45). Complementa-se que desde os primórdios do direito romano já haviam aplicações diplomáticas nas áreas jurídica e administrativa e, de acordo com Bellotto (2006), foram utilizadas na Idade Média e na organização jurídico-burocrática de todos os Estados europeus.

No contexto do desenvolvimento da Diplomática, observa-se sua ligação com a verificação da autenticidade dos documentos. Essa ciência documentária, visava o documento como instrumento legal para garantia de direitos, sendo que, sua origem “[...] *no es inteligible sin la preexistencia de todo un entramado jurídico-cultural que convirtió de forma paulatina al documento escrito como garantía del reconocimiento de cualquier acto jurídico*” (VIVAS MORENO, 2005, p. 4). Ressalta-se que com a Diplomática foi possível verificar a autenticidade dos documentos medievais que estavam sendo falsificados, por meio do próprio registro documental.

De acordo com Rabello e Rodrigues (2014), com a criação da Diplomática há um reconhecimento dos documentos de arquivo como critério metódico para a análise do valor de prova e, desde o século XVII, a crítica documental já estava incorporada em estudos com finalidades prático-jurídicas. Sendo assim, “[...] a dimensão de prova dos documentos oficiais escritos armazenados nos arquivos passa a ser corroborada pela diplomática, disciplina oriunda da crítica documental [...]” (RABELLO; RODRIGUES, 2014, p. 5).

Com a Revolução Francesa de 1789, foram criados os arquivos nacionais e os atos de liberdade eclodiram no campo. Diante de tal cenário, os documentos “[...] eram considerados básicos para manutenção de sociedades antigas, ou seja, preservar para ações futuras.” (SILVA, 2013, p. 68). Nesse momento, ainda não havia uma intenção para uso cultural, visava-se apenas a proteção de direitos públicos. Desse modo, os arquivos se transformaram em grandes depósitos de documentos, uma vez que não deveria ser aberto ao público.

² A guerra diplomática, no século XVII, partiu da dúvida do jesuíta Daniel Papenbroeck em relação a alguns documentos beneditinos que foram defendidos por Jean Mabillon no tratado *De Re Diplomatica* (BELLOTTO, 2006).

A não abertura se deu em virtude de seu objetivo, nesse momento os documentos eram instrumento de poder e acessá-lo era sinal de poder do povo.

Vivas Moreno (2004b, p. 83-85), considera algumas características desse período:

La Archivística como doctrina jurídica al servicio de la administración [...]; Desarrollo de la organización administrativa y complejidad de la práctica documental [...]; Archivos del poder [...]; Desarrollo de la literatura archivística [...]; Archivos para la eficacia administrativa [...]; Elemental y embrionaria red de archivos [...].

Observa-se o desenvolvimento das técnicas de tratamento arquivístico, além do desenvolvimento da literatura do campo que contribui com abordagens especulativas e projeções das práticas documentais. Ao mesmo tempo, tem-se a transformação do arquivo em instrumento de base da organização administrativa do Estado, resultando em mecanismo de poder e um dos procedimentos de domínio e controle. O arquivo é considerado imprescindível para o sucesso da administração e também depende dela para o desenvolvimento do que é chamado início de uma rede de arquivos (VIVAS MORENO, 2004b).

No século XIX, segundo Rabello e Rodrigues (2014), Ranke desenvolveu um método científico com base na crítica documental, desse modo, ele considerou apenas os documentos de caráter diplomático, contidos nos arquivos. Como consequência de estudos como esse, os historiadores reconhecem o arquivo como local privilegiado para o acesso aos documentos, sendo assim, “[...] passou-se a demandar, ademais, saberes e profissionais especializados não apenas para a escrita da história, mas também para a organização dos documentos de arquivo com vistas ao acesso e ao uso.” (RABELLO; RODRIGUES, 2014, p. 8).

Explica-se que a prova documental remete a autenticidade do documento, seu papel histórico e de memória em um contexto administrativo e/ou jurídico (RABELLO; RODRIGUES, 2014). Os documentos oficiais de natureza histórica, jurídica e/ou administrativa, necessitam de lugares que permitam seu acesso e uso, uma instituição que “[...] metodicamente, armazena, organiza e permite o acesso para o uso da documentação como prova dos feitos políticos e administrativos, nas esferas pública, privada e/ou pessoal.” (RABELLO; RODRIGUES, 2014, p. 17), ou seja, os arquivos.

A partir do final do século XX, ressalta Elias (2012), a Arquivologia se baseia na Diplomática para os estudos de documentos contemporâneos. Em entrevista concedida a Revista do Arquivo, Heloísa Bellotto cita a diferença entre a Arquivística e a Diplomática, definindo a primeira como uma disciplina cujo a finalidade é a organização de conjuntos de documentos, de acordo com a lógica de seus conteúdos e produtores pensando o documento como parte do conjunto orgânico e a segunda como uma disciplina orientada à estrutura do documento, ao teor documental (MUNHOZ; TOLEDO NETO; BELLOTTO; MONTE; CONCEIÇÃO, 2015). Nesse cenário, os métodos e princípios da diplomática são resgatados pela Arquivologia para o estudo dos documentos produzidos burocraticamente.

Em relação a **burocracia**, segundo Bellotto (2006), devido a escrita surgiram organizações burocrático-governamentais, caracterizadas como instituições de direito público onde pessoas treinadas registravam as decisões das autoridades, dando origem as chancelarias, as secretarias e os tabeliães. Segundo Mendo Carmona (1995), a organização burocrática do mundo greco-romano desenvolveu o conceito de arquivo, vinculado a uma instituição do Estado que conferia fé pública aos documentos por ele conservados. Escolar Sobrino (1990) afirma que desde a antiguidade era necessário que houvessem grandes arquivos, visto que a sociedade era altamente burocrática. Nesse contexto, a administração da justiça e a contabilidade do reino eram confiadas aos escribas que as levavam ao faraó.

Entre os séculos XII e XVI, identifica-se um interesse do Estado em recursos escritos e na administração dos homens e das coisas. Devido a isso, nasce a intenção de um Estado moderno que, segundo Jardim (1999), para ser efetivo é preciso concentração de capital econômico que acompanha capital informacional e, conseqüentemente, capital cultural. Essa concentração acarreta a homogeneização da comunicação burocrática, ou seja, na objetivação do capital simbólico, cujos arquivos constituem facetas. Fonseca (2005) considera as instituições arquivísticas como formadoras da administração pública e ressalta seu papel como base da ideia de Estado moderno e democrático.

Salienta-se que até o século XIII os arquivos eram descentralizados, ou seja, a organização e administração dos arquivos eram promovidas em âmbito municipal. No decorrer da história algumas iniciativas de centralização surgiram, até que com a criação do Arquivo Nacional da França, em 1789, há uma centralização dos arquivos do Estado. Fonseca (2005) menciona três características do arquivo que

foram reproduzidas em outros países até meados do século XX, são elas: a criação de uma administração orgânica que suprisse a documentação da rede de repartições públicas; o reconhecimento do Estado de sua responsabilidade com o cuidado do patrimônio documental; e o reconhecimento do direito público de acesso aos arquivos.

Em relação à última característica, no momento citado, o acesso aos documentos arquivísticos ainda não era democrático, mas apenas aos historiadores e eruditos. De acordo com Fonseca (2005), a transferência de conjuntos de documentos, por volta de 1808, resultou na destruição de alguns registros e quando reunidos novamente no Arquivo Nacional da França foram tratados como um conjunto único e divididos em cinco seções: legislativa, administrativa, domínial, judiciária e histórica. Elucida-se que essa classificação era metódico-cronológica e culminou na desarticulação dos sistemas de arquivo, necessitando posteriormente de princípios corretores.

Pensa-se que um dos principais interesses da relação arquivo/Estado está no capital informacional que, de acordo com Jardim (1999), é associado a um poder simbólico de recursos públicos e benefícios, sendo os arquivos a “escrita do Estado”. Desse modo, “[...] se os arquivos configuram uma *escrita do Estado*, a Arquivologia é um *saber de Estado*.” (JARDIM, 1999, p. 46, grifo do autor), nesse contexto, cita-se que na Europa e América do Norte a Arquivologia era interpretada como uma das narrativas do Estado. Com o desenvolvimento dos Estados, no século XIX, surgem arquivos, bibliotecas e museus no mundo todo “[...] a serviço da cultura, da pesquisa, do culto aos símbolos nacionais e da organização burocrática[...].” (BELLOTTO, 2006, p. 309).

Em conformidade com Jardim (1999), a informação arquivística fornece algumas bases nesse contexto burocrático, dentre elas está a capacidade de refletir as ações, saberes, discursos e práticas estatais e propiciar elementos para constituição de um Estado racional, inclusive por meio dos dispositivos de gestão. O autor também menciona o controle do capital informacional do Estado, realizado nas instituições arquivísticas, como outro fator basilar, pois garante a supremacia mediante a outros, a legitimação de seu domínio, o grau de transparência das informações estatais e seus usos nas lutas no Estado (JARDIM, 1999).

No Brasil, exemplos dessas instituições são o Arquivo Nacional, a Biblioteca Nacional e o Museu Nacional de Belas-Artes, sendo que uma de suas preocupações “[...] era os documentos de interesse do Brasil que se encontravam no exterior[...].” (BELLOTTO, 2006, p. 309). Após o período de ditadura militar, segundo Jardim (1999), os discursos relacionados ao direito à informação governamental e à privacidade tomaram espaço no país, mesmo assim, o Arquivo Nacional mantinha a função de “[...] instrumento de controle e ordenação da informação pelo Estado e para o Estado, sem vínculos com o acesso à informação pelo cidadão.” (JARDIM, 1999, 23). Acredita-se que o não acesso do cidadão às informações governamentais era resultado da falta de políticas públicas de informação.

Considera-se que a principal característica dos arquivos públicos é o ciclo vital dos documentos compreendido por meio da teoria das três idades. Dito isso, Bellotto (2006), pontua que a primeira idade corresponde aos arquivos correntes que contemplam os documentos funcionais, administrativos e jurídicos. Nessa fase, os arquivos são responsáveis pela tramitação legal dos documentos e por facilitar sua utilização considerando as razões pelas quais foi criado.

Os arquivos intermediários, equivalentes a segunda idade, contemplam os documentos que não são mais usados no âmbito jurídico-administrativo, mas ainda podem ser requisitados por seu produtor, nesse caso “[...] são submetidos às tabelas de temporalidade, que determinam seus prazos de vigência de vida, segundo as respectivas tipologia e função.” (BELLOTTO, 2006, p. 21). As tabelas de temporalidade são geradas por uma equipe multidisciplinar que define os critérios de eliminação dos documentos desnecessários e os documentos que devem ser preservados permanentemente.

A terceira idade refere-se ao local em que os documentos avaliados como relevantes à pesquisa histórica são preservados, os chamados arquivos permanentes. Os documentos que chegam na fase são considerados patrimônio documental e, de acordo com Bellotto (2006), são usados no âmbito científico, social e cultural. Nesse arquivo são contemplados os documentos que servem como prova das relações estatais com a sociedade. Na fase dos arquivos, ressalta-se a importância do conhecimento da criação, evolução, competência e atribuições do organismo governamental e o organograma administrativo para realização da classificação e descrição dos documentos (BELLOTTO, 2006).

Segundo Bellotto (2006) a partir da descrição arquivística são elaborados os instrumentos de pesquisa, como inventários, catálogos, índices, entre outros, cuja função é viabilizar o acesso do historiador ao documento. Além disso, a disseminação da informação contempla a questão cultural voltada para comunidade, na etapa as atividades desenvolvidas na instituição arquivística adquirem valor fundamental para dimensão social e cultural.

A aproximação da Arquivologia com a história propiciou a valorização dos documentos como fonte de **memória histórica**, pois até então os registros eram preservados apenas enquanto úteis à administração. Segundo Silva *et al* (2009), no ano II da Revolução Francesa, a “Lei de 7 Messidor” determina a criação de um órgão nacional para superintendência dos arquivos e abre os arquivos para o cidadão comum. Porém, mesmo a jurisdição se estendendo da administração central às periféricas, não há uma evolução considerável no tocante a função da instituição, visto que só em meados do século XIX são liberadas salas para consulta em arquivos. Silva *et al.* (2009), mencionam que a disponibilização é efetivada por imposição da Ciência Histórica, assim o objetivo dos arquivos era disponibilizar fontes históricas e conhecimento exclusivamente aos estudiosos.

Tal momento propiciou a caracterização da arquivística enquanto auxiliar da História, uma vez que era “[...] voltada para identificação, classificação e inventário de fontes [...]” (MARQUES; RODRIGUES; NOUGARET, 2018, p. 21). Com a criação da *École Nationale des Chartes*, em 1821, essa relação da Arquivologia com a História fortaleceu a concepção culturalista dos arquivos. De acordo com Silva *et al* (2009, p. 111), “[...] para além das necessidades administrativas, surgia agora o interesse cultural, em especial por parte dos historiadores, que progressivamente vão impondo a concretização efectiva do acesso público às fontes documentais”. A mudança afeta as formas de organização da documentação, mas ainda não a disponibiliza para sociedade, os arquivos nesse cenário se transformam em laboratórios da história (SILVA *et al.*, 2009).

O conceito de arquivo adquire uma dimensão histórica além da administrativa, de acordo com Silva *et al* (2009), há uma distinção entre o arquivo com utilidades administrativas e o que não cabia à administração, mas era de interesse histórico e cultural. Há uma formalização da Teoria Arquivística que se desenvolve teoricamente a partir da elaboração de alguns princípios como o da

proveniência, promulgado “[...] através de uma circular do Ministério do Interior, com data de 24 de Abril de 1841[...].” (SILVA *et al*, 2009, p. 107), na França.

Diante da necessidade do historiador de encontrar documentos, há uma intensificação da atividade técnica e a arquivologia desenvolve a descrição documental por meio de ferramentas heurísticas, como catálogos, índices, guias, compilações e coleções. Como consequência, tem-se o desenvolvimento profissional, segundo Silva *et al* (2009), Carlo Malagola, da Universidade de Bolonha, no final do século XIX, começa a abordar a Arquivologia como disciplina e reúne a problemática relacionada aos arquivos, de sua evolução histórica até a legislação, passando pelos métodos de organização e a construção das ferramentas citadas acima.

Nesse momento, surgem manuais para sistematizar as práticas e teorias que estavam se desenvolvendo, dentre eles o Manual dos Arquivistas Holandeses que “[...] representa um grande avanço na teorização arquivística, pelo pensamento que lhe está subjacente e pelo carácter sistemático da sua apresentação [...]” (SILVA *et al*, 2009, p. 115). Por fim, o desenvolvimento de arquivos administrativos e a concepção do conceito de gestão de documentos, a partir do despertar para avaliação documental que ocorreu entre as duas guerras devido ao aumento da produção de documentos.

Em virtude da publicação dos manuais de Samuel Muller, Johan Feith e Robert Fruin (“Manual dos Arquivistas Holandeses”), final do século XIX, e Sir Hilary Jenkinson (*A Manual of Archival Administration*), início do século XX, a Arquivologia desenvolve sua função de disciplina e adquire o objetivo de desenvolver reflexões de cunho teórico, possibilitando sua extensão ao campo disciplinar. Segundo Lousada (2015), o Manual dos Holandeses é um instrumento metodológico e técnico, construído a partir da necessidade dos arquivistas de divulgarem suas experiências em um contexto documental específico. Por outro lado, o Manual de Jenkinson, de acordo com Schmidt (2012), refere-se à Arquivologia como ciência e imprime os conceitos de valor de prova, imparcialidade, autenticidade e custódia, explicitando as razões morais e teóricas para manter os arquivos.

Conforme Barros (2015), o Manual dos Holandeses foi o ponto alto da Arquivologia no século XIX, a publicação “[...] apresenta cem regras para arranjo e descrição de arquivos e, de acordo com alguns autores, independentizou

teoricamente o método de trabalho arquivístico, separando das concepções bibliotecárias e museológicas.” (LOUSADA, 2015, p. 41). A construção do Manual é resultado de uma organização teórica da prática em um contexto específico e “[...] deve ser considerada produto de situações sociais particulares que evidenciam condições que precisam de reflexão para ser explicadas.” (SCHMIDT, 2012, p. 52).

Barros (2015) reconhece que há um consenso na área em relação a importância do Manual dos Arquivistas Holandeses, visto que foi a primeira obra que sistematizou as práticas nos arquivos e repercutiu, de sua publicação até os tempos atuais, nos arquivistas canadenses, brasileiros, espanhóis, portugueses e outros, ou seja, em diversas correntes da Arquivologia. Ressalta-se que o manual de Jenkinson pode ser considerado uma

[...] espécie de atualização e reconsideração a respeito do livro de Feith, Muller e Furin [do mesmo modo] os trabalhos de Schellenberg relacionados a esse manual são responsáveis, [...] pela construção das noções de classificação, avaliação e descrição de arquivos, em diferentes níveis. (BARROS, 2015, p. 102-103).

Antes do século XX, a Arquivologia se preocupava apenas com o documento em si e voltava todas as suas práticas para seu suporte e forma. A partir desse século o campo direcionou-se a informação arquivística e, com o advento das tecnologias eletrônicas, a análise das funções, transações e processos que resultam na criação de documentos (SILVA, 2013). No início da segunda metade do século XX, Theodore Roosevelt Schellenberg, encontrava-se em meio ao aumento significativo da produção de documentos resultantes da administração pública e do advento das tecnologias da informação. Com o objetivo de reduzir a massa documental e melhorar o tratamento dos documentos governamentais, Schellenberg desenvolve o conceito de avaliação que “[...] baseia-se no fato de que os documentos possuem essencialmente dois valores: ‘primário’ e ‘secundário’.” (TOGNOLI, 2010, p. 29). De acordo com Barros (2015), Schellenberg visualizava a relação dos arquivos com a gestão, com isso os aspectos teóricos e práticos da Arquivologia eram ampliados, mas resultava em problemas terminológicos, profissionais e de identidade, reconfigurando as relações dialógicas do campo.

No início do século XX surgia também um movimento na história questionando a “[...] forma de narrativa histórica ‘tradicional’, que enaltecia os grandes feitos políticos, as grandes personalidades, os acontecimentos de Estado,

dentre outros aspectos.” (RABELLO; RODRIGUES, 2014, p. 9), isso acontecia, pois se consideravam apenas os documentos oficiais dos arquivos como fonte de análise. O movimento ficou conhecido como “movimento dos *Annales*” e ampliou a visão dos historiadores para atores sociais que tinham papéis secundários e grupos que estavam fora da pauta histórica.

Segundo Rabello e Rodrigues (2014), antes desse movimento, os historiadores se preocupavam essencialmente com a política e, com ele, voltaram-se para toda a história humana. Os historiadores do “movimento dos *Annales*” preocupavam-se com as estruturas sociais e a cultura da sociedade estudada, eles não desconsideravam a importância das fontes documentais, mas criticavam o modo como eram usadas nas narrativas. Aponta-se que a História “[...] passou a dar relevância à leitura dos documentos nas ‘entrelinhas’, no intuito de evidenciar deles o socialmente invisível ou decifrar e ouvir o inarticulado.” (RABELLO; RODRIGUES, 2014, p. 9).

A representação histórica dos fatos pode estar além das informações registradas, como nas coisas e na vida social dos objetos. Desse modo, os limites da representação são estabelecidos quando se define qual documento falará como monumento, ou seja, será objeto de verdade, nesse sentido as forças sociais inclinam a mediação da linguagem à construção da memória coletiva, e a escrita da história é operacionalizada (RABELLO; RODRIGUES, 2014). Depreende-se que para construção da memória histórica é necessário um conjunto de documentos que representem a realidade social do contexto estudado e os arquivos são fundamentais para viabilizar o acesso aos monumentos legítimos.

Elias (2012) pontua que as informações, documentos, validações e provas são selecionadas intencionalmente e isso resulta na problemática do discurso. O autor também considera que a instituição arquivística é o produto da monumentalização do documento como fonte de memória, visto que determina o que será preservado de acordo com sua historicidade (ELIAS, 2012). Desse modo, “[...] é preciso arquivo para lembrar, é preciso arquivo para se ter indícios e também para provar.” (ELIAS, 2012, p. 46), ou seja, o arquivo é responsável pela memória, pois acumula, guarda e altera os documentos ao atribuir valor por meio de técnicas e escolhas metodológicas de organização e disponibilização dos registros.

Nesse sentido, ressalta-se que ao reconhecer a **função informativa** dos documentos de arquivo, reconhece-se o papel das instituições arquivísticas

como facilitadoras do acesso à informação, e da Arquivologia como integradora das práticas que possibilitam a disseminação da informação arquivística. Nesse contexto, destaca-se três elementos que contextualizam essa função: “*La corriente integradora[...]; La formación conciliada con el resto de las profesiones de la información[...]; La constatación del impacto de las tecnologías de la información como factor clave sobre el ámbito archivístico [...]*.” (VIVAS MORENO, 2005, p. 9).

De acordo com Bellotto (1989), a Arquivística possui um objeto intelectual, que é a informação e os objetos físicos que são, o arquivo (conjuntos documentais), o documento em si mesmo e o arquivo como entidade. Diante desses objetos “O objetivo último da Arquivologia é a transferência/disseminação da informação [...] (BELLOTTO, 1989, p. 23)” e a função do arquivista “[...] será a de garantir a ‘memória’ das organizações para efeitos científicos da pesquisa histórica ou para efeitos de transmissão cultural.” (BELLOTTO, 1989, p. 23).

Vivas Moreno (2004b), pontua que o período denominado “[...] *la Archivística integral en la sociedad del conocimiento [...]*”. (VIVAS MORENO, 2004b, p. 81), começou na última metade do século XX. De acordo com o autor, este foi influenciado por duas correntes: a europeia, que com a consolidação do estado moderno se vincula mais ao direito e à história; e a norte americana, que com o desenvolvimento capitalista e industrial se vincula às organizações privadas e gestão administrativa (VIVAS MORENO, 2004b). Para o autor, as ideias que representam os arquivos atuais são: “*Ampliación del campo de actuación de la Archivística [...]; Expansión científica de la Archivística [...]; La Archivística en el ámbito de las Ciencias de la Información y Documentación [...]*.” (VIVAS MORENO, 2004b, p. 88-92).

Desse modo, com a expansão da Arquivologia para a gestão administrativa, desenvolve-se o conceito de “ciclo vital dos documentos” que contribui para ampliação do campo, pois compreende que seu objeto de estudo começa na gestão documental, percorre os procedimentos intermediários e alcança a conservação para fins históricos. Vivas Moreno (2004b) menciona uma expansão científica da arquivística, justificada por cinco características:

[...] un progreso historiográfico de la literatura archivística, un importante desarrollo normativo, un despliegue de la política internacional de archivos, un indiscutible aumento del asociacionismo profesional y, como no, el reconocimiento oficial de la Archivística en la Universidad española. (VIVAS MORENO, 2004b, p. 88).

Em relação a primeira característica, é possível observar o progresso da literatura desde 1960, com a busca da definição de fronteiras da arquivística. No período, são organizados eventos para debater o tema, como a 7ª Conferência Internacional da *Table Ronde des Archives* (Madrid, 1962); o 5º Congresso Internacional de Arquivos (Bruxelas, 1964); o Congresso Extraordinário (Washington, 1966); a 10ª Conferência Internacional da *Table Ronde* (Copenhaga, 1967); o 6º Congresso (Madrid, 1968); entre outros (SILVA *et al.*, 2009).

A segunda característica se refere ao desenvolvimento normativo, ou seja, aos manuais e ensaios publicados que se tornaram referência para o campo. Cita-se aqui, conforme Silva *et al* (2009), a *Cartilla de organización de archivos* de Matilla Tascón (1960); o *Manual de Archivología Hispano-americana* de Aurelio Tanodi (1961); *Les Archives* de Robert-Henri Bautier (1961); *Técnicas descriptivas de archivos* (1963), *Public and private records: their arrangement and description* (1965), e *The Management of archives* (1965) todas de autoria de Theodore Schellenberg. O desenvolvimento desses e outros manuais favoreceu a promulgação de leis e decretos relacionados aos arquivos.

A implantação de uma política internacional de arquivos se iniciou com a criação, no âmbito da *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO), do Conselho Internacional de Arquivos (C.I.A.), em agosto de 1950. De acordo com Silva *et al* (2009), o objetivo é que houvesse um consenso dos conceitos e métodos de trabalho arquivísticos em escala internacional. Diante disso, além dos movimentos nacionais os arquivistas passaram a se reunir em nível internacional, resultando em um aumento incontestável do associativismo profissional. No período também ocorre o reconhecimento oficial da Arquivologia na Universidade Espanhola.

A última ideia citada por Vivas Moreno (2004b) é a Arquivologia no âmbito da CI e Documentação, visto que suas metodologias se englobam no processo informativo-documental e que seus objetivos incluem a conservação da informação, sua disponibilização de acordo com a necessidade e o acesso ao conhecimento dos documentos e seu conteúdo. Pondera-se, que em um primeiro momento, os arquivos eram voltados às autoridades governamentais, pois serviam como prova de seus direitos e deveres e como instrumento de poder. Depois se voltaram aos estudantes, visto que disponibilizavam fontes de conhecimento. Por

fim, os arquivos direcionaram o foco para si mesmo, desenvolvendo reflexões teóricas para fortalecimento do campo.

No século XVIII, conforme Tanus (2013) desenvolve-se o princípio de respeito aos fundos, cujo enunciado determina que o arquivo de uma entidade produtora não deve ser misturado com o de outra, constrói-se assim a noção de fundo arquivístico, como elemento de organização dos documentos. Alguns anos depois, percebeu-se a necessidade de organizar os acervos arquivísticos de um modo diferente dos bibliotecários, assim, deveria ser seguido o princípio do respeito à ordem original, que visa a organização dos documentos do acervo de acordo com o nível praticado pela entidade produtora.

Acredita-se que os princípios foram a base ao desenvolvimento da gestão arquivística, que engloba os processos de produção, avaliação, classificação, descrição, difusão, preservação e aquisição responsáveis por contribuir para que arquivo a cumpra seu objetivo de informar. Com o aumento da produção de informação, de acordo com Indolfo (2007), surge, no século XX, a preocupação com sua racionalização, acessibilidade, tratamento, armazenamento e difusão dos registros em diferentes suportes.

De acordo com Pereira e Silva (2019), a função arquivística de produção ou criação de documentos envolve os documentos gerados em razão das atividades de uma instituição, e objetiva a padronização da produção, de modo a evitar a multiplicação desnecessária de documentos. A primeira função é essencial ao bom cumprimento das demais, pois evita o excesso de documentos, a falta de informações e facilita a identificação das tipologias documentais. O processo de avaliação documental, segundo Pereira e Silva (2019), contempla o julgamento dos valores dos documentos arquivísticos, além da decisão do prazo dos valores e o prazo de guarda de cada documento. Reflete-se que a função facilita que um documento seja encontrado, reduz os custos de preservação e espaço, que seriam gastos com documentos desnecessários.

Ressalta-se que para o sucesso da avaliação documental é preciso que o contexto cultural e social seja observado, uma vez que ao atribuir o valor secundário aos documentos eles se tornam permanentes, e são vistos como de grande relevância à sociedade. Nesse sentido, infere-se, em concordância com Pereira e Silva (2019), que especialmente essa etapa da gestão arquivística é subjetiva, ou seja, não possui neutralidade, visto que é realizada pelo arquivista que

recebe influências do contexto sociocultural no qual está inserido, e se apoia em suas concepções para definir a necessidade de preservação de cada registro.

Logo, classificação é um método recorrido por diversas disciplinas desde a Antiguidade e aplicado a diferentes objetos. A função tem ligação direta com os princípios arquivísticos, posto que “[...] respeita a origem e a ordem original dos documentos e proporciona uma visão ampla da constituição das atividades que foram realizadas ao longo de sua jornada, seja em arquivos pessoais ou institucionais.” (ALBUQUERQUE, 2012, p. 74). Entende-se que para a aplicação do processo faz-se necessário compreender o todo orgânico e não observar os documentos de forma isolada, pois, conforme apontado por Pereira e Silva (2019), a classificação possibilita o acesso rápido às informações e resulta na melhoria dos serviços arquivísticos.

Por fim, compreende-se que a descrição documental facilita a acessibilidade aos arquivos, pois resulta em ferramentas de identificação dos documentos elaboradas a partir de pesquisas realizadas pelo arquivista para identificação dos melhores meios de viabilizar o acesso às informações para a sociedade (PEREIRA; SILVA, 2019). Complementa-se que a atividade também sofre interferências históricas, políticas, econômicas e sociais do arquivista, devido a sua responsabilidade intelectual ao definir os elementos descritivos, ou mesmo o vocabulário controlado aplicado. A função se relaciona com a difusão, visto que para a sociedade se interessar pelas instituições arquivísticas, os documentos devem ser de fácil acesso e bem descritos.

Entende-se que a difusão arquivística contempla os meios que os arquivos usam para divulgação de seus acervos, com o objetivo de aproximar o público dos arquivos. Barbosa e Silva (2012), citam a difusão editorial, que contempla a publicação de textos relacionados ao acervo, e educativa, referente a organização de *workshops*, seminários e programas educacionais, enquanto Bellotto (2006) cita a difusão cultural, correspondente às visitas técnicas, exposições, festivais, entre outros, como opções de aplicação da função nas instituições. Pensa-se que o desenvolvimento de ações de difusão é essencial para despertar o interesse da sociedade pelos arquivos.

Menciona-se que a preservação de documentos é uma das funções que sempre esteve presente na história dos arquivos, como visto anteriormente, a necessidade de conservação e preservação dos registros da memória, da cultura e

das ações sociais acompanham essas instituições desde seu surgimento. Segundo Pereira e Silva (2019), a preservação deve incluir tanto os documentos de valor primário quanto secundário e é impactada pelos processos de avaliação e aquisição.

Identifica-se que a função de aquisição está presente principalmente nos arquivos não orgânicos, pois visa o “[...] crescimento do acervo através de compra, doação, depósito, legado ou troca.” (PEREIRA; SILVA, 2019, p. 17). Elucida-se que um acervo é adquirido devido ao reconhecimento de sua importância social, seja jurídica, econômica, histórica e/ou cultural. Posto isso, depreende-se que a gestão e o tratamento da informação arquivística são essenciais ao cumprimento da função informativa da Arquivologia.

Diante do exposto com base em Bakhtin/Volochinov (2006), é possível perceber que as categorias apresentadas por Vivas Moreno (2004a) são, de alguma forma, discursos que servem à elite e que se distanciam em alguns aspectos da realidade social. Na cultura escrita, destacam-se as relações de poder na restrição da escrita a determinados grupos. Os registros eram vistos como forma de dominação e os arquivos os preservavam como prova, assim, com o acesso apenas das classes privilegiadas, os registros eram realizados conforme interesse de determinada classe e valorizam as intenções produzidas por ela. As questões que envolvem relações de poder aparecem devido o autor utilizado, por não ser o foco desta pesquisa, apresenta-se aqui apenas indicações para futuras pesquisas.

O discurso presente nas práticas eclesiais reflete o privilégio do clero, uma vez que este determinava os documentos que poderiam ser disponibilizados à sociedade. Além disso, documentos produzidos pela igreja reforçam sua cultura, autoridade e poderio. As relações de poder no âmbito da salvaguarda e garantia jurídica são destacadas no privilégio dos magistrados em interpretar, representar e guardar as leis e regulamentos. Nesse cenário, as classes que detinham o poder estabeleciam o valor da verdade e definiam o que era permitido ser conhecido e observado. Nem tudo que os magistrados guardavam era verdade, mas permitia a construção de um discurso em favor dos que estavam no poder (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2006).

Em relação ao fator sociocultural burocracia o Estado é privilegiado, pois confere fé pública aos documentos conservados pelos arquivos. Os documentos atribuem poder ao Estado, conferindo-o capital cultural, resultante da concentração de documentos e possibilitando a homogeneização da comunicação

burocrática, além do controle da informação. A memória histórica reflete a prioridade que os historiadores tinham para acessar os documentos de arquivo. As relações de poder são explicitadas com a transformação dos arquivos em laboratórios da história. O estudo no contexto desse fator amplia o interesse pelas estruturas sociais e a cultura das sociedades. Inicia-se aqui a crítica às narrativas que privilegiam os dominadores (VIVAS MORENO, 2004a).

O domínio da função informativa, apesar de objetivar a disseminação da informação e o acesso aos documentos, apresenta um discurso voltado ao fortalecimento do campo, privilegiando os pesquisadores da Arquivologia (VIVAS MORENO, 2004a). O discurso apresentado nos fatores socioculturais revela como a linguagem reforça a separação de classes e evidencia a desigualdade no acesso à informação nos arquivos.

3.2 FATORES SOCIOCULTURAIS NA BIBLIOTECONOMIA

A história da Biblioteconomia é intimamente ligada à trajetória das bibliotecas, por isso pretende-se evidenciar os fatores socioculturais do campo, observando também a instituição. Santa-Anna (2015) resume a trajetória das bibliotecas partindo da função que a instituição exerceu em cada período histórico, desse modo: durante a pré-história e a Antiguidade sua função era custodiar os materiais informacionais; no monastério armazenavam e conservavam os documentos; no fim da Idade Média vão se tornando locais públicos e propagadoras de conhecimento; com o Renascimento são transformadas em espaços abertos e começam a intervir na sociedade.

De acordo com Fernández Abad (2006), as bibliotecas podem ser consideradas reflexo das condições históricas e culturais do contexto em que surgem, e os livros e documentos da instituição espelham as necessidades e circunstâncias sociais ao seu redor. Em consequência disso a Biblioteconomia surge com a participação de muitos personagens e, de acordo com Morales López (2008), teve origens diferentes em diversas culturas e regiões, fator que reafirma seu caráter social.

A história das bibliotecas se inicia quando o homem passa a gravar o que era narrado, e sua gênese, de acordo com Silveira (2007), está em conservar os signos informacionais. Observa-se que a primeira biblioteca foi localizada antes

do surgimento da escrita, propriamente dita, e data do terceiro milênio a.C., de acordo com Ortega (2004), na coleção haviam 15 mil tábuas de argila com textos administrativos, literários e científicos e 15 tábuas com resumo dos conteúdos dos documentos, em língua eblaíta. Ao longo dos milênios, a **cultura escrita** foi se desenvolvendo e substituindo os sistemas pictográficos.

Segundo Escolar Sobrino (1990), as obras literárias conhecidas hoje como materiais de biblioteca, circularam de forma oral por muito tempo, mesmo após a invenção da escrita. Souza (2005) relata que os primeiros registros da escrita eram contábeis, referentes a produção agrícola e pecuária, com o tempo agregou-se a finalidade votiva, comemorativa e histórica. A autora supracitada (2005) acrescenta que a primeira obra narrativa identificada foi o poema de Gilgamesh, baseada em tradições orais e que “[...] os egípcios foram os que introduziram ao mundo clássico a forma material primitiva do livro através do uso do papiro em forma de rolo, o emprego da tinta e a utilização das ilustrações como complemento explicativo do texto.” (SOUZA, 2005, p. 3).

Indica-se que para abordar a importância da cultura escrita à Biblioteconomia é relevante citar as bibliotecas de Ebla, Assurbanípal, dos povos hititas, cananeus, persas Aquemênida, judeus e egípcios, visto que são apontadas por Escolar Sobrino (1990) como as reuniões de materiais bibliotecários mais antigas. Posto isso, aponta-se as linguagens, os conteúdos e as formas de organização das bibliotecas.

Conforme apontado por Escolar Sobrino (1990): na biblioteca de Ebla foi possível identificar a escrita cuneiforme, ideogramas sumérios e fonogramas eblaitas; em Assurbanípal foi possível encontrar apenas a escrita cuneiforme; os povos hititas usavam tanto a escrita cuneiforme quanto as linguagens hitita, luvita e poláico; os cananeus e judeus aplicavam o alfabeto consoante ou alefato, apropriado para a escrita das línguas semíticas, dividida em arameu e fenício; os persas Aquemênida e egípcios possuíam sistemas próprios de escrita.

Em relação ao conteúdo encontrado em Ebla, Escolar Sobrino (1990) aponta registros administrativos e comerciais, sendo livros e diários antigos, inventários, registros das transações mercantis de materiais têxteis, madeira, metais e cerâmica. Havia também listas de reis de Ebla, editais reais, estatutos, correspondências oficiais e tratados políticos e comerciais com outras cidades. Outros documentos encontrados foram, listas com nomes de lugares, de palavras

eblaitas, de nomes dos deuses, reis, pedras, objetos de metal e madeira, animais, peixes, pássaros e profissões. Por fim, textos literários sumérios como hinos, encantamentos, poemas épicos e mitológicos e provérbios; dicionários e gramáticas eblaitas também foram encontradas.

Os assuntos encontrados em Asurbanipal, foram registros da propriedade do rei, maldições, boletins de campanhas militares, doações mais ou menos voluntárias, cartas dos reis aos governadores, classes de amuletos, encantamentos, textos de rituais, obras fundamentalmente literárias, exorcismos, receitas médicas e presságios (ESCOLAR SOBRINO, 1990). Os hititas possuíam textos literários, tratados com estados vassallos ou potências estrangeiras, cartas de funcionários civis e militares e membros de dinastias estrangeiras e textos administrativos. Os povos cananeus e judeus mantinham literatura de caráter religioso, profano e textos bíblicos e os persas Aquemênida, documentos legais, textos jurídicos e tratados. Em relação aos egípcios, há poucas informações, pois os registros não resistiram a ação do tempo, mas identifica-se principalmente os chamados livros dos mortos.

Quanto as práticas realizadas nessas instituições, as escavações feitas na biblioteca de Ebla apontaram algumas funções exercidas em seu contexto, como: “[...] *clasificación de los materiales, firmas en los lomos de las tabletas para su pronta localización y estanterías en las que los materiales descansaban ordenados por su forma y por su contenido [...]*” (ESCOLAR SOBRINO, 1990, p. 22-23). No caso da biblioteca de Asurbanipal e dos povos hititas, local em que o “Poema de Gilgamés” foi encontrado, o “*colofón*” era utilizado para identificação das obras, nele eram registrados dados que facilitavam a catalogação, classificação, ordenação e rápida recuperação ou localização. Na zona dos cananeus, judeus, persas Aquemênida e egípcios, não foram preservados restos de bibliotecas para que o modo de organização fosse observado.

Com o aparecimento do alfabeto grego, a produção e comércio de livros é estendida e a leitura individual é generalizada. Segundo Souza (2005) com a criação de obras filosóficas e teatrais há uma expansão da leitura, da produção e comércio de livros na Grécia e institucionalizam-se as bibliotecas públicas e privadas. Nos séculos VI e V a.C., o objetivo da leitura era contribuir para o funcionamento da democracia e do livro era conservar o texto. Durante o período helenístico as bibliotecas eram reservadas ao leitor erudito. No ano 335, Aristóteles

criou uma biblioteca no Liceu, segundo Escolar Sobrino (1990), ele reuniu livros e ensinou os reis egípcios a organizar bibliotecas.

No contexto romano, de acordo com Souza (2005), a prática de leitura era limitada à casta sacerdotal e à nobreza e proliferaram-se bibliotecas particulares nas residências dos romanos ricos, nesse contexto as bibliotecas passam de espaço reservado aos livros para espaço de convivência. Com o aumento da produção escrita no império greco-romano, foram criadas bibliotecas públicas como monumentos de celebração do poder que abrigavam acervos censurados pelo imperador.

Aponta-se o cenário das bibliotecas árabes, visto que apesar de constituírem a minoria entre os povos, os árabes impuseram sua língua por razões religiosas. De acordo com Escolar Sobrino (1990) as necessidades administrativas deram origem a prosa literária árabe e as conquistas mostraram aos árabes que a escrita era imprescindível para manutenção de um grande estado, além da memória dos homens não dar conta das variadas produções intelectuais. Desse modo, os califas e pessoas próximas a ele, começaram suas coleções de livros.

Durante o governo de Constantino, segundo Silveira (2007), as grandes bibliotecas do Oriente são evidenciadas. No período a escrita era de extrema relevância para multiplicação dos manuscritos por uma legião de copistas. Posteriormente, no século XIII, os manuscritos foram levados à Europa por monges Bizantinos e as informações contidas neles em relação à Antiguidade Clássica contribuíram com o fim da Idade Média e início do Renascimento.

Desde o século XV, questiona-se quais os efeitos da cultura escrita para a sociedade. A preocupação fortaleceu-se nos séculos XVIII e XIX com alguns marcos. Cavalcante (2009) cita a tradição intelectual iluminista, o *Siècle des Lumières* e a *Encyclopédie* de Diderot e D'Alembert, como fases relevantes para cultura escrita devido as suas influências na sociedade.

Pontua-se que houve uma crise do livro no “século das luzes”, ocasionada pela censura de livros que “[...] solapassem a autoridade do rei, atacassem a Igreja ou ferissem a moralidade convencional, ou seja, tudo que contrariasse a religião, o Estado e os bons costumes da época [.]” (CAVALCANTE, 2009, p. 4). Desse modo, assimila-se que “[...] a cultura escrita abriga pensamentos complexos de épocas e sujeitos distintos, cujas idéias prendem-se a dimensões políticas, históricas, religiosas e filosóficas.” (CAVALCANTE, 2009, p. 4).

As **práticas eclesiásticas** na Biblioteconomia se configuram, segundo Fernández Abad (2006), com a criação das bibliotecas públicas gregas, nos séculos IV e III a.C., uma vez que retratavam uma forte tendência religiosa. O domínio exercido pela Igreja, na época, objetivava a sobrevivência das estruturas sociais e continuou durante o período medieval, visando reforçar as bases cristãs na sociedade. Considera-se Alexandria como uma espécie de academia ou comunidade religiosa, pois as práticas realizadas nesse ambiente eram voltadas para o agrado dos deuses. Complementa-se que as bibliotecas cristãs do império romano eram focadas na missão educativa do cristianismo, ressaltando a religião e suas bases.

Fernández Abad (2006) comenta que devido ao prestígio das bibliotecas públicas, em Bizâncio, resultante da pluralidade cultural, proliferaram-se bibliotecas associadas a política, religião e educação. Na Idade Média, as instituições eram “[...] ligadas a ordens religiosas tanto no Ocidente como no Oriente, as quais foram responsáveis pela preservação da antiga cultura greco-romana registrada [...]” (ORTEGA, 2004, p. 2). Apoiando-se em Bufrem (1985), afirma-se que no Antigo Egito, as bibliotecas eram ligadas aos templos e durante a Idade Média aos mosteiros, sendo suas obras instrumentos religiosos e morais.

Escolar Sobrino (1990) menciona que os mosteiros bizantinos não pertenciam a ordens religiosas e eram dirigidos por seu próprio governo. Durante o governo de Teodoro (789-826), os monges podiam retirar livros da biblioteca para lê-los e os copistas recebiam punições caso cometessem erros. Dentre as obras localizadas nas bibliotecas do Monte Athos, cita-se que três quartos datam do período bizantino, sendo em sua maioria de teologia. Segundo Escolar Sobrino (1990), é possível deduzir que no período medieval os livros eram mantidos em armários e traziam assinaturas, sendo abundante os de natureza religiosa.

Ao longo do período, várias bibliotecas se destacaram com o caráter de obras religiosas, dentre elas: Lavra em Monte Athos, Patmos, Metéora em Tessália, Attalima perto de Ancara, Santa Catarina no Monte Sinai e São João nas proximidades do Jordão, dos patriarcas de Jerusalém, também conhecida como do Santo Sepulcro. No século V, todos os mosteiros possuíam um exemplar da Bíblia, geralmente em grande formato e decorado. No entanto, pensa-se que, houve um certo retrocesso, posto que “[...] *las bibliotecas, que empezaron siendo públicas, terminaron siendo privadas, y las bibliotecas de las instituciones, fueron a parar en*

manos del emperador y de su familia, además de algunos funcionarios y personalidades.” (FERNÁNDEZ ABAD, 2006, p. 96). Depreende-se que isso ocorreu devido ao desinteresse da sociedade por coleções pagãs e seu interesse na formação religiosa, que resultou em pouca procura das bibliotecas públicas.

Durante a Alta Idade Média, conforme Escolar Sobrino (1990), as bibliotecas mais importantes foram as episcopais, que reuniam livros de vários bispos. O espaço da biblioteca era disponível para leitura e para o trabalho em escrita e cópias de textos. Nesse contexto, os mosteiros visigodos contavam com uma pequena biblioteca, composta por sermões, homilias e tratados dos Santos Padres, vida dos santos e uma coleção de cânones. No período mencionado “[...] *el libro y la lectura fueron esenciales en la vida monástica altomedieval y en el mantenimiento de la unidad religiosa europea, pues eran raros los contactos personales [...]*” (ESCOLAR SOBRINO, 1990, p. 166), diante disso os livros eram imprescindíveis à vida religiosa e a biblioteca para o serviço comunitário.

Durante o século XIII, de acordo com Bufrem (1985), houve um crescimento cultural limitado aos membros do clero, nobres e realeza. De acordo com Souza (2005), a literatura na Europa Ocidental foi preservada em virtude das bibliotecas dos mosteiros, devido a reprodução dos monges de obras clássicas e religiosas. Conforme citado por Fernández Abad (2006), na Europa medieval, apenas as bibliotecas da catedral da Igreja Católica disponibilizavam fontes para consulta da população, pois a função primordial das instituições era guardar a verdade eterna e evitar a busca por mudanças. Sendo assim, as bibliotecas não privilegiavam a laicização e democracia, mas preservavam os manuscritos que contribuíam com a compreensão do passado.

Pouco antes do século XV, houve uma fusão entre religião e política que propiciou, de acordo com Siqueira (2010), o controle documental por parte da igreja católica, que guardava os conhecimentos da época privando-os dos povos e até dos monges. Siqueira (2010) considera os religiosos como os primeiros bibliotecários, visto que produziam, ordenavam, armazenavam e guardavam os livros. Fernández Abad (2006) menciona que o bibliotecário era uma figura poderosíssima, visto como vigia da ordem e caso uma pessoa não respeitasse a verdade cristã ele tinha poder para tomar as ações necessárias. Na Idade Média, segundo Silveira (2007), os livros eram associados a educação religiosa e, por isso, restritos basicamente aos conventos e mosteiros.

Silveira (2007) afirma também que os escribas, em sua maioria Beneditinos, são os responsáveis pelo acesso a grande parte do conhecimento e da cultura da Idade Média, pois eles dedicavam horas ao trabalho com os livros. O principal exemplo das bibliotecas nesse contexto é a Biblioteca do Vaticano, “[...] idealizada pelo Papa Nicolau V no ano de 1450 [...]” (SILVEIRA, 2007, p. 72), que manteve os fundamentos da cultura e da memória humana a salvo. Mesmo considerando a importância da igreja para conservação de algumas obras, deve-se mencionar as obras que foram destruídas e ocultadas por ela, em razão de sua classificação como inadequados para leitura. De acordo com Fernández Abad (2006), os livros que foram apenas ocultados foram divulgados posteriormente a estudiosos e teólogos e chegaram aos tempos atuais.

Durante a Baixa Idade Média, as bibliotecas das catedrais cresceram, conforme Escolar Sobrino (1990), elas contemplavam algumas centenas de volumes separados em três categorias, os usados nos cultos, os de caráter teológico, que constituíam a parte principal, e os destinados ao ensino que incluem as obras de texto e literárias da antiguidade clássica e medievais, compilações legais e tratados científicos. Foram instaladas inicialmente em claustros e depois em corredores com numerosas e pequenas janelas. Os catálogos eram compostos apenas por descrições sumárias e sem normas padrões, estavam mais próximos de inventários do que de catálogos. Alguns exemplos dessas bibliotecas são a da catedral de Verona, a de Iorque e as da Alemanha, como Mainz, Münster, e Colônia, Wurtzburgo.

No ano de 1453, acervos das bibliotecas do Oriente chegaram aos mosteiros e conventos europeus por intermédio dos monges Bizantinos e “[...] por conterem as bases do conhecimento da Antiguidade tais acervos difundiram os fundamentos teóricos que deram origem ao Renascimento artístico e científico europeu.” (SILVEIRA, 2007, p. 74). Desde os anos iniciais do pontificado, de acordo com Escolar Sobrino (1990), os papas tinham coleções de livros à sua disposição que transitavam em suas residências e que retornaram ao Vaticano no ano de 1891. Ao longo dos séculos a biblioteca do Vaticano foi agregando obras e ficou fechada para consultas de 1527 a 1890, quando Leão XIII permitiu que estudiosos fizessem consultas na biblioteca e arquivos vaticanos. Instalava-se ali uma biblioteca *renascentista* “[...] donde los libros tenían valor de joyas y prosiguió como instrumento al servicio de la religión contra la Reforma protestante, ha terminado

siendo um centro de investigación religiosa, humanística e histórica.” (ESCOLAR SOBRINO, 1990, p. 202).

No Brasil, é possível identificar, no final do século XVI, uma biblioteca no colégio dos jesuítas, em Salvador. Na mesma capital, em 1677, é identificado o primeiro catálogo de biblioteca organizado pelo Padre Antônio da Costa. No entanto, “[...] o destino trágico das bibliotecas e arquivos dos conventos brasileiros foi consumado pelos anos que se seguiram e em 1851 não havia quase nada que aproveitar conforme relatório de Gonçalves Dias [...]” (SOUZA, 2005, p. 7). As bibliotecas foram desenvolvidas em outras ordens religiosas, como beneditinas, franciscanas e carmelitas e, até a metade do século XVIII, eram para os jovens centros de cultura e formação intelectual. E no século seguinte foram instauradas as bibliotecas públicas no Brasil.

As questões de **salvaguarda e garantia jurídica** são observadas a partir das semelhanças da Biblioteconomia com a Arquivologia, mas com o tempo esses campos tomaram rumos diferentes. Observa-se que na Mesopotâmia, os arquivos e bibliotecas eram responsáveis por preservar registros oficiais referentes às transações privadas, isto ressalta o valor dessas instituições para garantia jurídica, visto que as informações resguardadas tinham valor de prova de direitos. Durante o período, “[...] a biblioteca era uma instituição necessária como anexo às salas reais, às câmaras e conselhos.” (BUFREM, 1985, p. 116), nesse sentido seu papel era importante para salvaguarda de documentos jurídicos.

Tanus e Silva (2019) comentam que, desde a Antiguidade, havia a necessidade de espaço para guarda e preservação de registros resultantes da administração, da literatura e da ciência, essa condição abriu caminho ao desenvolvimento de instrumentos de organização bibliográfica como catálogos e inventários. Complementa-se que até a Idade Média o acesso aos registros documentais era autorizado apenas para um grupo restrito, isso mudou aos poucos com a aproximação da Igreja Católica com o Estado e depois com o advento das universidades.

De acordo com Escolar Sobrino (1990), quando a quantidade de normas jurídicas exigiu uma ordem para sua conservação e difusão, alguns povos optaram por registrá-las em verso e ritmo de prosa para facilitar que as pessoas as recordassem e obedecessem. Julga-se que o formato aumentou o interesse das bibliotecas por esses documentos. Complementa-se, segundo Silveira (2007), que

as práticas culturais precisam ser materializadas para que tenham visibilidade e sentido e que este é o elemento que liga as práticas às bibliotecas.

Nesse sentido, as bibliotecas são lugares para “[...] salvaguarda da materialidade simbólica concebida como elemento de representação coletiva [...]” (SILVEIRA, 2007, p. 30), ou seja, responsáveis pela preservação da cultura e da memória. Na Alemanha, segundo Morales López (2008), havia uma corrente que buscava enfatizar a função de preservação das bibliotecas, restringindo o acesso às coleções.

No decorrer do desenvolvimento da Biblioteconomia, percebeu-se a necessidade de salvaguardar obras com valor significativo para história, também chamadas de obras raras, caracterizadas por Greenhalgh e Manini (2013) como obras com poucos exemplares, que têm relevância histórica e cultural. Os autores complementam que todas as obras produzidas antes da invenção da escrita são consideradas raras, devido ao método artesanal utilizado nos pergaminhos que resultava na fabricação de poucos exemplares de um mesmo título e cópias com diferentes estilísticas ressaltando o caráter único das obras. Os primeiros livros impressos, chamados incunábulo, também são classificados como obras raras, visto que seguiam as características dos manuscritos.

No contexto brasileiro, algumas instituições determinam a raridade de um livro de acordo com a sua data de publicação, menciona-se o exemplo da Biblioteca Nacional, a Biblioteca do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro e a Biblioteca Ministro Oscar Saraiva. No entanto, Greenhalgh e Manini (2013) ressaltam que, o valor cultural pode estar além dessa data, visto que autores recentes influenciam significativamente áreas do saber. Cita-se então outros possíveis critérios como: a censura empregada nas obras e a repudia dos próprios autores que destroem vários exemplares; a encadernação e luxo, que agrega valor às obras; até mesmo erros de impressão podem tornar um livro raro (GREENHALGH; MANINI, 2013).

Os livros raros, segundo Greenhalgh e Manini (2013), contemplam sua trajetória histórica e a dos elementos envolvidos em sua confecção. Aponta-se que a informação pode ser encontrada tanto nas palavras impressas nos livros, como “[...] nas ilustrações, no estilo de encadernação, no papel, nos tipos gráficos, nas marcas de propriedade, entre outros aspectos.” (GREENHALGH; MANINI, 2013,

p. 259). Ao longo dos anos, as instituições responsáveis por salvaguardar Obras Raras têm sofrido com as invasões e roubos de livros.

No século XVII, apareceram as primeiras bibliotecas públicas que, conforme Escolar Sobrino (1990), foram criadas por monarcas ou instituições públicas que pensavam em colocar a serviço dos homens o conhecimento e as ideias acumulados nos livros. Os criadores observaram que o conteúdo dos livros era mais valioso do que sua aparência exterior e a intervenção de bibliotecários profissionais nas bibliotecas possibilitou que elas se tornassem instrumentos de trabalho a serviço de uma cultura superior. Durante o Iluminismo, as bibliotecas passam a servir ao homem comum e com a Revolução Industrial, “[...] bibliotecas acadêmicas, especializadas, especiais e escolares vão aparecendo, ampliando consideravelmente o espectro das atividades e serviços bibliotecários.” (BUFREM, 1985, p. 112-113).

Inteira-se que as bibliotecas universitárias contribuem para salvaguarda da pesquisa e auxiliam na produção de conhecimento, elas surgiram durante a Baixa Idade Média e estão presentes até hoje. No início, segundo Escolar Sobrino (1990), as universidades não contemplavam uma biblioteca geral, mas bibliotecas de faculdades e a maioria dos livros eram recebidos por meio de doações. As bibliotecas universitárias contemplavam mais exemplares do que as das catedrais, mesmo assim, a quantidade de livros só aumentou significativamente após o surgimento da imprensa.

Pinheiro *et al.* (2014) dissertam em relação a configuração do acervo de uma biblioteca universitária como detentor de biografias do conhecimento científico e, os livros raros salvaguardados por ela que representam o passado e a memória de determinadas ciências. As autoras ressaltam duas ações importantes relacionadas a salvaguarda, a guarda e a possibilidade de acesso para o resgate da memória (PINHEIRO *et al.*, 2014). O resgate é viável devido a intermediação de valores morais, manifestos em ações inteligíveis que reconhecem o acervo por sua “[...] formação científica, e seu papel como ícone cultural de determinado conhecimento científico.” (PINHEIRO *et al.*, 2014, p. 5). Observa-se que a ação inteligível se relaciona com o histórico da biblioteca que explicita sua raridade e importância.

Nesse contexto, as bibliotecas das universidades disponibilizavam uma seção em que os livros ficavam acorrentados e poderiam ser usados apenas

para consulta. Para o restante dos livros desenvolveu-se políticas de empréstimo, dentre elas Escolar Sobrino (1990) cita que haviam os livros de “livre distribuição” que poderiam ser emprestados a professores e alunos, os que eram emprestados apenas se feito um depósito e os que tinham a condição de que houvesse outros exemplares. O autor supracitado (1990), menciona algumas das bibliotecas universitárias que surgiram no período, sendo elas das universidades de Paris, Oxford, Cambridge, Palencia, Salamanca, Valladolid, Sevilla, Praga, Viena, Heidelberg, Colonia, entre outras.

Percebe-se que com a separação dos arquivos das bibliotecas, o fator sociocultural jurídico, que visa o documento como prova de atos legais, econômicos, entre outros ficou concentrado nos arquivos. Assim, as bibliotecas permaneceram apenas voltadas à salvaguarda, no caso das obras raras, preservação dos registros administrativos e das bibliotecas públicas e universitárias.

Na Antiguidade já haviam grandes bibliotecas e, no século IV a.C., é fundada a biblioteca de Alexandria, nesse momento a **burocracia** é ressaltada, devido a quantidade de documentos administrativos que transitavam pela biblioteca, cujo objetivo, segundo Ortega (2004) era abrigar a totalidade do conhecimento humano registrado. De acordo com Siqueira (2010, p. 55), “[...] nesse contexto burocrático estatal, foi premente a necessidade de regular a vida civil da população e conservar o conhecimento e a cultura dessas civilizações regionais [...]”. Segundo Silveira (2007), a Biblioteca de Alexandria era uma instituição de domínio privado, regida pelo Estado e patrocinada pelo rei, sendo que os dois definiam as políticas internas de aquisição controle e acesso.

Aproximadamente em 1.000 a.C., é criado o alfabeto fonético, facilitando a alfabetização e o desenvolvimento da escrita decimal. Nesse contexto, Siqueira (2010) aponta o aumento da produção documental, tanto relacionada a burocracia (regulação da vida dos cidadãos), quanto testemunhal e histórica (conservação do conhecimento e da cultura).

Segundo Morales López (2008), na Alemanha o aspecto administrativo da Biblioteconomia era enfatizado por alguns estudiosos com a afirmação de que o estudo dos livros e da biblioteca não seria possível fora dos parâmetros científicos e administrativos. O autor (2008) complementa que essa corrente de pensadores seguiam a tendência francesa para definição das técnicas de administração e organização das bibliotecas e consideravam a Biblioteconomia

como uma atividade empírica que fazia parte da bibliografia. Essa tendência enfatizava o caráter técnico do campo e o estudo do livro enquanto objeto.

Durante o Renascimento, de acordo com Fernández Abad (2006), os bibliófilos transformaram as bibliotecas em centros de difusão da cultura e, essas instituições, deixam de servir a religião pra servir a investigação científica, humanística, histórica e teológica. Nesse contexto, o bibliotecário era responsável por manter o regime estabelecido para instituição e conservar os livros, “[...] *pasando a saber localizar los volúmenes, controlar el préstamo, mantener el orden y tener una formación humanística además de ser amable.*” (FERNÁNDEZ ABAD, 2006, p. 99). Sendo assim, a administração das bibliotecas visa novamente a publicização dos acervos. Desse modo, as bibliotecas públicas voltam a fazer parte da sociedade, porém a maioria dos livros estavam em latim ou grego e se inicia um movimento para tradução para línguas vernáculas.

Fernández Abad (2006) comenta que no século XVII, as bibliotecas públicas começam a se aproximar de seu modelo atual. Cita-se que a justificativa da fundação de bibliotecas deixa de partir da monarquia, das instituições eclesiásticas e dos patronos, assim, seus interesses se voltam para divulgação científica e cultural, sendo que nas instituições todos teriam o direito de acesso aos acervos garantido. O bibliotecário adquire a função de divulgar os livros e elaborar regulamentos para as bibliotecas, assim, surgem os primeiros manuais de Biblioteconomia (FERNÁNDEZ ABAD, 2006). Além disso, as instituições públicas englobam as características do país em que estão localizadas, possibilitando a união entre os povos.

A ligação da Biblioteconomia com a burocracia é evidenciada nas bibliotecas nacionais, uma vez que são frutos da administração do Estado. Relata-se que a função das bibliotecas nacionais envolve “[...] *la preservación del Patrimonio Cultural de la nación y el acceso a los materiales bibliográficos que las conforman.*” (FERNÁNDEZ ABAD, 2006, p. 100), em vista disso, sua finalidade estava centrada no ensino e na educação popular. No século XVIII, uma parte considerável dos livros estavam traduzidos para língua vernácula e o aprendizado foi facilitado, isso resultou no crescimento das bibliotecas que se depararam com problemas de espaço, cuja solução foi segregar materiais que não eram estritamente bibliotecários para laboratórios ou salas de pesquisa.

Posto isso, menciona-se a Biblioteca Nacional Francesa cujo núcleo foi formado, conforme aponta Escolar Sobrino (1990), a partir da Biblioteca do Rei

que foi colocada à disposição do público no século XVIII. Um evento que contribuiu ao aumento do acervo da Biblioteca Nacional foi que “[...] *el 14 de noviembre de 1778 la Asamblea Nacional ordenó que los monasterios y las iglesias depositaran los catálogos de sus bibliotecas en las oficinas reales o en los municipios, pues quedaban incautadas.*” (ESCOLAR SOBRINO, 1990, p. 226), com isso a biblioteca se tornou a maior e mais rica do mundo.

O Escolar Sobrino (1990) aponta que, no final do século XX, a Biblioteca Nacional Francesa dependia administrativamente do Ministério de Universidades e sua finalidade estava orientada à classificação e conservação dos documentos inseridos pelo depósito legal, reunião e catalogação de manuscritos, moedas, medalhas e documentos raros e preciosos de interesse nacional, manutenção de coleções e publicações oficiais estrangeiras, assim como ao bom funcionamento dos centros de cooperação técnica. Observa-se que todas as atividades desenvolvidas pela instituição estavam ligadas aos interesses da administração estatal, assim elucida-se sua contribuição à manutenção da burocracia.

As bibliotecas nacionais têm finalidades diferentes atribuídas a cada país de acordo com sua tradição. De acordo com Escolar Sobrino (1990), a maioria de seus usuários são pesquisadores de história e literatura e, por isso, suas aquisições concentram-se em questões humanísticas e na bibliografia recente e passada de seu país e de outras culturas relacionadas a ele. Nos Estados Unidos, segundo Fernández Abad (2006), as bibliotecas públicas foram mantidas como recursos públicos e protegidas por lei, pois acreditava-se que as instituições contribuíam para formação do homem e eram necessárias para leitura pública e educação gratuita.

Na Europa, Fernández Abad (2006) pontua que as antigas coleções bibliográficas eram valorizadas cultural e cientificamente por bibliotecas públicas e, por isso, os estudiosos formavam coleções particulares com livros novos. Visto isso, percebe-se que as bibliotecas públicas na Europa, tinham uma perspectiva sociológica, diferente da América do Norte onde a visão era educacional. Nessa época, a Biblioteconomia já era reconhecida como disciplina e os processos de organização, catalogação e classificação avançavam, principalmente na América do Norte. Fernández Abad (2006) acrescenta que, no século XX, são criadas as

primeiras normas bibliotecárias em nível nacional e internacional e, com elas, visões distintas em relação a biblioteca pública.

Dentre essas visões, Fernández Abad (2006) destaca a europeia, a soviética e a norte americana. Sendo que, na visão europeia, as bibliotecas públicas não tem a noção do sistema de informação global e só atendem as demandas de seus usuários diretos. Devido a tradição na Europa, o autor (2006) menciona que, as pessoas tendem a comprar os livros, em vez de atribuir essa função para as bibliotecas públicas, desse modo, não há aderência de tecnologias de informação, ou mesmo, melhorias nos processos de classificação, catalogação e indexação e os bibliotecários assumem a posição de “guardiões dos livros”. No caso dos países dirigidos por ditaduras fascistas durante um período, as bibliotecas serviam como instrumentos políticos e eram usadas para consolidação e legitimação de seus regimes.

Na visão soviética, de acordo com Fernández Abad (2006), as bibliotecas públicas estão carregadas de conotações sócio-políticas e com postura educativa e executora. Cita-se entre os objetivos dessa instituição, a consolidação do comunismo por meio da educação, e a valorização do livro como apoio à Revolução e aos ideais socialistas. Nesse contexto, o bibliotecário “[...] *no tendría una función de difusor de la información, sino de ser un tutor, maestro o instructor de niños, jóvenes o adultos en las ideas marxista.*” (FERNÁNDEZ ABAD, 2006, p. 104), ou seja, eram responsáveis por formar o pensamento socialista. As bibliotecas públicas socialistas eram abertas ao público, sua gestão era estatal e o regime centralizado, para facilitar a comunicação entre os centros. Fernández Abad (2006), acrescenta que a disciplina de Biblioteconomia estava ligada ao campo das ciências sociais e dentro da pedagogia.

No contexto norte americano, segundo Fernández Abad (2006), a biblioteca pública é considerada instrumento de formação e educação, além de contribuinte para democracia. O objetivo da Biblioteconomia, nessa visão, seria maximizar o livre acesso às ideias armazenadas e estimular o diálogo, visto que as instituições eram destinadas à convivência democrática e livre. Para garantir tais objetivos, as bibliotecas norte americanas se apoiaram na informática e na Biblioteconomia Científica, e os bibliotecários assumiram a posição de técnicos da comunicação entre um depósito de documentos e os leitores (FERNÁNDEZ ABAD,

2006). O modelo se espalhou pelo mundo e influenciou o conceito de biblioteca pública da IFLA e da UNESCO (FERNÁNDEZ ABAD, 2006).

Identifica-se que a origem das bibliotecas, arquivos e museus, está ligada ao nascimento das cidades, as instituições “[...] passaram a ocupar, em termos práticos ou simbólicos, um lugar de destaque no processo de salvaguarda dos elementos materiais que informam nossa história individual ou coletiva.” (SILVEIRA, 2007, p. 16). Nessa perspectiva, o trabalho desenvolvido pelas instituições era relevante para salvaguarda da memória social e, no decorrer da história, cada uma ficou responsável por materiais diferentes, porém seguindo objetivos semelhantes.

Dessa forma, compreende-se que o fator sociocultural Burocracia é percebido na Biblioteconomia apenas de forma residual, quando compreende-se a biblioteca como instituição reguladora para os cidadãos, como no caso das bibliotecas institucionais, públicas, escolares, nacionais, entre outras.

Silveira (2007) considera a memória como elemento social e construtor de identidade coletiva e individual, sendo responsável pela preservação da tradição. Posto isso, compreende-se que a **memória histórica** é ressaltada na Biblioteconomia com as disputas religiosas, visto que a “[...] Reforma e Contra-Reforma intensificaram a busca de argumentos na razão e testemunho histórico.” (BUFREM, 1985, p. 112). Segundo a autora supracitada (1985), a análise das experiências do homem que esse fator possibilita, contribui com a justificação e compreensão das funções sociais e políticas da Biblioteconomia.

Durante o século XVI, houve uma difusão da leitura e do livro e, de acordo com Escolar Sobrino (1990), ampliou-se o interesse de setores sociais em obras escritas em língua vernácula, tanto de caráter religioso como recreativas. Apesar das lutas resultantes da Reforma destruírem vários livros e bibliotecas, diversos livros foram publicados e bibliotecas apareceram, principalmente as municipais, universitárias e nacionais que foram fundamentais à construção da memória coletiva. Indica-se que livros da época, assim como de outros períodos, foram consideradas Obras Raras posteriormente, conforme já mencionado. As obras, de acordo com Greenhalgh e Manini (2013), abrangem a memória individual de quem as criou e a memória coletiva da sociedade, devido as influências que exerce em autores.

Silveira (2007), expõe três tipos de memória: a biológica, pertencente a espécie; a cerebral, do indivíduo; e a coletiva, referente as experiências do homem na sociedade. Pensa-se que a memória individual tem uma tendência à falha, desse modo a biblioteca se torna um lugar de guarda e preservação da memória, capaz de auxiliar na formulação e posicionamento diante de referências. Segundo Silveira (2007), a função social das bibliotecas é preservar, organizar e disseminar os registros culturais e saberes dos homens, para que estes sejam instrumentos de reafirmação da identidade coletiva e individual.

Em 331 a.C., Alexandre Magno funda a cidade de Alexandria que deveria criar sua própria memória, com isso surge “[...] sua biblioteca, que se unia a um museu junto ao túmulo do imperador, nasceu em meio a imagens múltiplas que conjugavam o conhecimento laico a uma memória sagrada e uma noção pouco terrena de tempo e espaço.” (SILVEIRA, 2007, p. 66). Com o tempo a biblioteca buscou reunir todo o saber dos homens em um único lugar, com a promessa de constituir uma memória universal, algo inalcançável diante das escolhas parciais que eram realizadas dos documentos.

A partir do século XV, com o Renascimento, a biblioteca se posiciona como esfera público-democrática “[...] que busca captar, organizar, preservar e difundir a memória coletiva e o patrimônio cultural do meio onde se insere.” (SILVEIRA, 2007, p. 78). Durante o período, identifica-se vários bibliófilos e, conseqüentemente, o aumento das bibliotecas privadas que demonstravam a importância cultural de seu colecionador. Acredita-se que as coleções contribuíram significativamente para preservação da memória tanto individual, pois explicitavam as preferências do bibliófilo, quanto coletiva, visto que eram compostas por obras relevantes para sociedade.

Escolar Sobrino (1990) ressalta alguns bibliófilos relevantes para época, dentre eles: o poeta Petrarca que reuniu em sua biblioteca privada obras importantes de escritores sagrados e clássicos; Domenico Malatesta Novello fundador de uma biblioteca no convento de São Francisco na cidade de Cesana, que contemplava livros de padres da igreja, clássicos, de autores medievais, de história, cosmografia e ciências; o duque Frederico de Montefeltro reuniu manuscritos de historiadores, filósofos e oradores latinos e gregos traduzidos para o latim; o conde Rodrigo Alonso Pimentel que reuniu em seu castelo crônicas espanholas, manuais de xadrez, de caça, de gado e de agricultura, livros de

geometria, religiosos e de filosofia; Isabel a Católica desenvolveu uma coleção com cadernos de estudo de seus filhos, com obras para aprender latim, livros para treinamento de príncipes, nobres e damas, obras de caça e artes militares, clássicos em latim e traduzidos para espanhol, livros de canções, obras musicais, trabalhos científicos, entre outros.

No século XV, segundo Escolar Sobrino (1990), os príncipes italianos passam a reconhecer o bibliotecário como uma pessoa de grande treinamento intelectual, capaz de aconselhá-los e responsáveis por garantir a correção dos textos, manter um inventário de todos os livros, organizá-los e contribuir para sua preservação. Posto isso, depreende-se que os bibliotecários ficam responsáveis por contribuir para que os visitantes localizem o que buscam na biblioteca, percebe-se então o início de uma preocupação com a informação.

Após a Revolução Francesa, as bibliotecas públicas mantidas pelo Estado adquirem a característica de espaço de acesso aberto e “[...] tem seu papel social alterado, sendo preciso acompanhar a demanda da recente sociedade industrial, que exige corpos dóceis e qualificados, sobretudo, nos espaços das bibliotecas públicas.” (TANUS; SILVA, 2019, p. 4). A partir de tais mudanças, no século XIX, os primeiros cursos superiores de Biblioteconomia são criados e são estabelecidas teorias, métodos e técnicas referentes a essa disciplina que, segundo Tanus e Silva (2019), atribuem a ela características tecnicistas e a postura de defensora da neutralidade, imparcialidade e objetividade, pouco preocupada com as questões socioculturais.

De acordo com Silveira (2007), as bibliotecas universitárias eram lugares de produção e difusão do saber, pois não se preocupavam apenas com o acúmulo e preservação dos livros e sim com a pesquisa e estudos. Nesse cenário, a **função informativa** das bibliotecas é ressaltada, diante do objetivo de satisfazer às necessidades informacionais do público que se aproximava das instituições. A partir do século XIX, as bibliotecas passam a ter papel ativo no desenvolvimento social e o ideal democrático amplia as possibilidades da Biblioteconomia “[...] como centros de cultura da comunidade, passando a difundir conhecimentos na forma de bibliotecas públicas.” (BUFREM, 1985, p. 113).

Tanus e Silva (2019) referenciam os estudos precusores da “Epistemologia social” como os primeiros que evidenciam as bibliotecas como instituições culturais e sociais e focam no indivíduo e suas necessidades

informacionais. Pensa-se a disseminação da informação, com vista ao atendimento das necessidades dos sujeitos sociais, como uma atividade essencial, do mesmo modo que as bibliotecas são a base para o desenvolvimento social. Percebe-se a Biblioteconomia “[...] enquanto facilitadora do processo de transferência da informação, de promotora da divulgação do conhecimento.” (BUFREM, 1985, p. 120).

Interpreta-se as bibliotecas como uma das agências sociais mais importantes do sistema de comunicação humana, responsável por preservar e transmitir a cultura. Aponta-se que “[...] por sua singular condição é ao mesmo tempo repositório e meio de difusão das experiências culturais [...] em constante interação e interdependência com os fatores que atuam no processo sócio-cultural [...]” (SOUZA, 2005, p. 3). Diante disso, ressalta-se a importância dos processos de organização, representação, disseminação, recuperação e mediação da informação, uma vez que, acredita-se no papel social que essas atividades exercem ao contribuir para que a biblioteca cumpra seu objetivo de promover o acesso à informação aos sujeitos.

Desse modo, a organização da informação contempla “[...] retirar os elementos essenciais dos documentos e suas interrelações para assim recuperar a informação e disseminá-la por assunto.” (ALBUQUERQUE, 2012, p. 168), ressalta-se, a relação entre a organização, a recuperação e a disseminação, entretanto, pensa-se que todos os processos estão interligados e dependem uns dos outros. Complementa-se, com base em Silva e Silva (2012), que a classificação é uma atividade necessária para efetivação da organização na Biblioteconomia, posto que dela advém a padronização que facilita a localização de documentos nos acervos. Observa-se que a organização valoriza o potencial da informação e contribui para que sirva de direcionamento para sociedade.

O processo de representação, de acordo com Silva e Silva (2012), consiste na apresentação de características dos documentos que, possibilite a diferenciação de uma informação das demais e, permitam a identificação e recuperação de informações. A representação é fundamental para que as informações sejam recuperadas pelos sujeitos, pois seu objetivo é fazer com que os documentos bibliotecários estejam em uma linguagem acessível ao público. Pontua-se que o processo pode ser entendido como uma “[...] re-apresentação, em que analista, documento e sistema prescindem de mediador, uma vez que partícipes do

processo de resignificação.” (PEREIRA; BUFREM, 2005, p. 24), evidencia-se então a relação entre a representação e a mediação, sendo que o primeiro fornece subsídios para realização do segundo.

Entende-se que a disseminação compreende o fornecimento das informações do acervo com rapidez ao público. Carvalho (2003), menciona que a disseminação necessita da organização e de outros processos, visto que sua finalidade consiste em comunicar as informações dos documentos sem a necessidade da busca. Acrescenta-se que a disseminação tem por objetivo o desenvolvimento

[...] de um sistema corrente de informação cujo processo consiste em suplementar a informação através de uma leitura adicional, afastando do usuário o material que não seja do seu interesse e dando acesso as informações relevantes. (CARVALHO, 2003, p. 11),

Ou seja, por meio do processo o bibliotecário cumpre seu papel de mediador da informação. Ainda no debate, conforme Almeida Júnior e Santos Neto (2014) a recuperação é promovida e otimizada pelos bibliotecários por meio da mediação da informação. Compreende-se que o processo de recuperação parte do usuário da biblioteca, mas deve ser facilitado pelo bibliotecário ao superar as barreiras informacionais e fornecer condições adequadas para que a recuperação da informação seja alcançada com êxito. Cita-se a responsabilidade das bibliotecas em auxiliar os sujeitos a recuperarem as informações buscadas, isso significa diminuir as

[...] barreiras/dificuldades na recuperação da informação, pois estes são os maiores obstáculos que fazem com que alguns usuários desistam daquela informação, seja quando estão buscando numa base de dados ou em uma biblioteca. (DANTAS; SILVA; SOUZA, 2013, p. 24).

Relata-se que a mediação da informação “[...] está presente em todas as atividades do profissional da informação, serviço de referência, atividades culturais, contação de histórias, e, inclusive no processamento técnico, ou seja, classificação e catalogação[...].” (ALMEIDA JÚNIOR; SANTOS NETO, 2014, p. 99), depreende-se disso que no contexto da Biblioteconomia, o mediador é o bibliotecário, sendo que este deve entender seu papel transformador dentro da instituição. Acredita-se que um dos principais meios do bibliotecário exercer seu

papel social está na mediação, na medida em que, por meio do processo, o profissional se aproxima do público e ajuda a suprir suas necessidades.

Com base em Morales López (2008), acrescenta-se como fator sociocultural na Biblioteconomia a **cultura humanística**, identificada fortemente na tradição da Alemanha e que valorizava o aspecto artístico e espiritual dos livros e percebia esse campo como auxiliar na aquisição de conhecimento. Ao descrever a Biblioteconomia no México, o autor (2008) cita Rendón Rojas que define a disciplina como responsável por estudar de que modo as coleções por meio das bibliotecas podem ligar o mundo da informação aos leitores e considera a Biblioteconomia como uma ciência do espírito, visto que o começo, meio e fim da ação biblioteconômica tem um elemento humano-social.

Ao dissertar a respeito da trajetória da Biblioteconomia, Morales López (2008) cita a importância de Shera para o fortalecimento do social neste campo. O autor (2008) relata o esforço de Shera em fortalecer a filosofia e a teoria da Biblioteconomia ao propor a epistemologia social, embasada nos estudos relacionados aos efeitos sociais da leitura e na relação da disciplina com a sociedade. Outro autor citado por Morales López (2008) é Thompson que fortalece a ideia de que as bibliotecas são uma fonte de poder, devido ao papel de guardar o saber dos seres humanos e, por isso, é encarregada de transmitir a cultura.

Morales López (2008) comenta que Rodríguez corrobora com a inclusão da Biblioteconomia nas disciplinas humanísticas e que considera a necessidade de os bibliotecários terem em mente a tradição que respalda o campo, principalmente as originárias nas humanidades. Rodríguez Gallardo (2001) cita como características principais da Biblioteconomia o estudo do homem e de suas obras, a propriedade de um conjunto de valores específicos e o estabelecimento de princípios e regras a partir de investigações que analisam as causas, efeitos e a essência da cultura. Complementa-se que o autor (2001) considera essas as principais características humanísticas.

Acredita-se que os desdobramentos desse fator sociocultural são contemplados na cidadania e educação. Segundo Morales López (2008), o foco da corrente estadunidense, na origem da Biblioteconomia, estava na educação dos cidadãos que participavam do início de uma democracia. Nesse contexto, os bibliotecários estavam diante de usuários diversos que estavam à margem e receberam a oportunidade de aprendizado.

Morales López (2008), cita a definição da finalidade da Biblioteconomia proposta na conferência de Berlim de 1962, que aponta para o exame das funções sociais das bibliotecas e elaboração de princípios pautados no marxismo e leninismo para utilização da literatura em favor da educação e promoção da cultura. O autor (2008), ressalta o aspecto ideológico dessa definição ao perceber nela uma das principais tarefas da Biblioteconomia e sua relação com a educação comunista dos trabalhadores e a promoção da ciência socialista.

Conforme a definição de ideologia depreendida do estudo de Bakhtin/Volochinov (2006), no segundo capítulo deste trabalho, a ideologia está presente na construção dos signos. Compreende-se que a ideologia defendida por Morales López (2008) é a tarefa da Biblioteconomia de estudar as funções sociais das bibliotecas considerando seu contexto histórico, e o produto dessa ideologia, ou seja, o signo, são os modelos criados para interpretar essa função social e que permitem estabelecer procedimentos para o funcionamento dessas instituições.

Retomando as inferências a partir de Bakhtin/Volochinov (2006), é possível perceber que as relações de poder são evidenciadas em trechos específicos do discurso. Na cultura escrita menciona-se a reserva das bibliotecas aos leitores eruditos durante o período helenístico, à casta sacerdotal e à nobreza no contexto romano e na censura dos acervos pelo imperador no império greco-romano. As obras literárias no âmbito das práticas eclesiais eram instrumentos religiosos e morais e ressaltavam a autoridade da igreja. O acesso às obras era privilégio dos sacerdotes e monges e os livros eram imprescindíveis à vida religiosa (MORALES LÓPEZ, 2008). Ressalta-se que as relações de poder não são o foco dessa pesquisa e são mencionadas devido ao autor utilizado.

Em relação a salvaguarda e garantia jurídica o privilegio de algumas classes é destacado com as bibliotecas anexas às salas reais, câmaras e conselhos. Observa-se no discurso que apenas um grupo restrito tinha acesso aos registros documentais devido a importância atribuída a preservação das coleções. Na burocracia percebe-se as relações de poder com a criação das bibliotecas nacionais que eram mantidas pelo Estado e recebia interesse político. A memória histórica explicita logo no início do discurso as disputas religiosas, além disso os príncipes buscavam conselhos com os bibliotecários, evidenciando as relações de poder (MORALES LÓPEZ, 2008).

Apesar da intenção de democratização da função informativa, o início do desenvolvimento da Biblioteconomia seguiu uma vertente tecnicista que não se preocupava com questões socioculturais. Os autores que discursavam no colecionismo caracterizaram as bibliotecas como fonte de poder e transmissoras de cultura (MORALES LÓPEZ, 2008). Relata-se que os fatores socioculturais se distanciam em alguns aspectos da realidade social, principalmente porque grande parte da população não tinha acesso, nem era alfabetizado.

3.3 FATORES SOCIOCULTURAIS NA MUSEOLOGIA

De acordo com Duarte (2007), observa-se que o ser humano desde tempos ancestrais, recolhe diversos materiais por diversas razões, assim, há uma inerência entre a consciência do museológico e o ser humano. Complementa-se, com os apontamentos de Suano (1986), que as coleções de objetos sempre existiram, porém com diferentes significados de acordo com seu contexto. Nesse sentido, “[...] a coleção retrata, ao mesmo tempo, a realidade e a história de uma parte do mundo, onde foi formada, e, também, a daquele homem ou sociedade que a coletou” (SUANO, 1986, p. 12). Sendo assim, a ação de colecionar trata-se de algo instintivo e que sustenta a criação da instituição museu devido a necessidade de preservação dos materiais.

Poulot (2013) explicita três funções do museu que podem ser relacionadas com os fatores socioculturais do seguinte modo: conservação com a salvaguarda, pois para garantir que a documentação museológica assuma os fins para os quais foi salvaguardada é necessário que estejam em bom estado de conservação; o estudo e a pesquisa com a memória histórica, posto que o desenvolvimento de dessas ações contribuem para o resgate da memória histórica, tanto individual quanto coletiva; e a comunicação com a função informativa, uma vez que para efetivação da disseminação da informação é preciso estabelecer meios de comunicação eficazes. As relações serão elucidadas no decorrer do tópico.

Muitos autores relacionam a origem dos museus ao “templo” das Musas, que eram santuários de caráter mitológico, onde “[...] reuniam os sábios da filosofia e das artes para construir saber sob a inspiração e proteção das Musas” (LIMA, 2003, p. 97). As Musas, segundo a mitologia, são filhas de Mnemosyne (a Memória) e acredita-se que suas vozes se fazem ouvir por meio da arte e trazem a

memória que foi esquecida. De acordo com Suano (1986), no local os homens tinham o privilégio de se dedicar à criação, às artes e às ciências, livres das preocupações cotidianas e a finalidade das obras era agradar as divindades e não os homens.

Assim, os primeiros locais com tais características foram a colina de Hélicos, em Atenas, e Alexandria, no Egito. No primeiro caso, era possível identificar traços da Museologia, como: “[...] os setores técnicos administrativos e de estudos dos museus [...], seus territórios e exposições [...], as tipologias museológicas de classificações diversas [...]” (LIMA, 2003, p. 97). Em Alexandria, segundo Suano (1986), o objetivo era contemplar todo saber existente no campo religioso, mitológico, astronômico, filosófico, medicinal, zoológico, geográfico, entre outros, e seu museu contemplava diversos objetos além das estátuas e obras de arte, como instrumentos cirúrgicos e peles de animais.

De acordo com Tanus (2014), compreender a civilização dos objetos e dos sinais é mais complexo do que da palavra escrita, visto que a segunda existe há mais tempo do que a primeira e a cultura humana não se resume a escrita. Desta forma tem-se os gabinetes de curiosidades como instituições precursoras dos museus e as coleções desses espaços nem sempre eram organizadas, visto que, a princípio eles

[...] revelavam um caráter enciclopedista, expresso pelo ato de colecionar objetos de lugares distantes e desconhecidos em espaços onde cada coleção seguia sua própria lógica, segundo a sua forma ou os aspectos funcionais dos objetos [...] . (TANUS, 2014, p. 89).

De acordo com Escolar Sobrino (1990), o Museu de Alexandria não tinha a finalidade de exibir produtos culturais, mas partia da memória das musas e era um centro de estudos sem implicações religiosas. Observa-se a partir dos produtos da instituição, sua contribuição para **cultura escrita**, visto que, conforme Suano (1986), foram produzidos um dicionário de mitos, um sumário do pensamento filosófico e um levantamento do pensamento geográfico. O museu, assim como a biblioteca de Alexandria, servira por milênios como força ideológica para reforçar a coesão social, garantindo a sobrevivência das estruturas sociais.

Escolar Sobrino (1990) aponta que os visitantes do museu participavam de jantares dos reis, e tinham a obrigação de entretê-los com suas criações artísticas. Mesmo que aulas não fossem ministradas no museu, havia a

transmissão de conhecimento dos estudiosos aos mais jovens por meio de diálogos ou leituras comentadas. Os membros do museu não formavam uma comunidade com ideais definidos e compartilhados, pois suas atividades eram essencialmente a investigação científica, envolvendo matemática, astronomia, medicina e geografia.

No decorrer da história, Suano (1986) menciona que, a ideia de “museu” dispensava as instalações físicas e era ligada a compilação exaustiva de um saber. A autora supracitada (1986) cita como exemplo o *Museum Metallicum* (1600), do naturalista e colecionador Aldovrando de Bologna, “[...] do qual se dizia conter todo o conhecimento da época sobre metais.” (SUANO, 1986, p. 11), isso perdurou até o século XVIII com o *Museum Museorum*, o *Poetical Museum* e o *Museum Britanicum*. Até o século XV, as coleções contemplavam basicamente manuscritos, livros, mapas, gemas, porcelanas, instrumentos óticos, astronômicos e musicais, moedas, armas, especiarias e peles.

Assim, a descrição que acompanha as obras físicas em diversos museus pode ser considerada como ponto de ligação entre a Museologia e a cultura escrita, uma vez que apenas com o desenvolvimento da escrita essas descrições puderam ser desenvolvidas. De acordo com Bolaños (2002), entre os decretos que regulamentavam o funcionamento dos museus, na década de 1970, um artigo recomendava que as coleções e objetos encomendados à custódia dessas instituições levassem rótulos explicativos, cujo detalhamento possibilitasse conhecer a natureza, o caráter, mérito, significado e demais circunstâncias das obras.

De acordo com Poulot (2013), por meio das coleções e da preservação das obras, os museus produzem conhecimento e instrumentos, como os catálogos que sempre estiveram presentes nos museus públicos. Pontua-se que, em especial na segunda metade do século XVIII, o público volta seu olhar aos acervos museológicos e, conforme Poulot (2013), constrói-se sob a eficácia um ideal de uso público. Nesse contexto, as pessoas buscam adquirir sabedoria e aperfeiçoamento das artes nos museus, em consequência disso, buscam por coleções organizadas e que dispunham de catálogos.

A cultura escrita pode também ser evidenciada nos instrumentos de pesquisa dos museus. Bolaños (2002) afirma que os museus se diferenciam por sua história, coleções, finalidades e público, por isso há vários caminhos técnicos e financeiros para elaboração de catálogos. A autora apresenta algumas opções de classificação, como a alfabética, por épocas e escolas, cronológica, topográfica,

científica por materiais, social, geográfica, entre outras. Dentre as opções, Bolaños (2002) destaca o catálogo topográfico, visto que permite uma classificação de todos os objetos segundo os princípios científicos.

Ainda em relação aos catálogos, Bolaños (2002), menciona sua relevância diante da diversidade de tamanho dos museus e dos diferentes valores das coleções que os compõem. A autora complementa que o método de tratamento dos catálogos varia segundo a importância da coleção, por isso não há vantagens em desenvolver um modelo comum a todas as instituições. Bolaños (2002) cita como característica dos catálogos suas categorias “guias catálogos”, “catálogos abreviados” e “catálogos científicos” compostas por determinadas classes de objetos (coleções etnográficas, cerâmicas, coleções históricas, documentos, etc.).

A referida autora (2002) ressalta a importância capital da disposição de um corpo de informações bibliográficas a serviço dos estudiosos nos museus. Assim, sugere-se que ao lado de toda instituição museológica houvesse uma biblioteca com livros, revistas e outros recursos ou publicações relacionadas a arte e artistas. A autora complementa citando questionamentos que essas bibliotecas devem responder para atender as expectativas do público dos museus, sendo como se organizar para oferecer, com o menor custo e pessoal possível, meios de adquirir conhecimentos científicos em matéria de arte; como atender às demandas dos visitantes e estrangeiros que desejam ter acesso externo aos livros do acervo (BOLAÑOS, 2002).

Ao buscar compreender o fator sociocultural cultura escrita na Museologia, percebe-se que ele não tem o mesmo significado, nem a mesma influência na sociedade e na cultura que na Arquivologia e na Biblioteconomia. No caso da Museologia a escrita está relacionada aos instrumentos desenvolvidos dentro dos museus e que tem relevância interna nas instituições, desse modo não pode ser considerado como fator identificador de elemento sociocultural para Museologia.

Durante a Idade Média, uma das **práticas eclesiásticas**, neste caso da Igreja Católica, era o recebimento de doações de bens materiais, pois pregava o despojamento pessoal. Com isso, de acordo com Suano (1986), a Igreja formou verdadeiros tesouros e ganhou força e assim propagou alianças políticas e financeiras contra inimigos do Estado papal. No final da Idade Média, surge o movimento da Reforma religiosa responsável por tirar o controle da Igreja Católica

Romana do mundo cristão e anos depois, em resposta, surge a contra-reforma. Suano (1986) afirma que, com o segundo movimento, o papel das congregações religiosas é evidenciado, e posto a serviço do Papado, como responsável pelo ensino e transmissão de cultura.

Em 1601, o arcebispo Federico Barromeu criou a Academia de Belas-Artes, em Milão, nela “[...] reuniu incontáveis obras de arte e fez daquilo que chama seu *museum*, um centro didático para a produção artística.” (SUANO, 1986, p. 23), a instituição serviu como modelo do que era esteticamente aprovado pela Igreja. Na mesma época, de acordo com Suano (1986), o padre Atanasius Kircker organizou no *Collegio Romano* um museu com materiais clássicos e peças das missões jesuítas. Em 1680, os jesuítas começam a usar o museu de Roma para fins pedagógicos e, no início do século XVIII, adquirem a função de “[...] expor objetos que documentassem o passado e o presente e celebrassem a ciência e a historiografia oficiais.” (SUANO, 1986, p. 23).

Mesmo com as provocações da revolução burguesa, no final do século XVIII, “[...] a Igreja continuava atenta à importância da instituição museu.” (SUANO, 1986, p. 29). Os papas Benedito XIV, Júlio II, Clemente XIII, Clemente XIV e Pio V, reuniram as coleções papais que posteriormente se tornaram o núcleo dos Museus Vaticanos. O catálogo do Museu Pio-Clementino, conforme Poulot (2013), se tornou referência devido ao modo exemplar com que foi organizado.

Bolaños (2002), questiona se o valor das obras de arte dos museus é menor que o das obras das igrejas e com base nessa reflexão comenta que as obras de arte das igrejas foram criadas com a intenção de provocar piedade, ressaltar as cerimônias litúrgicas e decorar os templos. O objetivo dessas obras não era adquirir valor de criações artísticas, mas provocar devoção dos fiéis, por isso os lugares em que eram dispostas não contribuía para o estudo artístico. Em decorrência disso, se indica a reprodução dessas obras de arte e a disposição das cópias em museus, visto que essa ação facilitaria seu estudo. Ao mesmo tempo que Bolaños (2002) aponta essa sugestão, apresenta pontos negativos dessa ação, dentre eles a possibilidade de uma interpretação inexata das obras, posto que estariam fora de seu contexto de criação.

No ano de 1939, cita Bolaños (2002), foi organizada uma exposição de Arte Sacra na Espanha, visto que essa era defendida pelo responsável do Serviço Nacional de Bellas Artes como irmã da arte tradicional, assim como a

vanguarda e o materialismo ateu. O objetivo dessa exposição foi orientar o sentido moderno de restauração e nova construção dentro de um espírito nobre de dignidade estética e pureza litúrgica e seu propósito era a criação de um organismo em que todos os trabalhos que se propõem a serem realizados no campo civil, destinados ao templo e os objetos destinados ao culto devem ser submetidos ao conselho.

Nesse sentido, Bolaños (2002) acrescenta que a orientação artística fundamental adotada pela exposição foi promover e orientar a arte atual seguindo as normas da tradição e dentro dos cânones sagrados e normas litúrgicas. É possível considerar que um dos pontos mais relevantes da organização desta exposição foram os critérios adotados na distribuição e classificação das obras de arte ou das coleções onde foi evitada a formação de seções nacionais, uma vez que tudo que é católico seria universal, cada detalhe foi evidenciado, desde a arquitetura, passando por todos os trechos por ordem de nobreza e aplicação, até as obras conjuntas (BOLAÑOS, 2002).

A questão dos documentos raros é tão cara à Museologia quanto à Biblioteconomia, visto que, os museus e bibliotecas receberam, ao longo dos anos, itens com essa tipologia e se responsabilizaram por sua **salvaguarda e garantia jurídica**. Segundo Suano (1986), alguns documentos foram retirados de seu local de origem e levados aos grandes museus europeus durante o colonialismo e, ainda hoje, podem ser visitados. Alguns exemplos citados pela autora são, obeliscos do Egito, estátuas colossais, pedaços de templos, mármores Elgin, a Pedra da Rosetta, entre outros documentos.

Ao citar a regulamentação dos serviços administrativos nos museus da década de 1970, Bolaños (2002) apresenta a conservação, classificação e manutenção das coleções, além das investigações e negociações relativas ao seu enriquecimento e redação dos catálogos como papel dos curadores. Segundo a autora, esses profissionais contribuem para ordem e segurança das coleções, garantindo sua preservação mesmo durante as exposições ao público (BOLAÑOS, 2002).

De acordo com Poulot (2013), alguns museus foram criados com o objetivo de conservar o patrimônio público. Nesse sentido, pontua-se a visão patrimonialista, resultante da necessidade de preservação dos itens considerados “tesouros” da produção humana, ou seja: “[...] o conjunto da produção intelectual e

estética humana, a ser guardado e repassado para as gerações futuras” (ARAÚJO, 2013a, p. 216). Para isso, de acordo com Poulot (2013), as instituições museológicas podem seguir dois caminhos, o das obras fascinantes para admiração do espectador ou o dos saberes e experiências, composto por obras que testemunham referências e possibilitam a ampliação de conhecimento.

Entre os séculos XV e XVII, percebeu-se a necessidade de regulamentação dos procedimentos realizados nas instituições museológicas e, assim, foram elaborados tratados e manuais “[...] para as regras de preservação e conservação física dos materiais, para as estratégias de descrição formal das peças e documentos, incluindo aspectos sobre sua legitimidade, procedência e características.” (ARAÚJO, 2013a, p. 215-216), ou seja, inicia-se uma preocupação com a padronização das atividades a fim de garantir que os objetivos do museu sejam alcançados.

Nesse cenário, identifica-se a necessidade de profissionais capacitados nos museus e com isso surgem os cursos profissionalizantes “[...] voltados essencialmente para regras de administração das rotinas dos museus e, seguindo a tradição anterior, para conhecimentos gerais em Artes e Humanidades [...]” (ARAÚJO, 2013a, p. 216), em consequência disso, aparecem vários manuais mencionando o trabalho técnico e de descrição nos museus com a intenção de constituir um campo científico voltado às instituições. Em 1857, de acordo com Suano (1986), o estudioso de assuntos de arte, John Ruskin, propôs que os museus deveriam apresentar os objetos a partir de uma visão crítica e não simplesmente expositiva, as instituições deveriam ser locais de prazer e aprendizado invés de causar espanto aos visitantes.

Desse modo, o museu, na segunda metade do século XIX, estava em meio a diferentes tendências e posicionamentos, “[...] templo dos grandes mestres do passado, do apogeu da civilização clássica greco-romana, grande exposição de ‘tudo’ que a natureza e o homem criassem de importante ou de exótico.” (SUANO, 1986, p. 40). Com o Positivismo, segundo Araújo (2013b), os procedimentos técnicos de inventariação, descrição, ordenação e exposição dos acervos museológicos foram valorizados e a Museologia começou a almejar sua autonomia em relação a outras disciplinas.

Bolaños (2002) relata um dos momentos históricos em que a proteção dos museus e salvaguarda das coleções teve que ser reforçada. Na

segunda guerra mundial, os países da oposição foram obrigados a fechar os museus e proteger suas coleções com medidas especiais, nos casos em que a evacuação não fosse possível. No mesmo período, quando o exército japonês foi acusado de vandalismo artístico contra os monumentos chineses, estes anunciaram medidas disciplinares para evitar a destruição do patrimônio.

Quanto ao desenvolvimento da Museologia, Araújo (2013b) sintetiza o desenvolvimento da Museologia ressaltando a perspectiva custodial, cujo objetivo estava em preservar a produção simbólica humana, a preocupação com a estrutura administrativa dessa instituição, que valorizava as rotinas para o exercício da custódia, e o desenvolvimento das técnicas museográficas, importantes ao tratamento e exposição do material custodiado. Acredita-se que a preocupação com a custódia, e o restante das ações relacionadas a ela, está conectada ao valor da museologia para preservação e disseminação das informações armazenadas nos museus que, transmitem a memória coletiva das sociedades.

Supõe-se que interação da Museologia com a garantia jurídica está mesclada com as questões de salvaguarda, pode ser observada no momento em que os objetos são vistos como testemunho da verdade. Um exemplo é o argumento de Bolaños (2002) de que em meados do século XX, com o desenvolvimento dos museus etnográficos onde pode ser percebida uma preocupação com as coleções no sentido de preservar os fundos e a verdade dos objetos. A autora pontua que os objetos nunca são resultados de casualidades, mas são testemunhos de algo ou alguém, como o meio, a técnica, a educação, o nível de vida, a economia, a organização social, a religião e o ritual, a cosmogonia, a história e a arte.

A autora supracitada acrescenta ainda em relação ao tratamento desses objetos de testemunho que sempre contam o que sabem se o profissional souber como interrogá-lo. Diante disso, é possível enfatizar a importância do tratamento documental e os instrumentos resultantes desse processo. Evidencia-se a afirmação da autora que de que o objeto é um símbolo, por isso ele diz muitas coisas. Sendo assim, os profissionais que atuam nos museus devem ir além da superficialidade das coleções e observar não apenas a etnografia material, mas “encaminarse hacia una total incorporación a ese lugar eterno [...] que es el teatro de la especie humana” (BOLAÑOS, 2002, p. 193).

Com a regulamentação dos serviços dos museus e o estabelecimento de um quadro administrativo burocrático, o museu público é

concebido e identifica-se como principal função dessa instituição a proteção e preservação dos fundos. De acordo com Bolaños (2002), a responsabilidade pelo funcionamento dos museus e o cumprimento de suas funções recai sobre a figura do curador, assim são elaborados decretos que regulamentam e caracterizam essa atividade. Esse contexto demarca a **burocracia** como fator sociocultural da Museologia, visto que destaca a influência do campo na esfera burocrática.

Em sua tese, Pozzer (2015) estuda o campo das políticas públicas de patrimônio cultural em museus, especificamente no Brasil e México, mesmo com esse recorte espacial extrai-se da pesquisa do autor apontamentos relevantes para compreensão da relação da Museologia com o fator sociocultural burocracia. O autor menciona que a administração pública tradicional apresenta historicamente algumas características:

(1) busca da neutralidade técnica dos serviços prestados independente de questões político-partidárias; (2) hierarquia rígida e administração voltada ao cumprimento das regras; (3) estabilidade das organizações governamentais, com possibilidade de estabilidade de seu corpo de servidores; (4) submissão do serviço às diretivas políticas; e (5) garantia de isonomia na prestação de serviços públicos. (POZZER, 2015, p. 66).

Essas características, revelam muito da trajetória burocrática das instituições museológicas, uma vez que grande parte dos serviços culturais ofertados à sociedade, incluindo das bibliotecas e museus, são ofertados predominantemente pelo Estado, pois recebem pouco interesse das instituições privadas por sua baixa lucratividade. Além disso, Pozzer (2015) ressalta que a Museologia tem despertado interesse no cenário político, econômico e social, por estar centrada na ideologia do modelo de Estado.

Ao citar a definição de serviços públicos e de museu, Pozzer (2015) afirma que a prestação de serviços públicos faz parte da natureza dos museus, visto que os dois não visam a lucratividade, mas sim o atendimento das necessidades coletivas da sociedade. Diferentemente dos museus de direito privado que tem autonomia para decisões e flexibilidade para execução das atividades, os museus públicos, de acordo com o autor, são submetidos a decisões que chegam de fora da organização e legislações que restringem orçamentos e serviços.

A partir de Pozzer (2015), depreende-se que o modelo burocrático dos museus públicos não é mais difícil do que nos privados, porém possui

dificuldades distintas. Ao mesmo tempo percebe-se que, atuando de forma organizada, as instituições museológicas no contexto público podem potencializar ações culturais no campo das políticas públicas. O autor menciona eixos comuns de gestão de qualquer museu, indiferente de sua modalidade e infere que os museus devem dispor de coleções estáveis, ser localizados em imóveis adequados, ser dotados de pessoal qualificado, ter infraestrutura material e de serviços, possuir orçamento estável, ser regido por plano museológico e seguir código de ética.

Bolaños (2002) cita alguns artigos que evidenciam a relação entre burocracia e Museologia ao apontar as responsabilidades dos diretores e chefes dos museus públicos, que incluíam a conservação do material científico e a regularidade e sucesso da administração. A autora complementa que os museus se diferenciam por sua história, suas coleções, seus propósitos e seu público, isso justifica a variedade de catálogos desenvolvidos por essas instituições.

Ao mencionar as inovações das instituições museológicas, Bolaños (2002), disserta em relação a unificação de critérios expositivos. Dentre os critérios estão: o intervalo entre as exposições internacionais; para não ocorrer duplicidade, os organizadores devem organizar os registros dos visitantes; os administradores e conservadores deveriam ter acesso aos projetos de exposição registrados.

Segundo Pozzer (2015), a percepção de autenticidade dos bens culturais dentro dos museus é foco de debate conceitual na Museologia o que demonstra a característica dos museus de apresentar em um mesmo ambiente, obras que normalmente não são encontradas juntas e, por isso, ser um “meio de comunicação e um espaço sociocultural de interação com o público, onde se criam ideias, se desenvolvem teorias e se contam histórias, a experiência dele pode ser transformadora.” (POZZER, 2015, p. 116). Em consonância com o autor, é possível visualizar que os acervos dos museus possuem diversas naturezas, histórica, localização, políticas culturais e que independente delas desempenham funções importantes para o desenvolvimento sociocultural da sociedade como um todo e que são canais de comunicação privilegiados de narrativas históricas, sendo responsáveis por construí-las ou desconstruí-las.

Ao mencionar as narrativas históricas, observa-se que desde o *mouseion* de Alexandria, nota-se a importância da Museologia para a **memória histórica**. Lima (2003) ressalta o complexo cultural de Alexandria como um lugar de memória e preservação que promovia, de forma incipiente, a ideia de patrimônio.

Nesse ambiente, a memória era mesclada com a história, a poética, a arte e a estética. Desde o início percebe-se a relevância sociocultural dos museus por meio da memória, posto que “los museos deben ser, no sólo instituciones de investigación y de estudio, sino de antemano, y lo antes posible, médios donde se aprende a amar la vida, la historia, a los maestros y a conocer la diversidad del mundo [...]” (BOLAÑOS, 2002, p. 77).

De acordo com Bolaños (2002), os museus são berço da história da arte e pilar insubstituível no conhecimento do passado, posto que estabelece as fontes, comprova afiliações e autoriza as atribuições. Depreende-se que as instituições museológicas são espaços de demonstração da memória e da história das civilizações. Resgata-se na fala da autora a importância das associações de amigos desenvolvidas na década de 1920 para o crescimento das coleções. Nesse cenário, Bolaños (2002) ressalta a contribuição das mulheres em diversos âmbitos como a história da arte, na museografia e nos trabalhos de conservação.

Suano (1986), relata que para Europa aprimorar seu conhecimento em relação as suas colônias, realizava explorações científicas com o objetivo de conhecer a fauna, a flora e os nativos, com isso coleções de botânica, zoologia, mineralogia, etnografia e arqueologia eram formadas. A autora complementa que, no início do século XIX, surgem os museus etnográficos utilizados como instrumentos de estudo dos tipos de cultura pelos quais a sociedade passou durante a evolução do homem (SUANO, 1986). Acredita-se que essas coleções são essenciais para preservação da memória e da história dos povos e suas vivências em sociedade.

No século XIX, os museus se tornam símbolos nacionais e do coletivo, posto que “[...] seus objetos são outros tantos elementos característicos ou representativos de uma obra, de uma cultura, de um homem ilustre, em suma, de uma parte da comunidade imaginária em questão.” (POULOT, 2013, p. 42). No cenário, surgem instituições autênticas, de qualidade e propriedade pública e, em concordância com Poulot (2013), objetivam a reconstrução da memória cultural para época.

Segundo Bolaños (2002), com a revolução soviética, no século XX, as coleções dos museus foram reestruturadas de acordo com o discurso do materialismo histórico e ao serviço da educação ideológica das massas. Ressalta-se que nesse momento toda memória contemplada por essas instituições, desde as origens dos czares, nobreza, coleções particulares, até de universidades e

instituições acadêmicas foi usada pelo governo para treinamento político. A autora (2002), complementa que a intenção dos museus soviéticos era a demonstração do processo histórico através de meios compreensíveis pelas massas e que estes prezavam por salas de exposições repletas por visitantes, ansiosos para saber como as lutas de ontem se desenrolaram para poder imaginar as conquistas de hoje e amanhã.

Bolaños (2002) comenta que o critério de exposição das obras de arte nesses museus seguia conceitos básicos que explicam os estilos na história segundo a doutrina do materialismo histórico, a partir das relações de produção e da ideologia de classes. Nas instituições, em cada sala que inicia um novo período havia painéis e murais que indicavam os dados mais importantes da economia, com estatísticas de produção e com as explicações sobre as relações entre economia e ideologia, além disso, era exposto uma breve e clara fronteira que explica a ideologia artística. Outro exemplo citado pela autora (2002) é a Itália fascista, onde foi organizada uma exposição com a intenção de promover o regime totalitário e que tinha por princípios o Estado, o trabalho, as armas e o espírito.

Entre 1939 e 1945 acumulou-se um enorme patrimônio artístico, produto de conquistas e confiscações que, conforme Bolaños (2002), foi reunido em um super museu da nação alemã. Esse local concentrou obras de arte europeias, desde a Antiguidade até a era do Reich, provenientes dos países ocupados pelo exército alemão e, em parte, do mercado artístico. A autora menciona que o museu mostrava a formação da nação alemã, o desenvolvimento de sua hegemonia cultural sobre a Europa e de sua primazia sobre o mundo inteiro.

A relação dos museus com a memória histórica está entrelaçada aos patrimônios. No início do século XX, de acordo com Bolaños (2002), houve um esforço para democratização e os museus converteram o foco, que antes estava na elite e burguesia, para as classes populares. Nesse período, os estudos etnográficos são postos no auge e as instituições museológicas buscam colecionar testemunhos da cultura material e folclore local. A autora menciona dois tipos de museus de arte popular, sendo eles, o enciclopédico que compreenderia um conjunto e o regional.

Bolaños (2002) complementa que, nas últimas décadas do século XX, se iniciou um movimento intelectual em defesa do museu como âmbito privilegiado da memória. Esse movimento não defendia apenas o sentido literal de que todo museu é um campo de conhecimento do passado e da história humana de

conservação do patrimônio imediato ou de civilizações desaparecidas, mas sobretudo de sua dimensão simbólica, uma vez que passou a impor a necessidade de fazer do museu o depósito de um discurso moral sobre a memória coletiva, entendida como debate a respeito de identidade e alteridade.

Nesse sentido, Bolaños (2002) descreve que o museu pode ser considerado como uma das representações sociais da memória mais importantes, como uma soma de estruturas coletivas que permitem organizar as recordações individuais. A autora menciona também que os museus são formas de orientação histórica e afetiva em que se aceita o fato de que os restos do passado de outras civilizações merecem ser conservados, uma vez que preservada sua singularidade com respeito ao presente e tradições. Além disso, relata-se que os museus favorecem a cultura do descobrimento e da exploração de universos possíveis.

Em relação a memória individual e coletiva, Bolaños (2002) disserta que esse contexto não constitui um território neutro, mas sim um campo de batalha em que se resolve e legitima a identidade de um povo ou de uma cultura. Assim, as instituições museológicas representam um testemunho dessas guerras e seu maior objetivo, segundo a autora, é produzir um efeito de comemoração inteligente, recordar as possibilidades e os projetos de existência inclusos nas obras de arte, convocar todos a construção de um espaço e de um tempo potencialmente comuns, monumentais e pluridimensionais onde encontra-se apesar da variedade de gostos pontos de vista comuns.

Infere-se que com o desenvolvimento dos museus públicos, o interesse na abertura dos acervos para visitação é ressaltado, dando espaço para que a instituição ocupe sua **função informativa**. Suano (1986) relata que o primeiro museu público europeu data de 1683, o Ashmolean Museum, de Oxford, mas ainda restringia as visitas a especialistas, estudiosos e estudantes universitários.

De acordo com Segawa (2007), no século XIX, o museu assumiu a função de promover e difundir conhecimento e, no Brasil, era considerado instrumento de construção da memória. Devido ao ideal civilizatório da época, a instituição seguia aos ideais patrióticos em busca da construção de uma nova identidade e afirmação de uma nova nacionalidade. Com a suposta proclamação da república, em 1822, surge a intenção de construir um monumento em memória do ato, que décadas depois é transformado em museu do Estado de São Paulo.

No final do século XX, de acordo com Poulot (2013), a sociedade entendia as exposições como um direito democrático e produzia propagandas para incentivar a visita aos museus. O autor, menciona quatro elementos de estabilidade da instituição museológica elencados por Michael Conforti, ou seja, características fundamentais para um museu (POULOT, 2013). O primeiro é a definição do que se conhece hoje na CI como políticas informacionais, isto é, um estatuto, normas e/ou regulamento imposto por sua gestão administrativa ou fundadores, a fim de orientar as ações realizadas no museu ou por ele. O segundo elemento está relacionado com os profissionais da instituição, são desenvolvidos códigos éticos e manuais para o aperfeiçoamento dos responsáveis por organizar os acervos.

O terceiro ponto fundamental é a valorização da história das coleções permanentes dos museus, pois fazem memória do que era relevante para sociedade no momento de sua aquisição ou doação, e justificam a existência da instituição. A última característica citada como fundamental é a arquitetura predial das instituições museológicas, em razão das possibilidades que devem existir para alteração da disposição dos documentos do acervo e do percurso que é possível construir com eles. Ressalta-se a importância do museu se autoavaliar, tendo conhecimento de que “[...] o retorno sobre si permite tomar consciência da antiga aposta da fundação, da evolução das missões, da eventual discrepância entre as coleções, do que pode ser esquecido e do que deve ser mantido nas exposições.” (POULOT, 2013, p. 19), possibilitando a evolução da instituição.

Como exemplo de valorização da função informativa das instituições museológicas cita-se os ecomuseus ligados às tendências auto gestionárias, ecologistas e contra culturalistas. De acordo com Bolaños (2002), o conceito de ecomuseu está ligado a exploração da mudança, a conservação da natureza como se fosse uma obra de arte e a cultura como um saber amplo e não minoritário. Esse novo conceito, implica uma antiinstitucionalização e está tombado sobre a identidade territorial e a democratização do conhecimento, ou seja, os ecomuseus prezam que a contemplação das criações artísticas também pertence aos desfavorecidos da cultura (BOLAÑOS, 2002).

A autora supracitada disserta que os ecomuseus são instrumentos concebidos, construídos e explorados em conjunto por um poder e uma comunidade. Presume-se que os ecomuseus se aproximam dos museus comunitários, posto que são “un espejo en el que dicha comunidad se mira para

reconoserse, en el que indaga la explicación del territorio en el que está arraigada, junto a las colectividades predecesoras” (BOLAÑOS, 2002, p. 284). Esses dois exemplos, ecomuseus e museus comunitários, valorizam além do olhar do colecionador, a cultura local e contribuem tanto na descontinuidade como na continuidade das gerações.

Acredita-se que, assim como na Arquivologia e na Biblioteconomia, a gestão dos documentos museológicos é fundamental para que a Museologia cumpra sua função informativa. Dito isso, ressalta-se os processos de catalogação e descrição da documentação museológica, que fazem parte da gestão informacional dessa instituição. Nesse contexto, a catalogação “[...] é uma descrição detalhada do item, um registro de toda a biografia do item, de todas as características físicas pormenorizadas, servindo como fonte de informação para pesquisa, além da identificação e localização no acervo.” (YASSUDA, 2009, p. 49), depreende-se que por meio da catalogação o museu alcança o sujeito e suas necessidades informacionais.

Nota-se que o processo exige do museólogo/curador uma pesquisa detalhada das informações relativas ao item, pois quanto mais completa a descrição, mais eficaz a organização do acervo e mais rápido o público acessa as informações. Yassuda (2009), considera a função do catálogo como meio de comunicação entre o item da coleção e o visitante do museu e, complementa que, cada instituição constrói suas fichas catalográficas de acordo com suas necessidades informacionais e seu perfil. Em consequência, encontra-se padronização essencialmente na linguagem utilizada que, tem base em tesouros e vocabulários controlados, fundamental para recuperação do item em sistemas informatizados. A autora (2009), menciona que a catalogação é realizada pelo curador da coleção que, para isso, busca a biografia do objeto, para que suas informações sejam registradas em fichas catalográficas e comunicadas aos visitantes.

Evidencia-se que os objetos museológicos são considerados documentos e, segundo Yassuda (2009), a característica que reforça a definição é sua capacidade de ir além da utilidade pública. Para que um objeto seja considerado documento museológico ele deve pertencer a dimensão temporal, espacial ou social, ou melhor, deve ser “testemunho de acontecimentos históricos”, “espaço onde os acontecimentos históricos tiveram lugar”, ou devido ao “significado social do objeto

na história” (YASSUDA, 2009, p. 69). Acrescenta-se que as três dimensões se relacionam, compõem a biografia do objeto e auxiliam na descrição documental.

Para Yassuda (2009), a descrição envolve pesquisa, para que as informações de outras fontes relacionadas ao objeto sejam reveladas, e a biografia, que relata a origem, utilização e o motivo do documento fazer parte de um acervo museológico. Reitera-se que os procedimentos servem para dar sentido ao valor patrimonial do objeto e que compreender sua trajetória é perceber as interações sociais que os objetos tiveram com os sujeitos. Isso permite, segundo Yassuda (2009), que o documento museológico se torne um elo entre o passado e o presente e uma fonte ou suporte de informação que represente algo social.

Complementa-se, com base em Albuquerque (2012), que o processo de documentação museológica é composto pela fase de aquisição, contempla a escolha dos museus por adquirir determinados objetos; o registro, meio de identificação do documento antes da catalogação; catalogação, descrita anteriormente; classificação, separação dos objetos em categorias para análise dos níveis de informação da instituição; e a pesquisa, um dos possíveis usos dos objetos pelo público. Acredita-se que além da finalidade de servir à pesquisa, os documentos museológicos são importantes fontes de informação de diversos tipos e cabe a Museologia contribuir para disseminação e acesso à essas informações, para ampliar o reconhecimento social dos museus.

A partir da análise do discurso dos autores supracitados, um outro fator sociocultural emergiu na Museologia, o **Colecionismo**. Ressalta-se que esse fator pode ser caracterizado como o cerne do museu, o processo gerador que deu origem às instituições museológicas ao longo da história.

No mundo antigo, por exemplo, os faraós e imperadores possuíam extraordinárias coleções de objetos em ouro, prata e metais, que, segundo Suano (1986), serviam de reserva econômica e eram sinal de poderio e prestígio social. Corrobora-se que os romanos eram exemplos de grandes colecionadores da Antiguidade, suas coleções eram vistas como tesouros e, devido a quantidade de itens, eram construídos anexos aos templos para guardá-las. Suano (1986) relata que, a partir do século III a.C., eram colocadas nos corredores dos edifícios públicos romanos estátuas e pinturas e, tanto essas coleções como as dos anexos, eram abertas para visitação do público comum.

As coleções eram usadas para exibir o bom gosto dos ricos em relação a cultura grega e “[...] ilustrar o poderio e força dos inimigos conquistados por Roma.” (Suano, 1986, p. 13). Durante a Idade Média as coleções eram de peças antigas recebidas pelos imperadores como presentes e passaram a ser consideradas tesouros intocáveis, como consequência, não eram abertas ao público. Com a influência da Igreja há uma centralização das coleções que ficam em seu domínio durante todo o período e as coleções privadas voltam a aparecer apenas no século XIV. Essa restrição das coleções pode ser considerada um retrocesso, visto que, segundo Bolaños (2002), a exposição de criações artísticas conservadas nas coleções possibilita uma visão das diferentes concepções artísticas em épocas distintas.

Com o Renascimento, os colecionadores voltaram sua atenção para os tesouros da Antiguidade que não tinham relação com a civilização cristã e renasce “[...] o interesse pela produção humana, pelas obras artísticas, filosóficas e científicas – tanto as da Antiguidade Greco-Romana como aquelas que se desenvolviam no próprio momento.” (ARAÚJO, 2013a, p. 215). No período, foram criadas uma quantidade significativa de obras de arte e os príncipes, além de reunir tesouros, financiavam artistas contemporâneos para incorporar as obras em suas coleções. Suano (1986, p. 16) relata que “[...] essas coleções eram símbolo vivo do poderio econômico das famílias principescas e serviam como verdadeiro termômetro das rivalidades entre elas.”, e complementa que elas deram origem a atual instituição “museu”.

Os séculos XVI a XVIII ficaram caracterizados por políticas educacionais e culturais responsáveis por ampliar o acesso às grandes coleções. De acordo com Suano (1986), a política mercantilista emergiu no período e incentivou os artistas nacionais a produzirem obras que atendessem ao mercado interno para evitar a importação. Depreende-se que a ação era de interesse econômico ao governo, pois artistas nacionais custavam menos que estrangeiros. Suano (1986) complementa pontuando a necessidade de os artistas nacionais acessarem as obras de arte das coleções reais para sua formação, com isso, aos poucos foram concedidas permissões para visitas às galerias dos palácios, gabinetes, guardarobas e museus.

No decorrer do século XVIII, coleções reais foram aos poucos liberadas para o público, dentre elas: parte da coleção real francesa, no Palácio de

Luxemburgo, em Paris; galerias do Palácio de Potsdam, na Prússia de Frederico II o Grande; e coleções do Palácio Hermitage, em São Petersburgo. Suano (1986) discorre que, as autorizações de acesso contemplavam restrições devido a falta de segurança contra roubos e a realidade da população da Europa que, não tinha habilidades de leitura e escrita e, por isso, faziam “desrespeitosas algazarras” durante as visitas, fato que incomodava os colecionadores pois atrapalhava o “clima de contemplação” das obras. Ressalta-se que os reis e nobreza exerciam um autoritarismo exacerbado que provocou uma revolta popular.

Somente no final do século, com o movimento revolucionário, as coleções se tornaram efetivamente públicas e, assim, acessíveis por toda população. Segundo Suano (1986), para que a revolução burguesa consolidasse seu poder, houve uma organização do saber e do conhecimento com o desenvolvimento das enciclopédias. Nesse contexto, a necessidade de educação foi posta em evidência e, mesmo com a resistência da aristocracia e da Igreja, a burguesia reinstaurou a prioridade da descoberta e da transformação. Assim, quatro museus foram criados com objetivos políticos, o Museu do Louvre, o Museu dos Monumentos, o Museu de História Natural e o Museu de Artes e Ofícios.

Quando o Iluminismo emerge, no início do século XIX, desperta interesse na primazia da razão, liberdade de pensamento, educação e progresso. De acordo com Suano (1986), devido a necessidade da classe burguesa em ordenar a sociedade, foram realizadas classificações das coisas. O museu era o local ideal para abrigar as coleções e as tarefas de classificação, em consequência disso houve crescimento e expansão dessas instituições e a burguesia as usava como palco para exibição de conquistas. No período, a sociedade reconhece o museu como instituição propagadora do conhecimento e parte fundamental do processo de educação pública.

Com a Revolução Industrial, a valorização das máquinas e o excesso das jornadas de trabalho, os objetos começaram a ser fabricados em grande escala e eram organizadas grandes exposições para mostra de produtos industrializados. O fenômeno voltou a atenção do público que antes, conforme Suano (1986), se sentia deslocado em meio a grandiosidade dos museus dos palácios, para os museus com características industriais. Nesse contexto, de acordo com Araújo (2013b), surge o conceito de “Museu Nacional” de caráter público que,

ao adquirir muitas obras, necessitava de pessoas qualificadas para organizar as rotinas da instituição.

O interesse pelos museus industriais, segundo Bolaños (2002), foi despertado na década de 1930, ressaltando a cientificidade, a técnica e o naturalismo. Nesse período, o colecionismo científico ocupa um lugar especial no contexto internacional de fé intelectual devido ao entusiasmo por inovações técnicas. De acordo com a autora, é preciso conhecer bem os fundamentos da vida presente para convertê-la em um elemento ativo da cultura moderna, assim torna-se possível expô-los visivelmente e explicá-los de maneira clara e simples. Bolaños (2002) argumenta que o museu industrial deve se esforçar para alcançar esse objetivo, ao expor os objetos que ilustrem claramente os processos industriais e possam ser compreendidos por todos.

Diante desse objetivo dos museus de explicar a sociedade e a cultura por meio dos objetos, destaca-se a responsabilidade civil dessas instituições. Bolaños (2002), enfatiza a educação e a cultura como ferramentas de entendimento entre as nações e o museu como um lugar de encontro dos povos e intercâmbio de ideias. Outro ponto elencado é a vantagem dos museus dentre outras instituições educativas, por estar qualificado para contribuir e oferecer à juventude atitudes que corrijam seus prejuízos e permitam uma melhor compreensão do resto dos povos. A autora destaca que os objetos dos museus se põem a disposição dos educadores, que deveriam extrair deles o melhor proveito com a finalidade de estabelecer relações internacionais nobres.

Inferre-se a partir de Bakhtin/Volochinov (2006) que no discurso construído na Museologia a relação de classes sociais e o discurso elitizado pode ser evidenciado e percebe-se as relações de poder em alguns fatores. Na cultura escrita o discurso menciona o intuito dos primeiros museus de garantir a sobrevivência das estruturas sociais e as obras eram destinadas principalmente ao entretenimento dos reis. Em relação as práticas eclesiais, as relações de poder acontecem em torno do clero que mostrava a influência por meio dos tesouros recebidos como doação. Essa discussão aparece devido às relações e ao autor utilizado, por não ser o foco desta pesquisa, apresenta-se aqui apenas indicações para futuras pesquisas.

No âmbito da burocracia, o Estado é privilegiado e seu poder é ressaltado no discurso. Na memória histórica o museu é relatado como serviço da

educação ideológica das massas. Nesse ponto destaca-se também o reflexo das relações de produção e da ideologia de classes nas exposições. Como exemplo, tem-se a relação da Museologia com o nazismo e o fascismo. O colecionismo, que contribuiu para origem dos museus, explicita o poder dos faraós e imperadores, visto que os objetos demonstravam poderio e prestígio social. As exposições das coleções eram palco de exibição de conquistas da burguesia (BOLAÑOS, 2002).

A discussão ponto a ponto dos fatores socioculturais elencados em cada um dos campos, demonstra as diferenças e as aproximações históricas e teóricas muito bem demarcadas entre a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia. Essas proximidades e distanciamentos podem ser discutidas sob a luz de categorias que, em certa medida, expõem o caráter humanista, social e cultural de cada campo. Diante do exposto, são tecidas relações dialógicas a partir dos discursos dos autores trabalhados e um diálogo a respeito dos fatores socioculturais e suas contribuições para compreensão das noções de sociocultural nos três campos e os pontos de convergência e divergência entre eles.

4 RELAÇÃO DO DISCURSO DIALÓGICO NOS FATORES SOCIOCULTURAIS NA ARQUIVOLOGIA, NA BIBLIOTECONOMIA E NA MUSEOLOGIA

Cada campo do conhecimento contempla a noção de sociocultural considerando seus objetos que guiam as relações sociais construídas ao longo de sua trajetória. Conforme a sociedade muda e evolui são exigidas diferentes práticas no contexto científico, social e cultural que demonstram os objetivos dos campos em determinados momentos históricos. A linguagem faz parte da totalidade concreta das relações sociais e é compreendida apenas no contexto social resultante dela. Esse contexto social é explicado por ideologias que refletem a realidade dos sujeitos presentes e guiam o agir social e cultural da sociedade. As ideologias resultam em signos que fazem parte ou refletem uma realidade e são resultado da comunicação verbal que possibilita as relações dialógicas.

Assim, retoma-se o sentido de relação do discurso dialógico, apoiado na teoria de Bakhtin, que representa as convergências e divergências entre os enunciados, evidenciando aproximações e distanciamentos entre os sujeitos envolvidos. Isso posto, propõe-se neste tópico apontar a relação do discurso dialógico nos fatores socioculturais investigados anteriormente em cada campo, ressaltando as convergências e divergências enunciadas no discurso dos autores pesquisados e as aproximações e distanciamentos entre a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia. Resgata-se também o sentido de sociocultural que abrange os diálogos de um grupo com origens e interesses comuns que buscam evolução e consenso entre signos que possam representá-los diante da sociedade e da cultura.

Nesse sentido, reitera-se que os fatores socioculturais que caracterizam a história da Arquivologia, de acordo com Vivas Moreno (2004a), são cultura escrita, práticas eclesiais, salvaguarda e garantia jurídica, burocracia, memória histórica e função informativa. Esses fatores também sustentaram a caracterização da Biblioteconomia, com o apoio de Morales López (2008) que possibilitou o acréscimo da cultura humanística, e da Museologia, com Bolaños (2002) que apresentou a importância do colecionismo. Além disso, no decorrer da leitura dos fatores percebeu-se que a garantia jurídica não tem estatuto suficiente para ser considerado fator identificador de elemento sociocultural na Biblioteconomia e a cultura escrita na Museologia. Os aspectos constituintes de cada fator

sociocultural evidenciam a relação da Arquivologia, da Biblioteconomia e da Museologia com as realidades sociais, sujeitos, práticas e objetivos em que estiveram inseridas ao longo de sua trajetória.

Neste tópico, são aplicados os procedimentos definidos a partir do percurso analítico de Rohling (2014), com o intuito de discutir as noções de sociocultural encontradas no discurso dialógico dos fatores socioculturais na ABM. A autora determina os pontos que devem ser observados em uma pesquisa de cunho dialógico, a importância de perceber a língua na condição de discurso, compreendendo seu uso e funcionamento em uma situação discursiva. Nesse sentido, deve-se considerar as relações extralinguísticas, históricas e concretas, visando assimilar os sentidos promovidos nas relações dialógicas. Assim, a ADD não é um “método de pesquisa ou modelo rígido de escrita”, mas sim “[...] uma via de investigação, uma maneira de interrogar” (ROHLING, 2014, p. 49).

A referida autora apresenta parâmetros para orientar análises de produções discursivas que foram apropriados nesta pesquisa para construção do percurso analítico exposto no Quadro 02 (ROHLING, 2014).

Quadro 02 – Percurso analítico da pesquisa

Percurso analítico definido por Rohling (2014, p. 51)	Aplicação
O estudo da esfera de atividade humana, em que se dão as interações discursivas	Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia
A descrição dos papéis assumidos pelos participantes da interação discursiva, analisando as relações simétricas/assimétricas entre os interlocutores na produção de discurso	Autores abordados na revisão bibliográfica
O estudo do cronotopo (o espaço e tempo discursivo) dos enunciados	Fatores socioculturais
O estudo do horizonte temático valorativo dos enunciados	Noções de sociocultural
A análise das relações dialógicas	Discussão das noções de sociocultural na ABM para compreensão do discurso dialógico entre elas e elaboração dos mapas conceituais.

Fonte: elaborado pela autora.

Este percurso retrata o método estabelecido para o cumprimento do objetivo desta pesquisa de analisar a noção de sociocultural na Arquivologia, na Biblioteconomia e na Museologia. Para o cumprimento desse método, reflete-se cada um dos campos enquanto esferas de atividade humana, pois compreende-se que ocorrem relações discursivas neles e entre eles. Pondera-se os papéis

assumidos pelos autores selecionados para revisão bibliográfica na interação discursiva, visando perceber as relações entre eles na produção de discurso. Contempla-se os fatores socioculturais enquanto espaço e tempo discursivo e as noções de sociocultural percebidas na ABM como horizonte temático valorativo dos enunciados. Por fim, analisa-se as relações dialógicas com base nas noções de sociocultural na ABM, para compreender o discurso dialógico entre elas e elaboram-se mapas conceituais que possibilitam sua visualização.

Parte-se para análise tomando a Arquivologia como esfera de atividade humana em que se dão as interações discursivas. Descreve-se os papéis assumidos pelos participantes da interação discursiva a partir do principal interlocutor na revisão bibliográfica (produção de discurso) Vivas Moreno (2004a), pois a interação discursiva parte dos fatores definidos em sua pesquisa. Observa-se a simetria entre os fatores apresentados pelo autor e os marcos históricos da Arquivologia relatados por Bellotto (1989), uma vez que ambos consideram a importância dos documentos arquivísticos para escrita, garantia jurídica, burocracia, clero e salvaguarda, assim como a importância desses fatores para o desenvolvimento da Arquivologia.

Outros participantes dessa interação discursiva são Mendo Carmona (1995), Silva *et al* (2009) e Elias (2012) que contribuem para compreensão do contexto do surgimento da escrita. Nota-se o primeiro cronotopo, a cultura escrita (espaço) na origem da Arquivologia (tempo), esses autores cooperam com o discurso de Vivas Moreno (2004a) ao relatar a importância da criação dos símbolos que representam as ações e deram origem aos primeiros registros preservados em arquivos. Nesse discurso, Escolar Sobrino (1990) narra as características dos arquivos que surgiram nesse contexto. Rabello e Rodrigues (2014) comentam que a fala ainda predominava sobre a escrita enquanto transmissora de conteúdo, mesmo assim os arquivos foram tomando espaço na sociedade.

No âmbito das práticas eclesiásticas, segundo espaço discursivo, compreende-se o papel que os arquivos das igrejas desempenhavam para preservação e guarda dos registros civis (tempo). Lasala (2000) contribui para contextualização da importância da preservação de documentos para administração das igrejas, confirmado por Rabello e Rodrigues (2014) devido ao valor probatório dos documentos. Ressaltando a simetria desse discurso Mendo Carmona (1995) aponta como principal característica da Idade Média a concentração de documentos

em catedrais e monastérios. Complementa-se esse discurso com os relatos de Abreu (2000) das igrejas que desenvolveram arquivos, das normas regulamentadoras vigoradas pela Igreja Católica e dos marcos históricos dos arquivos eclesiásticos. Bellotto (2006) acrescenta o relato dos arquivos eclesiásticos no contexto brasileiro e enquanto arquivos sociais, relevantes para transmissão de informação.

Observa-se no cronotopo apontado como salvaguarda e garantia jurídica (espaço), o tempo discursivo da veracidade dos documentos, que tem a contribuição do discurso de autores supracitados como Mendo Carmona (1995), Bellotto (2006), Elias (2012), Silva (2013) e Rabello e Rodrigues (2014). Nesse ponto, o discurso narrado pelos autores, segue uma linearidade e relata o surgimento dos arquivos nos locais onde as leis eram escritas e legitimadas. Nesse contexto os lugares de guarda eram restritos e os próprios magistrados, responsáveis pela interpretação das leis, eram encarregados da custódia dos documentos arquivados. Com o passar do tempo e o surgimento de documentos probatórios que necessitavam de ordenação, surgem os primeiros registros de práticas arquivísticas.

Além desses autores, Rondinelli (2005) acrescenta ao discurso a necessidade oriunda dos atos jurídicos de geração de documentos escritos que precisavam ser conservados e por consequência geraram arquivos. Um marco importante encontrado no discurso dos autores elencados é o surgimento da Diplomática que contribui para identificação de documentos falsos que surgiram principalmente na Igreja Católica e atrapalhavam a observação do que era verdade. Essa disciplina aproximou os documentos arquivísticos de sua função de prova e às práticas jurídicas. Silva (2013) faz uma ligação desse discurso com a importância burocrática dos arquivos ao mencionar os arquivos públicos.

No mesmo sentido, ressalta-se a burocracia enquanto espaço e o interesse do Estado enquanto tempo discursivo. Bellotto (2006), discursa em relação aos registros gerados pelas organizações burocrático-governamentais que existiam desde a Antiguidade Greco-Romana e vinculavam o arquivo ao Estado. Escolar Sobrino (1990) coopera com esse discurso ressaltando a amplitude desses arquivos e Jardim (1999) acrescenta os termos capital econômico, informacional e cultural ao discurso, ressaltando a relação dos arquivos que serviam à burocracia com as questões socioculturais. Além dessa relação, Fonseca (2005) aponta para o caráter

moderno e democrático que o Estado desenvolveu com o aporte das instituições arquivísticas e comenta a centralização e publicização dos arquivos.

No contexto brasileiro, o discurso narrado por Jardim (1999), e apoiado por Bellotto (2006), mostra as instituições responsáveis pelas informações estatais e a falta de políticas públicas de informação que viabilizassem o acesso aos arquivos. A referida autora, menciona também as teorias desenvolvidas para administração dos arquivos públicos e alguns produtos das atividades desenvolvidas nessas instituições que facilitam o acesso do público aos documentos. Como exemplo, cita-se os instrumentos de pesquisa e ações realizadas para disseminação das informações para sociedade, reafirmando o valor sociocultural dos arquivos brasileiros (BELOTTO, 2006).

Observa-se nas pesquisas desenvolvidas por Silva *et al* (2009); Marques, Rodrigues e Nougaret (2018); Lousada (2015); Schmidt (2012); Barros (2015); Silva (2013); Tognoli (2010); Rabello e Rodrigues (2014); e Elias (2012), características da Arquivologia que inicialmente a definem como auxiliar da História, mas que em um segundo momento evidenciam sua importância para memória. Enfatiza-se nesse momento a memória histórica (espaço) e a relação da Arquivologia com os marcos históricos das sociedades (tempo). No decorrer desse discurso, nota-se que a Arquivologia começa a se afastar da História e tomar sua posição enquanto disciplina com o desenvolvimento de manuais técnicos.

Infere-se que, apesar dessa independência possibilitada pelos manuais, como eles tratavam apenas da parte externa dos documentos e não de seus conteúdos, há um afastamento da Arquivologia de questões sociais e culturais. Com o impulso de movimentos que surgiram na História, para que os estudos contemplassem, não apenas a narrativa dos privilegiados, mas da sociedade como um todo, a Arquivologia voltou-se às informações registradas nos documentos, contribuindo, desse modo, para a memória histórica e seu valor sociocultural.

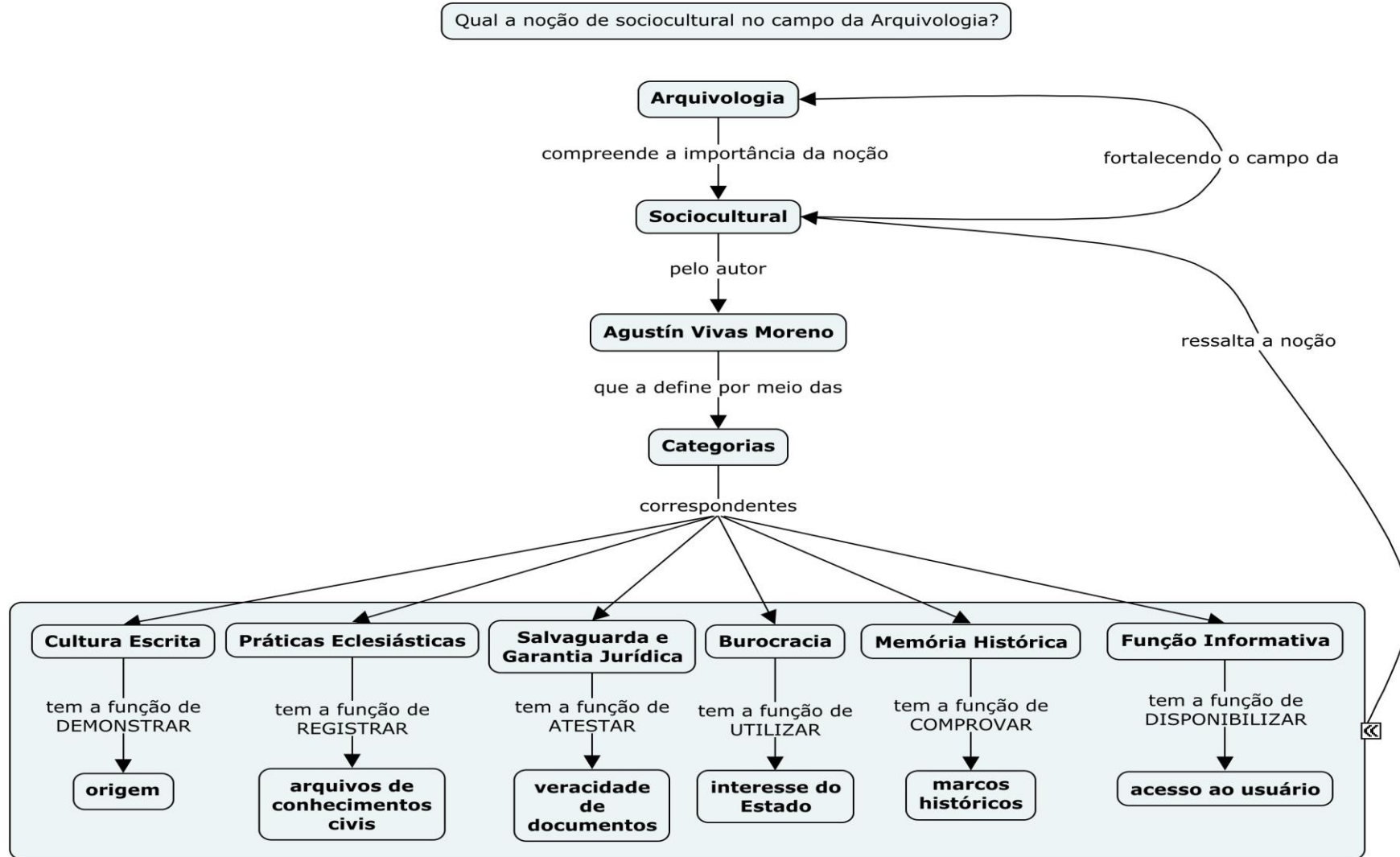
Esse olhar voltado ao conteúdo dos documentos ressalta a função informativa da Arquivologia, como espaço no estudo do cronotopo, apresentada por Vivas Moreno (2004b) e ligada ao tempo discursivo do acesso ao usuário. Nesse discurso, Bellotto (1989) contribui com a visão de que a informação faz parte do objeto da Arquivologia e Silva *et al* (2009) mencionam os eventos e documentos organizados para debate e desenvolvimento de regimentos aplicáveis aos arquivos que contribuíram com o progresso da literatura arquivística. As funções e princípios

arquivísticos, relatados por Pereira e Silva (2019) e Tanus (2013) assumem papel fundamental para que a Arquivologia cumpra sua função informativa.

Seguindo o percurso de Rohling (2014), apresenta-se o estudo do horizonte temático valorativo dos enunciados, isto é, as noções de sociocultural contempladas na Arquivologia. Para isso, fundamenta-se no sentido de sociocultural definido, com base em Bakhtin, no segundo tópico deste trabalho, que abrange os diálogos de um grupo com origens e interesses comuns que buscam evolução e consenso entre signos que possam representá-los diante da sociedade e da cultura. Entende-se que os autores selecionados para revisão bibliográfica têm suas origens na Arquivologia ou áreas afins e contemplam interesses comuns, dentre eles observar a trajetória da Arquivologia, evidenciar aspectos relevantes de sua história, entre outros.

Busca-se nesses autores consenso e signos, denominados nesta pesquisa por fatores socioculturais, que possam representar a Arquivologia diante da sociedade e da cultura. Retoma-se que, na esfera da Arquivologia, os fatores determinados conforme Vivas Moreno (2004a) foram cultura escrita, práticas eclesiais, salvaguarda e garantia jurídica, burocracia, memória histórica e função informativa. Esses fatores representam meios socioculturais que, no decorrer da história do campo, foram influenciados por ela.

Figura 01 – Qual a noção de sociocultural no campo da Arquivologia?



Fonte: elaborado pela autora, baseada em Rodrigues (2014).

Acredita-se que o mapa conceitual acima contribui para compreensão do diálogo construído a respeito dos fatores socioculturais na Arquivologia e permite a visualização da noção de sociocultural no campo. Os verbos demonstrar, registrar, atestar, utilizar, comprovar e disponibilizar evidenciam as ações resultantes das práticas da Arquivologia que refletem na sociedade e na cultura em diferentes momentos históricos, inclusive atualmente. Percebe-se que tanto a origem do campo, quanto os arquivos de conhecimentos civis, a veracidade dos documentos, o interesse do Estado, os marcos históricos e o acesso ao usuário são assuntos que ainda permeiam as funções da Arquivologia.

Em um segundo momento, têm-se o estudo da Biblioteconomia como esfera da atividade humana em que se dão as interações discursivas. Busca-se descrever os papéis assumidos pelos participantes da interação discursiva, analisando as relações simétricas/assimétricas entre os interlocutores partindo dos fatores socioculturais de Vivas Moreno (2004a) com a contribuição de Morales López (2008) que apresenta pontos relevantes da trajetória da Biblioteconomia enquanto disciplina científica. No início do discurso relata-se o resumo de Santa-Anna (2015) da trajetória das instituições biblioteconômicas, na fala da autora é possível identificar alguns dos fatores socioculturais definidos por Vivas Moreno (2004a) como cultura escrita na pré-história com a custódia, práticas eclesiais nos monastérios e função informativa no Renascimento com a abertura das bibliotecas.

Fernandez Abad (2006) e Morales López (2008) contribuem para o início do discurso ressaltando que a origem, respectivamente das bibliotecas e da Biblioteconomia, foi influenciada pelo meio social em que ocorreram e espelham o contexto cultural ao seu redor. Isto posto, o discurso se volta à Antiguidade no intuito de identificar o conotopo da cultura escrita nessa esfera biblioteconômica, em que se tem o tempo do registro de tradição. Silveira (2007) traz os signos informacionais ao discurso, explanando a relação da linguagem com as bibliotecas e Ortega (2004) descreve as primeiras coleções de registros agrupadas nessa época.

Escolar Sobrino (1990) e Souza (2005) dialogam a respeito dos tipos de registros abrigados nas primeiras bibliotecas e relatam as mudanças oriundas da expansão da leitura que resultaram no desenvolvimento de bibliotecas públicas e privadas. A autora (2005) comenta a restrição da leitura aos eruditos que fez com que as bibliotecas representassem status e poderio e o autor (1990) aponta para a

importância da literatura árabe e das primeiras coleções agrupadas por esses povos. No discurso de Silveira (2007), nota-se a relevância das cópias para multiplicação dos manuscritos e para o início do Renascimento. Cavalcante (2009) menciona o fortalecimento da cultura escrita que ocorreu com o advento do Iluminismo e seu reconhecimento enquanto representante dos pensamentos de cada época e característica da política, história, religião e filosofia de cada contexto.

Nota-se que, no espaço discursivo das práticas eclesiásticas, o tempo de controle da produção bibliográfica é explicitado no contexto da Biblioteconomia. Fernández Abad (2006) inicia o discurso marcando a tendência religiosa das bibliotecas públicas gregas, o domínio que a Igreja exercia sobre outras classes sociais e a ligação da biblioteca de Alexandria com as práticas religiosas. O autor (2006) ainda fala da função que as bibliotecas públicas assumiram de educar nos moldes do cristianismo. Ortega (2004) e Bufrem (1985) contribuem comentando a responsabilidade das ordens religiosas sobre a preservação da cultura e reforçando essa relação das bibliotecas com os templos.

Escolar Sobrino (1990), Fernández Abad (2006), Bufrem (1985) e Souza (2005) continuam o discurso resgatando o valor dos copistas para o aumento de exemplares das obras e comentam o desinteresse da sociedade por obras pagãs devido a ascensão da formação religiosa. A cultura era limitada ao clero, nobreza e realeza e o principal objetivo das bibliotecas era preservar os materiais, por isso evitavam mudanças e o acesso do público. Nesse discurso, Siqueira (2010) disserta em relação a junção da religião com a política que aumentou a influência do clero sobre a guarda de documentos que resultou no reconhecimento dos religiosos como os primeiros bibliotecários.

Finalizando o discurso construído com foco no fator sociocultural das práticas eclesiásticas, Escolar Sobrino (1990), Souza (2005), Fernández Abad (2006) e Silveira (2007) citam exemplos de bibliotecas desenvolvidas nas igrejas durante a Idade Média, a importância das obras conservadas nesse ambiente e o quanto as obras destruídas influenciaram na cultura e memória da época. Ao comentar o período denominado Baixa Idade Média, os autores discorrem a respeito da classificação e organização das obras. Ao mencionar os instrumentos de pesquisa desenvolvidos nessas bibliotecas Souza (2005) encerra com o exemplo brasileiro, em que as bibliotecas das ordens religiosas eram centros de cultura e formação.

No âmbito da salvaguarda e garantia jurídica, terceiro espaço discursivo, compreende-se a relevância da preservação de livros raros (tempo discursivo). Bufrem (1985) e Tanus e Silva (2019) relatam a necessidade de as salas reais contemplarem bibliotecas em seus anexos, visto que os livros e documentos jurídicos, administrativos e científicos precisavam ser preservados para apoiar as decisões dos conselhos. Outro vínculo das bibliotecas com o cenário jurídico é apontado por Escolar Sobrino (1990) e Silveira (2007), os autores mencionam que as normas eram registradas em verso e ritmo de prosa por alguns povos e esse formato despertou o interesse das bibliotecas que tomaram por objetivo dar visibilidade a essas práticas culturais materializadas nos livros, esse fator jurídico não é considerado como identificador de elemento sociocultural para a Biblioteconomia, por isso apenas a Salvaguarda é representada no mapa conceitual. O segundo autor (2007) complementa o discurso ligando-o a qualidade das bibliotecas de preservar a cultura e a memória, esse apontamento é sustentado por Morales López (2008) que, além disso, cita a consequente restrição das coleções. Esse movimento favoreceu a ascensão das obras raras, definidas e categorizadas por Greenhalgh e Manini (2013). Além de citar os critérios para reconhecimento de uma obra rara, os autores citam instituições brasileiras responsáveis por esse tipo de documento.

No discurso iniciado por Escolar Sobrino (1990) e incorporado por Bufrem (1985) percebe-se um outro sentido atribuído ao fator de salvaguarda nas bibliotecas. Com a evolução de bibliotecas públicas para universitárias, surge a necessidade de salvaguardar pesquisas, ou seja, conhecimento científico. Pinheiro *et al* (2014) acrescentam que a salvaguarda, além de preservar as biografias e livros raros de determinadas ciências, tem o papel de possibilitar o acesso e resgate da memória dos documentos.

Identifica-se no discurso de alguns dos autores supracitados, como Ortega (2004), Siqueira (2010), Silveira (2007), Morales López (2008), Fernández Abad (2006) e Escolar Sobrino (1990) trechos que evidenciam a relação da Biblioteconomia com a burocracia (espaço) demonstrando o poderio do Estado (tempo). Compreende-se que apesar desse fator sociocultural não estar claramente vinculado às bibliotecas, fez parte de alguns momentos da história dessas instituições, como em Alexandria, na criação do alfabeto fonético, nas correntes francesas que influenciaram a Biblioteconomia na Alemanha, na administração das

bibliotecas no período renascentista e nas bibliotecas públicas após o século XVII, especialmente nas bibliotecas nacionais.

Silveira (2007) introduz o cronotopo memória histórica (espaço) elucidando a importância da Biblioteconomia para testemunho (tempo) e mencionando a atribuição dada às bibliotecas, desde os primórdios, de salvaguardar a memória social. Bufrem (1985), comenta que esse fator é ressaltado durante a Reforma e Contra-Reforma e possibilita a análise das experiências do homem, evidenciando a função social e política da Biblioteconomia. Escolar Sobrino (1990), acrescenta ao discurso a importância da preservação da memória coletiva registrada nos livros e ampliada com as bibliotecas municipais, universitárias e nacionais. Greenhalgh e Manini (2013), contribuem indicando a abrangência da memória individual, coletiva e social presente nas obras raras.

Com o intuito de facilitar a compreensão desse fator, recorre-se ao discurso de Silveira (2007) acerca dos tipos de memória e do comprometimento das bibliotecas em preservar, organizar e disseminar esses registros. O autor (2007) ainda acrescenta apontamentos históricos ao diálogo e é complementado por Escolar Sobrino (1990) que cita exemplos de colecionadores, ou melhor, bibliófilos que reuniram parte da cultura em suas coleções. Outro apontamento do autor (1990) é a respeito da valorização do bibliotecário enquanto intelectual e responsável pelas informações registradas nos documentos biblioteconômicos.

Viabiliza-se o discurso relacionado à função informativa, como espaço no estudo do cronotopo e ligada ao tempo discursivo do acesso à informação. A partir da criação dos primeiros cursos de Biblioteconomia, fato histórico narrado por Tanus e Silva (2019). Depreende-se da fala dos autores Tanus e Silva (2019), Bufrem (1985), Souza (2005), Albuquerque (2012), Silva e Silva (2012), Pereira e Bufrem (2005), Carvalho (2003) e Almeida Júnior e Santos Neto (2014) que a função informativa da Biblioteconomia é percebida com a evidência das bibliotecas como instituições socioculturais e com a definição das funções abordadas por essa disciplina, dentre elas, a disseminação da informação, preservação e transmissão de cultura, organização, classificação, representação, recuperação e mediação da informação. Essas atribuições são fundamentais para que a Biblioteconomia cumpra com sua função informativa.

Dito isso, Morales López (2008) acrescenta a relevância do estudo do cronotopo da cultura humanística (espaço) e o destaque que esta traz a cultura

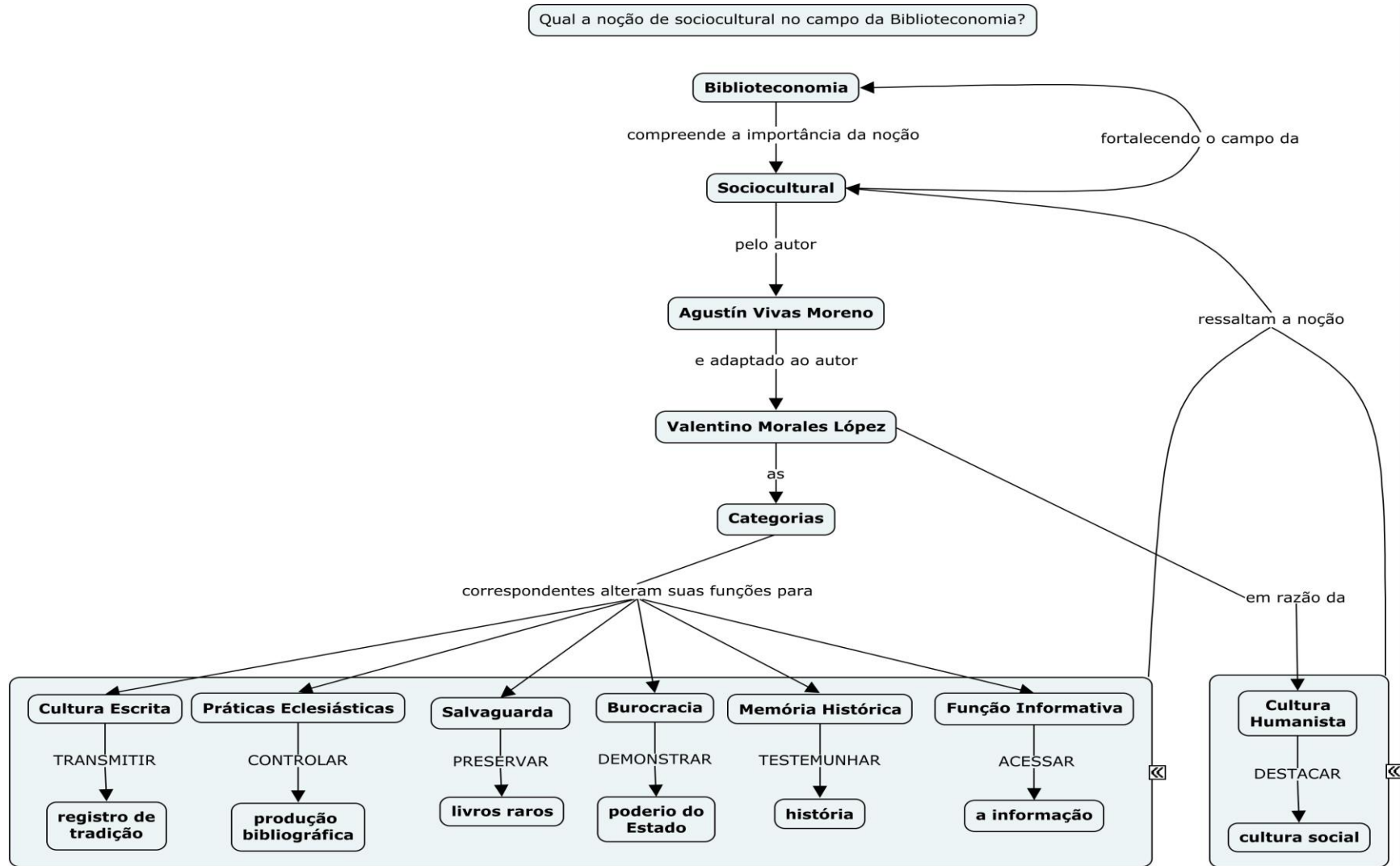
social (tempo) à Biblioteconomia. O autor cita pesquisadores que reforçam a proximidade do campo com as humanidades, sendo eles, Miguel Ángel Rendón Rojas, Jesse Shera, James Thompson e Adolfo Rodríguez Gallardo. Esses autores dialogam em torno das características que associam a Biblioteconomia às humanidades, valorizam os livros como auxiliares na aquisição de conhecimento, fortalecem o sociocultural nesse campo e defendem que os valores e princípios desenvolvidos por ela têm base na cultura humanística.

O diálogo dos autores possibilita a compreensão de que a cidadania e educação são desdobramentos da cultura humanística. Nesse discurso, Morales López (2008) aponta a relevância da educação desde a origem da Biblioteconomia. O autor complementa que algumas definições apresentadas para o campo reforçavam sua ligação com esse fator. Constrói-se um discurso a partir da convergência das ideias defendidas por Morales López (2008) e o estudo de Bakhtin/Volochinov (2006), a fim de explicitar o vínculo das ideologias e signos linguísticos com a cidadania e a educação.

Neste ponto é retomado o sentido de sociocultural, definido com base em Bakhtin, o que possibilita o estudo do horizonte temático valorativo dos enunciados, ou seja, as noções de sociocultural na Biblioteconomia. Esse estudo parte dos autores contemplados na revisão bibliográfica e seus interesses comuns que evidenciam aspectos relevantes da trajetória da Biblioteconomia.

Compreende-se que para construção dos signos, entendidos aqui por fatores socioculturais, destaca-se as ideologias presentes no diálogo entre os autores, pois são elas que dão sentido a denominação desses fatores. Elencou-se na esfera da Biblioteconomia os fatores cultura escrita, práticas eclesiais, salvaguarda e garantia jurídica, burocracia, memória histórica, função informativa e cultura humanística que retratam os meios socioculturais influenciados pelo campo ao longo da história.

Figura 02 – Qual a noção de sociocultural no campo da Biblioteconomia?



Fonte: elaborado pela autora, baseada em Rodrigues (2014).

Pensa-se que o mapa conceitual acima contribui para compreensão do diálogo construído a respeito dos fatores socioculturais na Biblioteconomia e permite a visualização da noção de sociocultural no campo, a partir dos fatores e autores elencados. Os verbos transmitir, controlar, preservar, demonstrar, testemunhar, acessar e destacar evidenciam as ações resultantes das práticas da Biblioteconomia que refletem na sociedade e na cultura em diferentes momentos históricos, inclusive atualmente. Percebe-se que tanto o registro de tradição, quanto a produção bibliográfica, os livros raros, o poderio do Estado, a história, a informação e a cultura social são assuntos que ainda permeiam as funções da Biblioteconomia.

A última esfera de atividade humana em que se estudou as interações discursivas foi a Museologia. Partindo também dos fatores socioculturais de Vivas Moreno (2004a), com a principal contribuição de Bolaños (2002). A descrição dos papéis assumidos pelos participantes da interação discursiva é ampliada com os interlocutores Suano (1986), Lima (2003), Duarte (2007), Poulot (2013) e Tanus (2014) que introduzem o discurso mencionando a consciência museológica inerente ao ser humano que deu origem ao colecionismo e, conseqüentemente, aos museus. Em complemento, Poulot (2013) dialoga indiretamente com Vivas Moreno (2004a) ao citar funções do museu que estão ligadas aos fatores socioculturais listados pelo autor.

Introduz-se o estudo do cronotopo na Museologia com o espaço do fator sociocultural da cultura escrita e o tempo da descrição das obras. Cita o Museu de Alexandria e Suano (1986), reforça a importância dessa instituição antiga nesse cenário. Bolaños (2002) e Poulot (2013) clareiam essa relação relatando a importância da descrição das obras e dos instrumentos de pesquisa criados para recuperação dos documentos museológicos.

Conforme apontado anteriormente, esse fator não tem estatuto suficiente para ser identificador de elemento sociocultural na Museologia, pois a escrita está relacionada aos instrumentos desenvolvidos internamente nos museus, não atribuindo relevância sociocultural para Museologia, por isso não será contemplado no mapa conceitual.

Ressalta-se as práticas eclesiais enquanto espaço onde a representação dos costumes da igreja é o tempo discursivo. Inicia-se o discurso por Suano (1986) que evidencia a trajetória dos acervos museológicos salvaguardados

pela igreja. Poulot (2013) interage rapidamente citando os catálogos que também eram produzidos nos museus eclesiásticos e Bolaños (2002) fomenta o discurso com o questionamento em relação ao valor das obras de arte e revelando sua preocupação com a exposição das obras desses museus, organização e classificação das coleções.

Nota-se o espaço da salvaguarda e garantia jurídica e sua relação com o tempo discursivo da preservação de obras raras. Suano (1986) inicia o discurso provocando a questão dos documentos raros e Bolaños (2002) cita a regulamentação dos serviços administrativos nos museus. Poulot (2013) e Araújo (2013a) discorrem a respeito da conservação do patrimônio público e necessidade de regulamentação das instituições museológicas. Além disso, os autores supracitados relatam o desenvolvimento da profissionalização dos funcionários dos museus. Suano (1986) fala das mudanças de tendências e posicionamentos dos museus e Bolaños (2002) e Araújo (2013a) retornam para interação discursiva trazendo as questões de patrimônio, custódia e testemunho.

No âmbito da burocracia, quarto espaço discursivo, compreende-se o papel que a Biblioteconomia exerce no tempo de evidenciar as políticas públicas de patrimônio. Bolaños (2002) e Pozzer (2015) discursam em relação a regulamentação dos serviços dos museus e administração dessas instituições. O discurso dos autores é construído em torno do patrimônio cultural, da administração e dos serviços públicos. Os autores trazem à discussão a questão das organizações públicas e privadas, a gestão dos museus e a disseminação das coleções.

Partindo desse fator, apresenta-se a memória histórica (espaço) no tempo discursivo em que a Museologia expõe os marcos históricos por meio das coleções. Suano (1986), Bolaños (2002), Lima (2003) e Poulot (2013) interagem discursivamente nesse fator. Esses autores comentam a importância que a memória recebe desde os primeiros museus, como as temáticas relacionadas a esse tema foram se desenvolvendo nessas instituições e como essa representação sociocultural da memória por meio dos museus ressalta a relevância do individual e coletivo para cultura.

Por último, Vivas Moreno (2004a) apresentou na Arquivologia o fator sociocultural da função informativa, na Museologia acredita-se que esse espaço discursivo é situado na extração das informações dos objetos (tempo). Nesse contexto, o discurso de Suano (1986), Segawa (2007), Yassuda (2009),

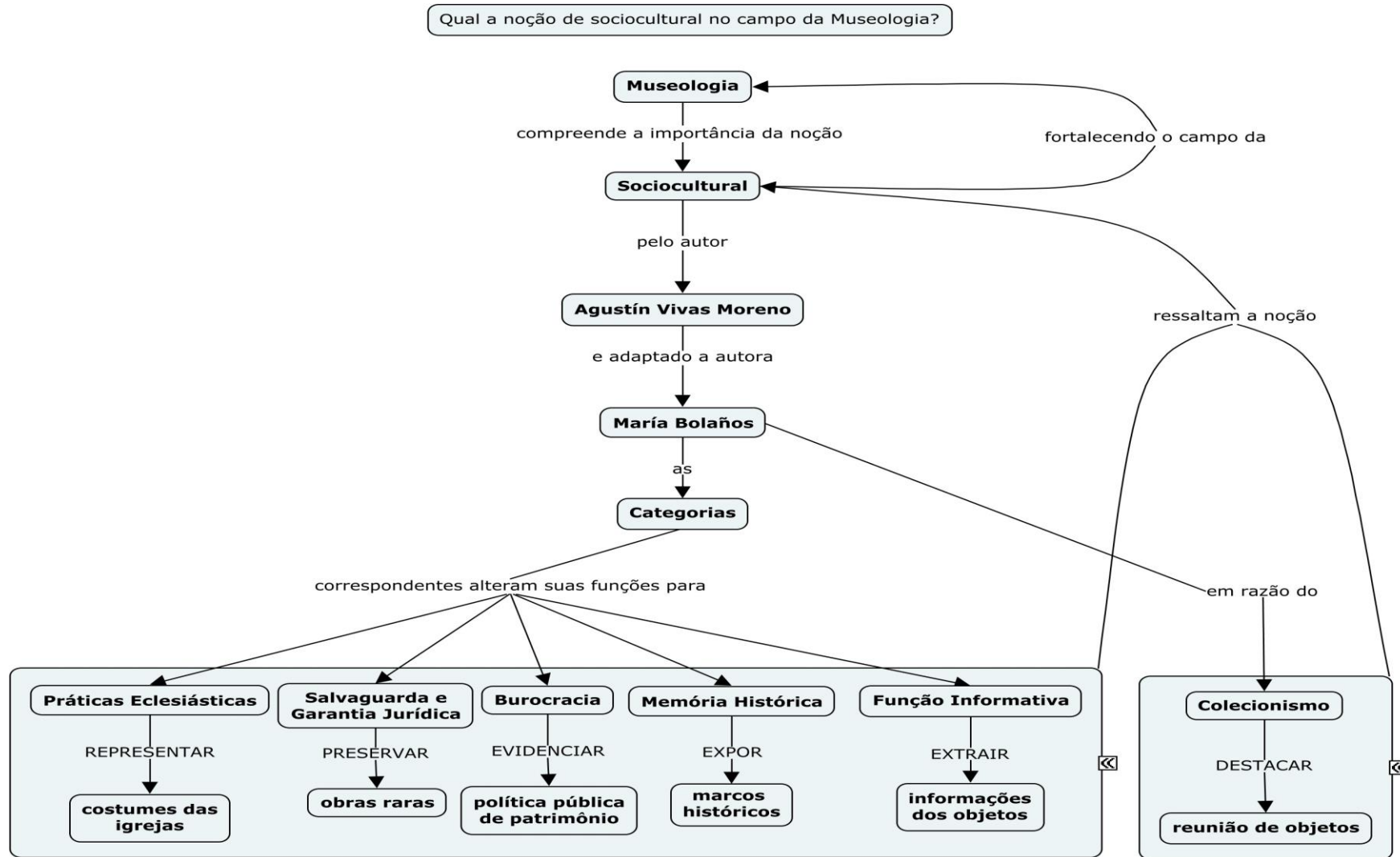
Albuquerque (2012) e Poulot (2013), envolve o tratamento e difusão da documentação museológica. Da interação discursiva entre esses autores, destaca-se a função dos museus de promover e difundir conhecimento, essa definição trouxe ao discurso as exposições e a gestão de documentos, ou seja, todo o ciclo do documento museológico desde sua aquisição até sua disseminação e acesso.

Dito isso, evidencia-se no cronotopo da Museologia mais um espaço discursivo, o colecionismo situado no tempo em que se destaca o ato de reunir objetos. Esse fator sempre esteve presente desde a origem dos museus, conforme discurso iniciado por Suano (1986). Bolaños (2002) amplia o discurso ao citar a importância das exposições das coleções Araújo (2013b) reafirma o interesse da sociedade pelas obras que compõem as diversas coleções existentes. Bolaños (2002) retorna ao discurso citando o colecionismo científico e a responsabilidade civil dos museus com relação a cultura e a educação.

Dando continuidade ao percurso analítico de Rohling (2014), faz-se o estudo do horizonte temático valorativo dos enunciados, delinea-se as noções de sociocultural na Museologia. Para isso, fundamenta-se na definição compreendida a partir de Bakhtin de que sociocultural abrange os diálogos de um grupo com origem, interesse e signos comuns representáveis diante da sociedade e cultura e do discurso dos autores utilizados no referencial teórico.

Na Museologia os diálogos do grupo de autores supracitados, escolhidos para o referencial teórico desse campo têm suas origens nessa área e se interessam por sua trajetória e questões sociais. Além disso, os autores buscam contribuir para evolução da Museologia e entrar em consenso a respeito dos signos que possam representá-la diante da sociedade e da cultura. Na esfera desse campo, confirmou-se a presença dos signos socioculturais da cultura escrita, práticas eclesiais, salvaguarda e garantia jurídica, burocracia, memória histórica e função informativa e acrescentou-se o fator colecionismo, uma vez que esses fatores representam os meios socioculturais influenciados pela Museologia no decorrer de sua história.

Figura 03 – Qual a noção de sociocultural no campo da Museologia?



Fonte: elaborado pela autora, baseada em Rodrigues (2014).

Reflete-se que o mapa conceitual acima contribui para compreensão do diálogo construído a respeito dos fatores socioculturais na Museologia e permite a visualização da noção de sociocultural no campo. Os verbos representar, preservar, evidenciar, expor, extrair e destacar evidenciam as ações resultantes das práticas da Museologia que refletem na sociedade e na cultura em diferentes momentos históricos, inclusive atualmente. Percebe-se que tanto as obras, quanto os costumes das igrejas, as obras raras, as políticas públicas de patrimônio, os marcos históricos, as informações dos objetos e a reunião dos objetos são assuntos que ainda permeiam as funções da Museologia.

4.1 ANÁLISE DIALÓGICA DO DISCURSO SOCIOCULTURAL NA ARQUIVOLOGIA, NA BIBLIOTECONOMIA E NA MUSEOLOGIA

Neste tópico pretende-se analisar dialogicamente o discurso sociocultural na Arquivologia, na Biblioteconomia e na Museologia refletindo em relação as aproximações e distanciamentos entre os campos. Para isso, resgata-se alguns conceitos importantes que sustentarão essa análise. Primeiramente as relações dialógicas apresentam convergências e divergências entre os enunciados, evidenciando aproximações e distanciamentos entre os sujeitos envolvidos (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2006). A linguagem é essencialmente um fenômeno social e a consciência é exteriorizada por meio dela (COSTA, 2000). A ideologia é um conjunto de representações, normas, regras e preceitos que explica racionalmente aos membros de uma sociedade dividida em classes, as diferenças socioculturais e políticas, sem atribuí-las à divisão de classes, e fornece à sociedade o sentimento da identidade social (CHAUÍ, 2008).

O discurso da revisão bibliográfica foi construído a partir dos fatores socioculturais definidos por Vivas Moreno (2004a) no contexto da Arquivologia e que na busca por identificar a influência dos demais campos nesses fatores foi possível perceber pontos comuns e incomuns aos três e evidenciar esses pontos partindo dos fatores socioculturais na ordem em que são apresentados no terceiro tópico deste trabalho, cultura escrita, práticas eclesiais, salvaguarda e garantia jurídica, burocracia, memória histórica, função informativa, cultura humanística e colecionismo.

No que tange a cultura escrita, percebe-se que os campos se aproximam ao utilizar dessa tecnologia para se desenvolver e/ou evoluir técnicas de representação. Visto que no início a escrita era restrita a determinados grupos, os registros eram vistos como forma de poder e tanto os arquivos, quanto as bibliotecas eram instituições elitizadas. Na Arquivologia a escrita possibilitou o registro de ações, sentimentos e conhecimento; na Biblioteconomia o registro de hinos, poemas, dicionários, cartas, rituais, entre outras manifestações literárias; e na Museologia o registro da natureza, caráter, mérito, significado e demais circunstâncias das obras.

O distanciamento entre os campos é identificado ao observar na Arquivologia a escrita como fator sociocultural que demonstra a origem do campo, na Biblioteconomia esse fator tem relação com a transmissão dos registros de tradição e na Museologia evidencia-se que esse fator não pode ser considerado como identificador de elemento sociocultural, uma vez que não possui estatuto suficiente para isso, pois a escrita é evidenciada apenas na descrição das obras não impactando diretamente a sociedade e a cultura.

Em relação as práticas eclesiásticas, os campos apresentam em comum a influência que a igreja exerceu sobre os arquivos, bibliotecas e museus. No contexto da Arquivologia, criou-se os arquivos eclesiásticos que tinham características específicas e ressaltavam a autoridade eclesiástica perante ao governo; na Biblioteconomia identifica-se bibliotecas com forte tendência religiosa que refletiam o domínio exercido pela Igreja, reforçando as bases cristãs na sociedade; na Museologia o clero reunia obras de arte que posteriormente fizeram parte de grandes museus, como os Vaticanos, a reunião desses tesouros fortaleceu o poderio da Igreja diante do Estado. Os pontos incomuns entre os campos são percebidos ao considerar a intenção de cada instituição perante as práticas eclesiásticas, na Arquivologia intui-se registrar arquivos de conhecimentos civis, na Biblioteconomia controlar a produção bibliográfica e na Museologia representar os costumes das igrejas.

A respeito da salvaguarda e garantia jurídica os campos se assemelham ao prezar pela preservação e conservação dos documentos pertencentes as instituições, no entanto, em relação ao valor probatório desses documentos, apenas a Arquivologia e a Museologia se aproximam, posto que na Biblioteconomia os documentos não são utilizados com valor de prova. Devido ao

valor dos documentos salvaguardados e de seu potencial para garantia jurídica o acesso a eles era restrito para determinadas classes sociais. Na Arquivologia eram preservados registros de valor probatório tanto relacionados com a vida privada, quanto com a sociedade; na Biblioteconomia preservava-se registros que provavam atos da administração, literatura, ciência e outros produtos das relações humanas; na Museologia eram preservadas obras que registravam a produção intelectual humana.

Os campos se diferenciam no que tange à sua intenção perante a esse fator sociocultural, na Arquivologia se pretende atestar a veracidade dos documentos, na Biblioteconomia há apenas o fator de salvaguarda devido à necessidade de preservar livros raros e na Museologia preservar obras raras e comprovar atos sociais, econômicos, entre outros a partir dos objetos. O principal fator diferenciador é o fato de a garantia jurídica não ser fator identificador da Biblioteconomia, uma vez que os documentos contemplados por esse campo não possuem valor de prova.

Acerca do fator sociocultural burocracia, os campos se encontram na regulamentação das instituições, arquivos, bibliotecas e museus e no desenvolvimento destas em âmbito público. Esse fator está ligado diretamente ao contexto político e às classes dominantes. No campo da Arquivologia são desenvolvidos arquivos burocráticos de direito público e interesse do Estado, especialmente os arquivos nacionais; na Biblioteconomia se propagam bibliotecas públicas que produziam atividades ligadas aos interesses da administração estatal, inclusive as bibliotecas nacionais; e na Museologia aparecem os museus públicos resultantes do interesse político, econômico e social do Estado sobre essas instituições e a ideologia do modelo de Estado que os museus contemplam. Os desencontros entre os campos são observados no foco das instituições, na Arquivologia a intenção é utilizar o interesse do Estado, na Biblioteconomia demonstrar o poderio do Estado e na Museologia evidenciar as políticas públicas de patrimônio.

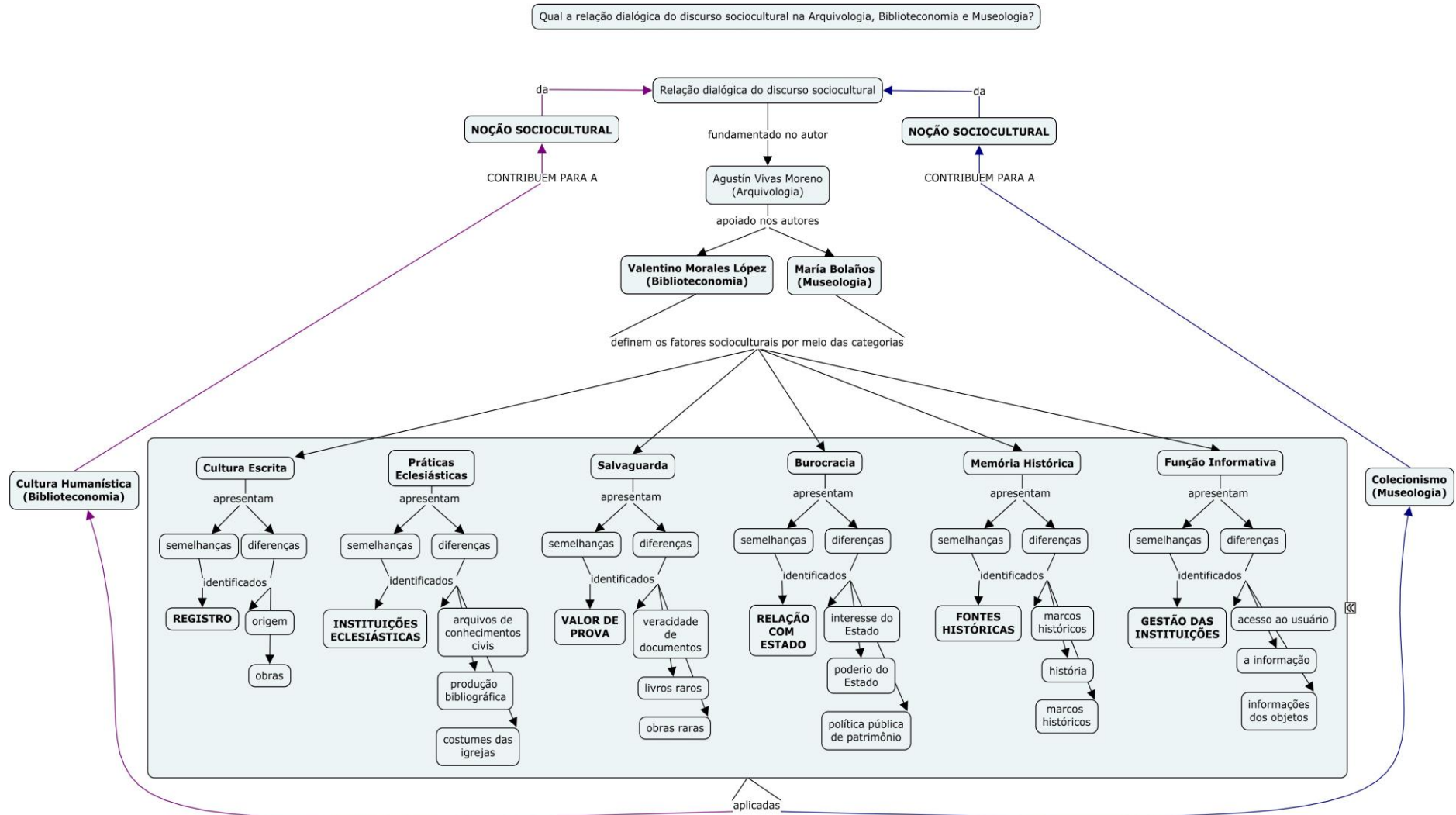
O fator sociocultural memória histórica possibilita a visualização de correspondências entre os campos ao explicitar a importância dos documentos contemplados pelos arquivos, bibliotecas e museus para história. Em relação a Arquivologia, os documentos arquivísticos serviam como fontes históricas e favoreciam o interesse cultural sobre os acervos; a Biblioteconomia percebe os livros

como fontes históricas que favorecem o interesse sobre a memória coletiva e individual; e a Museologia identifica as coleções dos museus como fontes históricas que favorecem a reprodução da memória e da história das civilizações. Os campos se diferenciam quanto ao objetivo que cada um tem a respeito da história, a Arquivologia propõe comprovar marcos históricos, a Biblioteconomia testemunhar a história e a Museologia expor os marcos históricos.

Quanto a função informativa os campos se aproximam ao organizar a gestão de suas respectivas instituições com vista a atender as necessidades informacionais da sociedade. Nesse fator, percebe-se de modo mais claro um movimento para abertura dos arquivos, bibliotecas e museus à sociedade, fazendo com que a ABM comece a se afastar de seu aspecto elitizado. Na Arquivologia a gestão é organizada a partir do ciclo vital dos documentos; na Biblioteconomia realiza-se a gestão com base nos processos de organização, representação, disseminação, recuperação e mediação da informação; e a Museologia baseia a gestão dos museus em quatro elementos fundamentais, as políticas informacionais, o aperfeiçoamento dos profissionais, a valorização da história das coleções e a arquitetura predial. Compreende-se o distanciamento entre os campos no propósito final dessa gestão, posto que na Arquivologia visa-se disponibilizar acesso ao usuário, na Biblioteconomia acessar a informação e na Museologia extrair as informações dos objetos.

Retoma-se a atribuição de um fator sociocultural à Biblioteconomia, a cultura humanística, e outro à Museologia, o colecionismo. Esses dois fatores não aparecem na trajetória dos três campos, mas são relevantes para compreensão da noção de sociocultural em seus respectivos campos. A cultura humanística na Biblioteconomia destaca a cultura social do campo, valorizando o aspecto artístico e espiritual dos livros e ressaltando o elemento humano-social da ação biblioteconômica. Esse fator fortalece a ideia das bibliotecas como fonte de poder e encarregada de transmitir a cultura. O colecionismo na Museologia destaca a reunião de objetos, processo que deu origem aos museus e que valoriza a função das coleções de explicar a sociedade e a cultura por meio dos objetos.

Figura 04 – Qual a relação dialógica do discurso sociocultural na Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia?



Fonte: elaborado pela autora, baseada em Rodrigues (2014).

O mapa conceitual acima contribui para compreensão da relação dialógica do discurso sociocultural na ABM e permite a visualização da noção de sociocultural nos campos. As semelhanças e diferenças evidenciadas em cada fator ressaltam a influência de cada campo na sociedade e na cultura, além de aproximá-los ou distanciá-los permitindo que cada um reverbere sua identidade, mas também interaja com os outros ampliando seu alcance. Os fatores acrescentados com o apoio de Morales López (2008), na Biblioteconomia, e Bolaños (2002), na Museologia, são essenciais para construção dessa noção, uma vez que fazem parte da historicidade dos respectivos campos.

Depreende-se, mediante aos pontos refletidos que a noção de sociocultural na Arquivologia, na Biblioteconomia e na Museologia compreende sua relação com a sociedade e a cultura durante toda trajetória dos campos, além das ações resultantes de suas práticas e das funções de cada um. Os fatores socioculturais evidenciam as semelhanças e diferenças entre os campos e refletem a noção de sociocultural contemplada por eles. Compreende-se que, na perspectiva histórica, os campos foram elitizados e houve uma evolução para romper essas barreiras. Assim, os campos foram moldados por estruturas de poder em que as relações socioculturais são constituídas e percebe-se movimentos que buscam romper essa perspectiva.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral dessa pesquisa foi analisar a noção de sociocultural na Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. Para isso, buscou-se discutir como o conceito de sociocultural a partir da perspectiva de Bakhtin contribui para a noção de sociocultural na ABM. Compreender a noção de sociocultural em três campos que apresentam por vezes aproximações e outras vezes diferenças, mas que têm muitas relações, requer um olhar analítico tanto específico, quanto amplo aos parâmetros de cada um, haja vista que essas relações são pensadas com um número maior de estudos recentemente. Portanto, alguns desafios se impuseram ao longo da pesquisa.

A própria noção de sociocultural impõe um exercício teórico e metodológico no sentido de alinhar autores e perspectivas que esclareçam o que é este conceito que implicitamente todos sabem o que é, mas que quando tenta-se definir, se torna difícil e particular. Neste ponto, o fundamento da teoria de Mikhail Bakhtin foi imprescindível para delinear e compreender a noção de sociocultural a partir de conceitos e elementos.

A partir de Bakhtin/Volochinov (2006) têm-se como sentido de social aquilo que tem suas origens num contexto de diálogo, que pode causar conflitos e resultam na reafirmação ou mudança de organização num grupo promovendo sua evolução. A concretização dessa ação é vista em fatos e defendida como ideologia pelos indivíduos, frente a um auditório por meio de signos consensuais a determinado domínio. As ideologias contribuem para o desenvolvimento de instituições que refletem hierarquias e valores. E como sentido de cultural, o que nasce em uma sociedade como resultado de tradições e costumes representados por signos e geradores de valores que contribuem para as relações de domínio e submissão. O cultural pode ser observado por meio de fatores que se destacam historicamente e que podem desempenhar poder cultural (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2006).

Com base no sentido de social e no sentido de cultural, fundamenta-se o sentido de sociocultural que abrange os diálogos de um grupo com origens e interesses comuns, que buscam evolução e consenso entre signos que possam representá-los diante da sociedade e da cultura. Os fatores que caracterizam a

noção de sociocultural são identificados na história do grupo e hierarquizados de acordo com seus valores e relações de poder.

Acredita-se que primeiro objetivo específico foi atendido, visto que se depreende dessa discussão o sentido de sociocultural que abrange os diálogos de um grupo com origens e interesses comuns que buscam evolução e consenso entre signos que possam representá-los diante da sociedade e da cultura. A partir dessa definição, compreendeu-se o aspecto crítico presente no primeiro capítulo deste trabalho, visto que são apresentadas as percepções ideológicas e socioculturais que foram abordadas durante a pesquisa.

Outro desafio, compreender a noção de sociocultural na Arquivologia, na Biblioteconomia e na Museologia, a partir de categorias desenvolvidas pelo autor de um determinado campo, ou seja, trazendo algumas especificidades da Arquivologia para a realidade dos outros campos. Tarefa complexa, uma vez que a trajetória da ABM contempla tanto aproximações quanto distanciamentos.

Este ponto foi possível de ser desenvolvido a partir do momento em que a análise dos autores se tornou mais ampla, no sentido de verificar diferentes abordagens, assim como a retirada de alguns fatores, garantia jurídica na Biblioteconomia e cultura escrita na Museologia e a percepção de outros fatores, que em nenhum momento são o limite da análise, mas que serviram como processo de reflexão quanto aos elementos de cada um, em específico a Biblioteconomia com a cultura humanística e a Museologia com o colecionismo.

Para o cumprimento dos objetivos pesquisou-se autores da Arquivologia, da Biblioteconomia e da Museologia em conjunto com pesquisadores da CI, com o intuito de construir um discurso a partir dos constructos históricos dos campos. Além disso, buscou-se referencial teórico a respeito do sociocultural, com vista a fundamentar essa noção na ABM. Para relacionar o discurso construído, compreendeu-se a necessidade de estudar meios para compreender a dialogia desse discurso, envolvendo a linguagem e as relações tecidas pelos sujeitos

Nesse segundo momento, pretendeu-se responder quais as características da Arquivologia, da Biblioteconomia e da Museologia a partir de fatores socioculturais, retirados do estudo de Vivas Moreno (2004a) e apoiado por Morales López (2008) e Bolaños (2002). Durante a construção do discurso contemplado no referencial teórico, identificou-se a demanda por fatores

socioculturais para Biblioteconomia e Arquivologia que não foram categorizados por Agustín Vivas Moreno, mas eram relevantes para noção de sociocultural dos campos, por isso optou-se pelo apoio dos autores supracitados. Identificou-se também a necessidade de retirar fatores da Biblioteconomia e da Museologia, visto que esses fatores não foram percebidos como identificadores de elemento sociocultural para as três áreas.

Esse objetivo também foi atendido, uma vez que as características dos campos foram descritas com base nos fatores socioculturais. Observa-se que o aspecto crítico desse capítulo é evidenciado nas relações de poder encontradas na trajetória dos campos que mostram momentos de elitização da ABM e o movimento para mudança dessa perspectiva.

Após a construção do discurso, a questão passou a ser onde relacionar dialogicamente o discurso da Arquivologia, da Biblioteconomia e da Museologia, assim observou-se os fatores socioculturais, ou seja, as influências de cada campo na cultura escrita, práticas eclesiais, salvaguarda e garantia jurídica, burocracia, memória histórica e função informativa, assim como na cultura humanística e no colecionismo. Nesse momento, observou-se as ações resultantes das práticas dos campos que refletem na sociedade e na cultura, assim como os assuntos que permeiam suas relações com o sociocultural até a atualidade. Registra-se que apesar de não contemplado nesta pesquisa, a expografia é um fator importante da Museologia que possivelmente estaria ligado à função informativa e pode ser explorado em trabalhos futuros.

Enfim, apresenta-se as semelhanças e diferenças entre a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia a fim de compreender a noção de sociocultural nos campos. Percebe-se aqui a relevância de todas as etapas deste estudo para contemplação da noção de sociocultural na ABM. Foi preciso definir essa noção, construir o discurso desses campos por meio de categorias, também chamadas de fatores, analisar essas categorias dentro do próprio campo e analisar a relação entre os três para enfim perceber que a noção de sociocultural permeia toda trajetória dos campos e está na relação entre eles.

Ademais, infere-se que na Arquivologia o discurso apresentado nos fatores socioculturais revela como a linguagem reforça a separação de classes e evidencia a desigualdade no acesso à informação nos arquivos. Na Biblioteconomia os fatores socioculturais se distanciam em alguns aspectos da realidade social,

principalmente porque grande parte da população não tinha acesso, nem era alfabetizado, destacando, em determinados contextos, a elitização do campo. Na Museologia os fatores socioculturais ressaltam a relação de classes sociais e o discurso elitizado, percebe-se também as relações de poder em alguns fatores que, com as recentes teorias e práticas, vem sendo alvo de questionamentos pelos próprios usuários que anseiam construir sua história.

Durante o desenvolvimento desta pesquisa, encontrou-se algumas limitações, dentre elas as dificuldades proporcionadas pela pandemia. Em um momento em que os números de mortos crescem a cada dia, pessoas próximas ficam doentes e tudo parece não colaborar para a pesquisa, a entrega de uma dissertação parece uma vitória, no entanto, compreende-se que é o dever social, político, econômico e cultural da universidade pública e um dever cumprido. Assim, cita-se a dificuldade de acesso às fontes bibliográficas devido ao fechamento da biblioteca, a impossibilidade de troca de ideias e compartilhamento de informações com os colegas discentes e com os docentes devido a difícil situação do país nesse momento. Como fator teórico, conforme dito anteriormente, houve dificuldade para trabalhar com autores específicos de cada campo, partindo da perspectiva de um autor da Arquivologia, e determinar ou não fatores comuns.

Presume-se que esse trabalho contribui para percepção da importância de estudos que partam não apenas de perspectivas biblioteconômicas na CI. Há uma contribuição também para abertura de discussões em torno do sociocultural e suas ramificações, como as ideologias e perspectiva de classes. Ressalta-se também a necessidade de que a Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia enfrentem a questão da elitização dos discursos e continuem abrindo espaço para movimentos que tratam temas marginalizados. Além disso, enfatiza-se a relevância desse estudo para observação das relações entre ABM, pois acredita-se que esse movimento contribui significativamente para os três campos.

Acredita-se que esta pesquisa poderá ser utilizada para dar continuidade às discussões da relação entre a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia, dando abertura para contribuições entre os campos. Pensa-se que os três campos devem estar em diálogo devido às suas proximidades, além disso, seus distanciamentos podem trazer reflexões que impulsionem o desenvolvimento de soluções para problemas teóricos e práticos dos campos.

Sugere-se para futuras pesquisa um estudo aprofundado das ideologias presentes na trajetória dos campos da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, assim como a observação da relação desses com as diferentes classes sociais. Também, pesquisas que contemplem a epistemologia dos campos, ligadas aos discursos impostos tanto socialmente quanto cientificamente.

Reflete-se que esta pesquisa não dá conta das questões relacionadas às classes sociais, às relações de poder e discussões em torno de ideologia, mas a importância dessas questões é reconhecida como essencial, e crê-se que esse trabalho abre espaço para essas possíveis discussões.

Por fim, esta pesquisa demonstra as diversas possibilidades de se acreditar na importância de estudos que ressaltem outros aspectos dos campos não contemplados por esta pesquisa, mas que fazem parte da noção de sociocultural contemplada pela ABM.

REFERÊNCIAS

- ABREU, José Paulo Leite de. A Igreja e seus arquivos: história e normas, até 1983. *In: ROSA, Maria de Lurdes; FONTES, Paulo F. Oliveira. **Arquivística e arquivos religiosos**: contributos para uma reflexão.* Lisboa: Centro de estudos de história religiosa, 2000, p. 128-162.
- ALBUQUERQUE, Ana Cristina de. **A classificação de documentos fotográficos: um estudo em arquivos, bibliotecas e museus.** 2012. 287 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2012.
- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de; SANTOS NETO, João Arlindo dos. Mediação da informação e a organização do conhecimento: interrelações. *Inf. Inf.*, Londrina, v. 19, n. 2, p. 98 - 116, mai./ago. 2014.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. A Perspectiva de estudos sobre os sujeitos na Arquivologia, na Biblioteconomia e na Museologia. **Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS**, Porto Alegre, v. 19, n.1, p. 213-238, jan./jun. 2013a.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Correntes teóricas da ciência da informação. *Ci. Inf.*, Brasília, DF, v. 38, n. 3, p.192-204, set./dez., 2009.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Museologia e Ciência da Informação: diálogos possíveis. **Museologia & Interdisciplinaridade**, v. 2, n. 4, 8 out. 2013b.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila; TANUS, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho; RAMOS, José Alimatéia de Aquino; RENAULT; Leonardo Vasconcelos; NOGUEIRA, Rubem Damião Soares. Consolidação do diálogo entre Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação: a contribuição brasileira. **Bibliotecas Anales de Investigación**, v. 14, n. 2, p. 207-217, 2018.
- BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich; VOLOCHINOV, Valentin Nikoláievitch. **Marxismo e filosofia da linguagem.** Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 12. ed. São Paulo: Editora HUCITEC, 2006. 201 p.
- BARBOSA, Andressa Cristina Oliver; SILVA, Haike, Roselane Kleber da. Difusão em Arquivos: definição, políticas e implementação de projetos no Arquivo Público do Estado de São Paulo. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 45-66, jan./jun. 2012.
- BARROS, Diana Luz Passos de. Dialogismo, polifonia e enunciação. *In: BARROS, Diana Luz Pessoa de; FIORIN, José Luiz (Org.). **Dialogismo, polifonia, intertextualidade: em torno de Bakhtin.*** 2. ed. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 2003. p. 1-9.
- BARROS, Thiago Henrique Bragato. **Uma trajetória da Arquivística a partir da Análise do Discurso:** inflexões histórico-conceituais. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. Universidade e arquivos: perfil, história e convergência. **Transinformação**, Campinas, v.1, n.3, p.15-28, set./dez. 1989.

BOLAÑOS, María (Ed.). **La memoria del mundo: cien años de museología, 1900-2000**. Gijón: Ediciones Trea, 2002.

BUFREM, Leilah Santiago. Fundamentos sociais e políticos da Biblioteconomia. **Educar**, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 108-122, jan./jun. 1985.

CARVALHO, Kátia de. **Disseminação da Informação, mediação humana e inteligência**. Belo Horizonte: ANCIB, 2003 (Palestra).

CAVALCANTE, Lidia Eugenia. Cultura escrita: práticas de leitura e do impresso. **Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.**, Florianópolis, n. esp., 1 sem. 2009.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

COSTA, Luciana Ferreira da. **Museologia no Brasil, século XXI: atores, instituições, produção científica e estratégias**. 2017. Tese (Doutorado em em História e Filosofia da Ciência Especialidade Museologia) - Universidade de Évora, Évora, 2017.

COSTA, Nelson Barros da. Contribuições do marxismo para uma teoria crítica da linguagem. **D.E.L.T.A.**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 27-54, 2000.

DANTAS, Cristiana da Silva; SILVA, Tahis Virgínia Gomes da; SOUZA, Ana Cleyde Bezerra. Processo de recuperação da informação: barreiras encontradas pelos usuários. **Biblionline**, João Pessoa, v. 9, n. 1, p. 16-26, 2013.

DUARTE, Adelaide Manuela da Costa. **O Museu Nacional da Ciência e da Técnica**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007.

ESCOLAR SOBRINO, Hipólito. **Historia de las bibliotecas**. 3 ed. Madrid : Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1990.

ELIAS, Aluf Alba V. **A vontade de verdade, a informação e o arquivo**. 2012. 122f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, IBICT, UFRJ, Rio de Janeiro, 2012.

FERNÁNDEZ ABAD, Francisco Javier. Evolución histórica de la función social de las bibliotecas públicas. **Revista General de Información y Documentación**, Madrid, v. 16, n. 2, p. 93-110, 2006.

FIORIN, José Luiz. Interdiscussividade e intertextualidade. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin: outros conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2006.

FONSECA, Maria Odila Kahl. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

JARDIM, José Maria. **Transparência e opacidade do estado no Brasil: usos e desusos da informação governamental**. Niterói: EdUFF, 1999.

JOURDAN, Camila. A Filosofia da Linguagem de Bakhtin: Significação e Política. **Ensaio Filosófico**, V. 17, jul. 2018.

GREENHALGH, Raphael Diego; MANINI, Miriam Paula. Segurança de obras raras como possível objeto de estudo da Ciência da Informação. **TransInformação**, Campinas, v. 25, n. 3, p. 255-261, set./dez., 2013.

GUEDES, Roger de Miranda. A abordagem dialógica na indexação social. 2010. 186 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

GUEDES, Roger de Miranda; MOURA, Maria Aparecida; DIAS, Eduardo Jose Wense. A abordagem dialógica na indexação social. **DataGramaZero - Revista de Informação**, v. 13, n. 1, fev. 2012.

INDOLFO, A. C. Gestão de documentos: uma renovação epistemológica no universo da arquivologia. **Arquivística.net**, v. 3, n. 2, 2007.

LASALA, Fernando de. Actualidad de la diplomática eclesiástica: importância socio-cultural e histórica de los documentos eclesiásticos. *In*: ROSA, Maria de Lurdes; FONTES, Paulo F. Oliveira. **Arquivística e arquivos religiosos: contributos para uma reflexão**. Lisboa: Centro de estudos de história religiosa, 2000, p. 240-260.

LIMA, Diana Farjalla Correia. **Ciência da informação, museologia e fertilização interdisciplinar: informação em arte, um novo campo do saber**. 2003. 358 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro / Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2003.

LOUSADA, Mariana. **A mediação da informação na Teoria Arquivística**. 2015. 135 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2015.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha; RODRIGUES, Georgete Medleg; NOUGARET, Georgete Medleg. Arquivos e Arquivologia na França e no Brasil: marcos históricos e contextos singulares. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 38, nº 78, 2018.

MENDO CARMONA, Concepción. Los archivos y la archivística: evolución histórica y actualidad. *In*: RUIZ RODRÍGUEZ, Antonio Angel. **Manual de Archivística**. Madrid: Síntesis, 1995, p. 19-38.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MORALES LÓPEZ, Valentino. **La bibliotecología y estudios de la información: análisis histórico-conceptual**. México: El colegio de México, 2008.

MUNHOZ, Renata; TOLEDO NETO, Sílvio de Almeida Toledo Neto; BELLOTTO, Heloísa Liberalli; MONTE, Vanessa Martins do; CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da. Arquivos: onde filologia, diplomática e história se encontram. **Revista do Arquivo**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 16, 2015.

ORTEGA, Cristina Dotta. O conceito de documento em abordagem bibliográfica segundo as disciplinas constituintes do campo. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 7, p. 41-64, 2016.

ORTEGA, Cristina Dotta. Relações históricas entre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. **DataGramZero - Revista de Ciência da Informação** - v.5 n.5 out. 2004.

PEREIRA, Diogo Baptista; SILVA, Eliezer Pires da. Funções arquivísticas: caracterizando finalidades de instituições de arquivo. **Ágora**, Florianópolis, v. 29, n. 58, p. 1-22, jan/jun. 2019.

PEREIRA, Edmeire Cristina; BUFREM, Leilah Santiago. Princípios de organização e representação de conceitos em linguagens documentárias. **Enc. BIBLI: R. eletrônica de Bibl. Ci. Inform.**, Florianópolis, n. 20, 2o semestre de 2005.

PINHEIRO, Ana Virgínia; SANTOS, Cássia Rosania Nogueira dos; ROCHA, Vânia Melo da; GODOY, Rosani. O histórico da biblioteca como instrumento de gestão e salvaguarda das coleções de livros raros e especiais na biblioteca universitária brasileira. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 18, 2014, Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte: UFMG, 2014. p. 1-14.

POULOT, Dominique. **Museu e museologia**. Tradução de: Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

POZZER, Márcio Rogério Olivato. **Os paradigmas da administração pública e as políticas de patrimônio cultural em museus de Brasil e México**. 2015. 220f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação Interunidades de Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

RABELLO, Rodrigo. RODRIGUES, Georgete Medleg. Prova documental: inscrições e materialidade. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v.7, n.2, jul./dez. 2014.

RENAULT, Leonardo Vasconcelos; MARTINS, Ronaldo. O retrato da ciência da informação: uma análise de seus fundamentos sociais. **Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.**, Florianópolis, n.23, 1º sem. 2007.

RODRÍGUEZ GALLARDO, Adolfo. **Formación humanística del bibliotecólogo: hacia su recuperación**. México: UNAM/CUIB, 2001.

RODRIGUES, Marco Aurélio e Passos. **Linguagem e ideologia em marxismo e filosofia da linguagem**. 2013. 105 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2013.

RODRIGUES, Maria Rosemary. **Organização e Representação do Conhecimento por meio de Mapas Conceituais**. 2014. 151f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.

ROHLING, Nívea. A pesquisa qualitativa e análise dialógica do discurso: caminhos possíveis. **Cadernos de Linguagem & Sociedade**, v. 15, n. 2, p. 44-60, 2014.

RONDINELLI, Rosely Curi. **Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos**. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

SANTA-ANNA, Jorge. Trajetória histórica das bibliotecas e o desenvolvimento dos serviços bibliotecários: da guarda informacional ao acesso. **Rev. digit. bibliotecon. cienc. inf.** Campinas, v.13, n.1, p.138-156, jan/abr. 2015.

SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos. **Arquivologia e a construção do seu objeto científico: concepções, trajetórias, contextualizações**. 2012. 320 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de São Paulo, Escola de Comunicação e Artes, 2012.

SEGAWA, Hugo. Museos de Brasil. De lo inexistente a lo nuevo, de lo existente a lo reconvertido. *In*: GANT, María Luisa Bellido (ed.). **Aprendiendo de Latinoamérica: El museo como protagonista**. Espanha: Trea, 2007.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda; RAMOS, Júlio; REAL, Manuel Luís. **Arquivística: teoria e prática de uma Ciência da Informação**. 3. ed. Porto: Afrontamento, 2009.

SILVA, Luiz Eduardo Ferreira da. **Ciência como técnica ou técnica como ciência: nas trilhas da Arquivologia e seu status de cientificidade**. 2013. 138 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

SILVA, Noemy dos Santos; SILVA, Márcio Bezerra da. A contribuição da organização da informação na responsabilidade social da biblioteca da AMBEP. **Biblionline**, João Pessoa, v. 8, n. esp., p. 214-230, 2012.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. **Biblioteca como lugar de práticas culturais: uma discussão a partir dos currículos de Biblioteconomia no Brasil**. 2007. 246 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

SIQUEIRA, Jéssica Camara. Biblioteconomia, documentação e ciência da informação: história, sociedade, tecnologia e pós-modernidade. **Perspectivas em Ciência da Informação**. Belo Horizonte, v.15, n. 3, p. 52-66, set./dez.2010.

SOUZA, Clarice Muhlethaler de. Biblioteca: uma trajetória. *In*: Congresso Internacional de Biblioteconomia, 3., 2005, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2005, p. 1-12.

SUANO, Marlene. **O que é museu?** São Paulo: Brasiliense, 1986.

TANUS, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho. Arquivos, bibliotecas e museus: várias histórias. **Biblios**: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, v. 28, n. 1, p. 85-100, jan./jun. 2014.

TANUS, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho. **Cenário acadêmico-institucional dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia do Brasil**. 2013. 242 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

TANUS, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho; SILVA, Daniela Cândido da. Biblioteconomia social, crítica e progressista: mapeamento da produção científica nacional e internacional. **Rev. Inf. na Soc. Contemp.**, Natal, v. 3, 2019.

TOGNOLI, Natália Bolfarini. **A contribuição epistemológica canadense para a construção da Arquivística Contemporânea**. 2010. 120 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

VIVAS MORENO, Agustín. El tiempo de la archivística: un estudio de sus espacios de racionalidad histórica. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 33, n. 3, p.76-96, set./dez. 2004b.

VIVAS MORENO, Agustín. Estructuras Socio-Culturales para el Desarrollo Histórico de la Archivística: Análisis Configurativo. **Comma**, Liverpool, v. 2005, n. 2, p. 1-11, jan. 2005.

VIVAS MORENO, Agustín. Factores socio-culturales para una historia de la archivística. **Investigación Bibliotecológica**, v. 18, n. 36, p. 117-137, jan./jun. 2004a.

YASSUDA, Sílvia Nathaly. **Documentação museológica**: uma reflexão sobre o tratamento descritivo do objeto no Museu Paulista. 2009. 123 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009.